



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

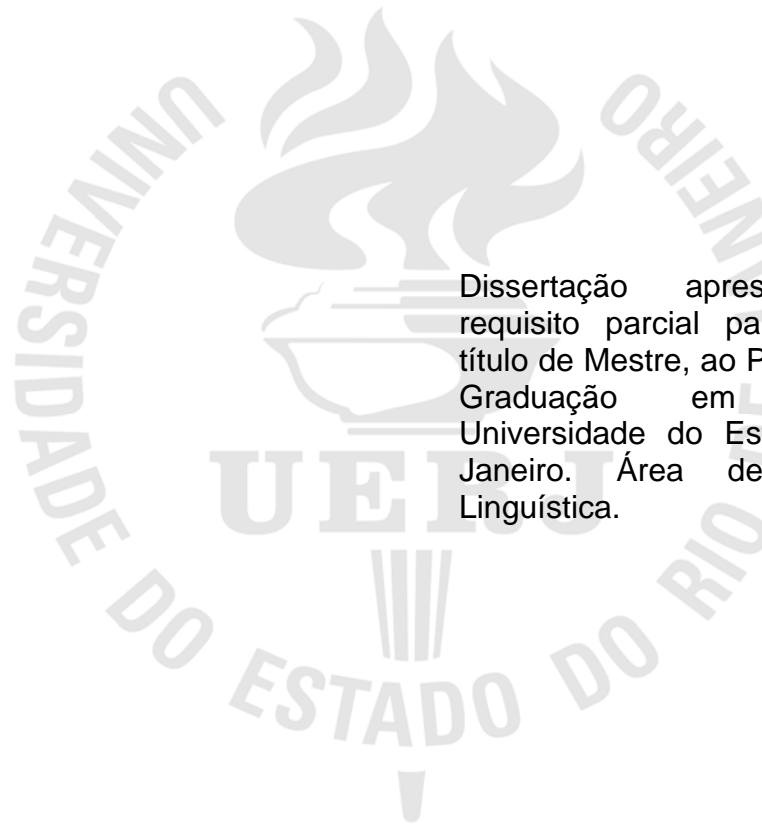
Luiz Felipe Andrade Silva

**Cartografias da normalização:
discursos da heterossexualidade masculina**

Rio de Janeiro
2015

Luiz Felipe Andrade Silva

Cartografias da normalização: discursos da heterossexualidade masculina



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Décio Rocha

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

S586 Silva, Luiz Felipe Andrade.
Cartografias da normalização: discursos da heterossexualidade masculina / Luiz Felipe Andrade Silva. – 2015.
161 f.

Orientador: Décio Rocha.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Heterossexualidade – Teses. 2. Análise crítica do discurso – Teses. 3. Análise do discurso - Aspectos sociais – Teses. 4. Masculinidade – Teses. 5. Subjetividade – Teses. 6. Periódicos – Teses. I. Rocha, Décio Orlando Soares da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085:159.922.1

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Luiz Felipe Andrade Silva

Cartografias da normalização: discursos da heterossexualidade masculina

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em 06 de fevereiro de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Décio Rocha (Orientador)
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Bruno Deusdará
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Eduardo Passos
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

Aos professores ingênuos perversos, que acreditam que a normalidade está aí para ser achada, alcançada e imposta.

À Angela, pela amizade e pela diferença que fez na minha vida acadêmica.

Ao Rodrigo, por tudo.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela bolsa sem a qual não teria sido possível realizar essa pesquisa (pense que cada *Playboy* antiga custa, em média, cem reais). Instituição à qual aproveito para pedir desculpas por não ter achado nada de normal...

Ao Décio, não apenas por sempre saber indicar um caminho profícuo e iluminar uma leitura obscura, mas também tornar nossos encontros sempre divertidos. Em suma, pela conjugação entre orientação e liberdade, quiçá únicas.

Ao Bruno, professor, amigo e camarada; companheiro de luta, dentro e fora da academia, por todas pistas e conversas que me ajudaram nessa pesquisa.

Ao Guilherme, pelas piadas e pelas recomendações de cerveja e leituras.

À Angela, professora amiga sem a qual eu estaria ainda entre as malhas do texto macediano, sempre com a palavra certa e doce que me fez avançar na reflexão e na profissão. E que, informalmente, muito colaborou para o desenvolvimento deste trabalho.

À Vera, pelas tantas disciplinas que soube transformar em diálogo e em regalo.

À Zinda, por ter me aberto os olhos para os estudos da linguagem (ainda que eu faça análise do discurso).

Aos colegas de mestrado: Morgana, Luiz Felipe, Cristiane, André... Sempre bom encontrar vocês no corredor e nas salas de aula.

Em ordem alfabética: à Ana Beatriz, que mesmo distante, sempre se fez presente. Amiga com todas as letras; à Carol, amiga feita também com laços de sangue: avó que é dos meus netos; à Claudia, colega, aluna e amiga, que sabe porque os marinheiros estão com fome, sabe como passar um burro no pão e sabe que Luiz às vezes é Paulo; à Julia, porque não haveria estrela guia nem lua de cristal se o que é imortal morresse no final; à Vanessa, triplamente colega, amiga em todas as fases; à Zazá que, sempre que nos encontramos, desafiou os limites dessa pesquisa, mesmo sem saber.

Ao Rodrigo, por ter aguentado tanta conversa chata, ter indicado tanta leitura não feita, mas principalmente por ter estado ao meu lado em todos os momentos de dificuldade e de alegria desses últimos dois anos.

Ao Roberto, à Ana, à Priscila e à Maria.

“Todos os homens são iguais.”

Sim, mas alguns são mais iguais do que outros.

Noël Coward

O certo é saber que o certo é o certo.

O macho adulto branco sempre no comando

E o resto é o resto, o sexo é o forte, o sexo.

Caetano Veloso

RESUMO

SILVA, Luiz Felipe Andrade. *Cartografias da normalização*: discursos da heterossexualidade masculina. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

O objetivo deste trabalho foi, a partir de pergunta acerca da possibilidade de “o normal” ser objeto dos estudos da Análise do Discurso francesa de base enunciativa (Maingueneau, 1997, 2008c, 2013), investigar o modo de produção da normalidade em textos voltados para o público heterossexual masculino. Para tanto, utilizamo-nos do quadro teórico já consolidado sobre o assunto (Foucault, 2006, 2010a, 2010d; Canguilhem, 2011) a fim de problematizar aquilo que se consideraria a normalidade sexual e procuramos nos valer do método cartográfico (Deleuze, Guattari, 1995b; Passos, Kastrup, Escóssia, 2010) para abarcar a normalização como dispositivo, constitutivamente disperso. Para atingirmos nosso fim, analisamos a Lei do Orgulho Hetero e sua justificativa (São Paulo, 2005) e uma seção de resposta à dúvida de leitores publicada em *Playboy*, a partir dos seus pressupostos linguísticos (Ducrot, 1977, 1987). Assim, observando as múltiplas linhas e discursos que atravessam esses enunciados, elegemos as noções de idealidade e de aceitabilidade, baseadas na natureza e na moral, como constituintes de dada noção de normalidade, sempre fugidia. E, finalmente, identificamos a normalização à individuação como processo de produção de subjetividade molar (Guattari, Rolnik, 2011).

Palavras-chave: Normalidade. Pressuposição. Subjetividade. Revistas masculinas.
Lei do Orgulho Hetero.

RÉSUMÉ

SILVA, Luiz Felipe Andrade. *Cartographies de la normalisation: discours de l'hétérosexualité masculine*. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2015.

A partir d'un questionnement concernant la possibilité d'aborder le normal en tant qu'objet d'études de l'Analyse du discours française (Maingueneau, 1997, 2008c, 2013), ce travail a pour but de s'interroger sur le mode de production de la normalité dans des textes adressés au public hétérosexuel masculin. A cette fin, nous avons eu recours au cadre théorique qui s'est consolidé en la matière (Foucault, 2006, 2010a, 2010d; Canguilhem, 2011) afin de mettre l'accent sur ce qui pourrait être considéré comme normalité sexuelle et nous avons fait appel à une approche cartographique de la normalisation en tant que dispositif constitutivement diffus. Pour aboutir à notre fin, nous avons examiné, d'une part, la Loi de l'orgueil hétéro et sa justification (São Paulo, 2005) et, d'autre part, les réponses aux doutes des lecteurs du magazine *Playboy*, ayant pour base l'analyse des présupposés linguistiques. Compte tenu des multiples lignes et discours qui traversent ces énoncés, nous avons choisi les notions d'idéalité et d'acceptabilité, basées sur la nature et la morale, comme éléments constitutifs d'une notion de normalité toujours fuyante. Finalement, nous avons identifié la normalisation à l'individuation comme processus de production de subjectivité molaire (Guattari; Rolnik, 2011).

Mots-clés: Normalité. Présupposé linguistique. Subjectivité. Magazines masculins
Loi de l'Orgueil Hétéro.

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|------------|
| | INTRODUÇÃO: POR QUE A AD NÃO ESTUDA O NORMAL?..... | 9 |
| 1 | O NORMAL E O PATOLÓGICO..... | 17 |
| 1.1 | A morte e ressurreição do Pai..... | 20 |
| 1.2 | Normalidade e fisiologia..... | 23 |
| 1.3 | Do corpo individual ao corpo social, e vice-versa..... | 29 |
| 1.4 | Da máquina social à máquina abstrata..... | 36 |
| 1.5 | Da árvore ao mapa..... | 41 |
| 2 | O TERMÔMETRO E O MARTELO..... | 46 |
| 2.1 | Ler o termômetro..... | 48 |
| 2.1.1 | <u>O termômetro como texto.....</u> | 49 |
| 2.1.2 | <u>O termômetro como dispositivo.....</u> | 52 |
| 2.2 | Ler a leitura..... | 61 |
| 3 | O MACHO E A FÊMEA..... | 82 |
| 3.1 | O homem biológico..... | 83 |
| 3.2 | O homem: <i>s.m.</i>..... | 87 |
| 3.3 | O homem homem..... | 90 |
| 4 | O ACEITO E O IDEAL..... | 98 |
| 4.1 | Pressupostos linguísticos..... | 100 |
| 4.2 | A lei e a norma..... | 105 |
| 4.3 | Os pressupostos na justificativa da Lei do Orgulho Hetero..... | 111 |
| 4.4 | Respostas às cartas enviadas à <i>Playboy</i>..... | 124 |
| 4.4.1 | <u>79 d.C. – Outubro de 1979: Cavalos brancos, japoneses e a bomba vasodilatadora.....</u> | 126 |
| 4.4.2 | <u>Século XVI – Outubro de 1979/Março de 2014: O corretor ortográfico, o terreno no céu e a compulsão sexual</u> | 133 |
| 4.5 | Individação e normalização..... | 140 |
| | CONCLUSÃO: COMO A AD ESTUDA O NORMAL..... | 148 |
| | REFERÊNCIAS..... | 152 |

INTRODUÇÃO: POR QUE A AD NÃO ESTUDA O NORMAL?

Hate between men comes from cutting ourselves off from each other. Because we don't want anyone else look inside us, since it's not such a pretty sight in there.

Ludwig Wittgenstein

Há cerca de três anos, ainda terminando a graduação, estava me preparando para prestar exame de seleção ao mestrado, com um pré-projeto que visava à análise discursiva de notícias da grande imprensa acerca de casos de suposta pedofilia, quando fui indagado sobre os objetivos e objetos perseguidos pelos analistas do discurso. *Grosso modo*, me perguntaram: “Mas, afinal de contas, por que a Análise do Discurso só se preocupa com aquilo que é problemático, polêmico, marginal? As coisas vêm melhorando tanto, os preconceitos estão cada vez mais fracos, os gays cada vez mais bem recebidos em todos os meios, as mulheres alcançando cada vez mais espaço... Por que a Análise do Discurso não investiga isso: o que é normal?”

Ainda que eu pudesse ter simplesmente respondido que a AD não investiga o que é normal porque ela também não investiga a heterogeneidade discursiva nos relinchos dos unicórnios, a relação polêmica entre o discurso do Papa e o do Coelhoinho na Páscoa ou a cenografia dos discursos anuais do Papai Noel, encarei a pergunta com seriedade, sob a forma de um desafio, aceitando-o como um menino franzino que resolve de uma hora para a outra entrar em um ringue do UFC. *Ok*, vou estudar aquilo que é aceito, que é normal. Ou melhor: sobre como se produz aquilo que é aceito e aquilo que é normal...

Há certa demanda de normalidade por parte daqueles que se propõem a fazer determinado tipo de ciência, que acredita nos postulados do positivismo, na progressão teleológica das descobertas, na existência de verdades eternas, na quantificação dos resultados, no universal. E que, face a uma realidade caótica e multifacetada, em constante tensão, precisa inventar um liame rígido e falsamente seguro, fingindo tê-lo descoberto. O linguista que precisa encontrar “a” língua e suas regras, nomear suas variáveis como se portadoras de uma identidade fixa, classificar distúrbios linguísticos em relação ao falante pleno, encontrar o totalizante

da linguagem e as variações – esse linguista não somos nós. Em relação à questão que me havia sido feita, seria mais importante não responde-la, mas investigar aquilo que a tornava possível de ser enunciada.

Precisava, inicialmente, saber onde encontrá-lo, ainda que fosse mais fácil dizer onde não encontrá-lo: caso da pedofilia, da homossexualidade, das patologias de ordem anatômica ou cognitiva, da loucura, de uma série de religiões marginalizadas, de grupos sociais inteiros considerados inferiores, das minorias e das exceções... Cheguei, conseqüentemente, a toda uma série de discursos preconceituosos, aguerridos, que buscava preservar um determinado padrão à custa do sacrifício de quem pretensamente a ele não se adequava. E não precisei retornar aos estudos de Lombroso no século XIX ou aos totalitarismos de meados do século passado. Circulavam, naquele momento, na imprensa, muitas notícias e declarações extremamente preconceituosas, reacionárias e eugenistas.

Enumero alguns casos: em 2011, a Câmara dos Vereadores de São Paulo aprovou o projeto de lei de Carlos Apolinário, que instituía o Dia do Orgulho Heterossexual, posteriormente vetado pelo prefeito Gilberto Kassab. Na justificativa do projeto 01-294/2005, o vereador afirmava que “há pessoas que têm preferências fora dos *padrões normais* da sociedade”. Ainda nesse mesmo ano, as declarações do deputado federal Jair Bolsonaro, reeleito no estado do Rio de Janeiro em 2014, chamaram atenção por seu conteúdo racista e homofóbico. Em 2012, uma operação da Polícia Federal chamada “Operação Intolerância” identificou os responsáveis por declarações que incitavam o ódio contra gays, mulheres, negros e nordestinos publicadas sob o pseudônimo de Sílvio Koerich, em fóruns de debate na internet e em blogs; no entanto, essas postagens continuavam a ser replicadas por outras plataformas e grupos ditos masculistas, como o *Homens da Real*, e que ganhavam certa visibilidade. Em 2013, a nomeação do deputado Marcos Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, após suas declarações racistas, ginofóbicas e homofóbicas, gerou uma série de manifestações nas redes sociais e chamou a atenção da mídia, o que não impediu que também ele fosse reeleito pelo estado de São Paulo em 2014, pelo contrário: talvez lhe tenha servido de palanque.

Enfim, deparei-me com um enorme conjunto de enunciados que poderiam muito bem me servir de cópús, levando-me a optar pela escolha da normalidade sexual como o nicho sobre o qual eu faria minhas análises. Tratava-se de uma

opção tanto quanto óbvia, pois, segundo Foucault, a sexualidade, considerada a partir de sua construção histórica, tem, em nossa sociedade, um papel preponderante no processo de constituição dos sujeitos, uma vez que “entre cada um de nós e nosso sexo, o Ocidente lançou uma incessante demanda de verdade: cabe-nos extrair-lhe a sua, já que lhe escapa; e a ele cabe dizer-nos a nossa, já que a detém nas sombras” (FOUCAULT, 1988, p.87-8). Portanto, a sexualidade seria alvo central e constante do dispositivo de normalização.

Àqueles que olhassem as declarações de Apolinário, Bolsonaro, Feliciano ou Koerich, porém, rapidamente diriam que não há nada de normal, nem no conteúdo, nem na forma de seus enunciados. De fato, a questão acerca de um padrão ou de algo que funcione como “normal” ou “o normal” seria ingênua (ou tendenciosa) demais para vir a ser respondida, uma vez que pressupõe que ele exista. No entanto, a crença ingênua e a possibilidade de se falar dele, como fizeram os quatro indivíduos cujos nomes abrem esse parágrafo, já demonstra ser um assunto relevante para a Análise do Discurso. E, para tanto, seria necessário um recorte, um nicho onde encontrar material para estudar, se não o normal, ao menos o que nos garante a possibilidade de se falar sobre ele, e para alguns a sua própria existência. Talvez ninguém – nem mesmo eu, inclusive – se objetaria a considerar o homem heterossexual como padrão e modelo de sexualidade aceito e considerado normal em nossa sociedade. Estava, assim, escolhido o objeto sobre o qual me debruçaria: as práticas discursivas masculinas.

Em 2010, a matéria de capa da revista semanal *Newsweek* sentenciou: “Está na hora de repensar a masculinidade (*It's time to rethink masculinity*)”. De fato, passamos muito tempo pensando a natureza da mulher, o papel da mulher, a imagem da mulher, os preconceitos e estereótipos relacionados à mulher, os anseios do movimento feminista e as desditas de uma ontologia feminina, na psicologia, nas ciências sociais, nas letras, na medicina. Perscrutaram-se de cabo a rabo revistas femininas perguntando-se para que mulher e, além disso, de que mulher se falava. Estudos femininos, literatura feminina, psicologia feminina, variante diastrática feminina, fisiologia feminina... Com os homossexuais a mesma coisa: *queer studies*, teoria queer, literatura gay, psicologia gay, variante diastrática gay, até mesmo o funcionamento neurofisiológico do homossexual... E o homem heterossexual?

O homem heterossexual é esse de que não se falava, talvez porque já se soubesse tudo. O homem heterossexual é o óbvio. Mais que isso: o homem heterossexual é o Homem, como bem já indicou Simone de Beauvoir: “O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos ‘os homens’ para designar os seres humanos” (BEAUVOIR, 2009, p.15-16). O homem forjou-se norma – “*substantivo neutro abstrato*”. Por isso, pensar o homem para se pensar o que é normal ao humano, o metro-padrão. Os personagens masculinos na literatura sempre são signos de uma humanidade, corporificações de papel de uma essência humana: o Hamlet, o Quixote, o Édipo de todos nós. E os outros personagens, estudos de caso. Mas o caso é que o ponto de equilíbrio não deixa de ser também o ponto-morto. E agora, como sentenciou a matéria de capa da *Newsweek*, “é hora de repensar a masculinidade”.

“Repensar”, diz a manchete da capa, como se já houvéssemos pensado, ativa e conscientemente, em algum momento anterior. Como se não fosse muito recente o campo de estudos que se volta a discutir o homem. Por muito tempo, foram as mulheres feministas que teorizaram acerca dos sentidos da noção de masculinidade e suas implicações sociais e antropológicas e, ainda mais recentemente, também os estudiosos que se voltam preferencialmente para as questões relacionadas à homossexualidade e ao transgêneros (BROD, KAUFMAN, 1994, p.vii).

Talvez seja melhor dizer: “é hora de pensar a masculinidade”, mas não no sentido de encontrar a essência do masculino ou sua identidade. Primeiramente, porque aqui trabalhamos com uma perspectiva teórica que nos alija qualquer possibilidade de encontrar, escondido por trás de uma pretensa falsa parede linguística, uma verdade que nos era oculta. Segundo, porque não acreditamos haver, por trás de uma parede ou sob um véu qualquer, qualquer verdade eterna e universal sobre o sexo que se possa descobrir, uma normalidade como um estado natural. E, principalmente, porque se trata de uma reflexão acerca da linguagem, dos modos de construção discursivos da masculinidade, do modo como os discursos reforçam e refletem, em suma: funcionam como dispositivos de normalização, tomando como objeto a regulação dos gêneros, na qual tem um papel central a masculinidade. Nesse sentido esse trabalho se diferencia dos estudos de gênero sobre “as” mulheres, “os” gays e mesmo desse mais recente campo de investigação sobre “os” homens.

Faltaria, ainda, construir um *cópus* que não fosse polêmico (bem, ao menos eu achava que era disso que se tratava) que me permitisse empreender minha investigação e responder ao desafio que me fora lançado. Descartei imediatamente um conjunto de textos publicados em *blogs* do “movimento masculino” (ainda que trabalhar com seus enunciados me pareça um empreendimento importante e frutífero) por considerá-los muito agressivos – diferenciando-se assim da ideia de uma normalização que age quase subterraneamente¹... Mantive-me, porém, com o Projeto de Lei do Orgulho Hetero, da Câmara Municipal de São Paulo, mas que não constitui sozinho o *cópus* desse trabalho porque não acreditamos que a normalização seja efeito de leis (pelo contrário, talvez as leis sejam efeito da normalização). Então, parti para a compra e leitura das revistas masculinas de maior circulação no país: *Playboy*, *Sexy*, *Alfa* (ao longo de 2013, cancelada), *GQ* e *Men’s Health*, para, ao fim, me decidir apenas pela primeira dessas e, mais especificamente, por uma seção em que se respondia a questões encaminhadas por supostos leitores, ainda que reportagens, editorial e cartas dos leitores também pudessem ter sido aproveitadas sem prejuízo ao problema discutido.

Faltava ler muito e repetidamente o material para que enfim pudesse atingir o objetivo de apresentar o modo *como a normalidade é construída discursivamente nessas revistas*, a partir de uma perspectiva que considere o discurso como uma prática, ao mesmo tempo linguística e social, sustentada e sustentadora de determinada comunidade discursiva (MAINGUENEAU, 1997).

Era preciso ainda desenvolver uma metodologia que não esvaziasse a questão e que a abarcasse em sua dispersão, de modo que me arrisquei a construir um método cartográfico, à luz das reflexões de Deleuze e Guattari, seja pela atenção que damos a múltiplas entradas, seja pelo modo como apreendemos a pressuposição como algo que estabelece o “dado”, seja ainda pela consideração da língua a partir de uma pragmática que não se quer comunicativa, mas que apreende a prática languageira como um modo de intervenção/transformação da realidade. Isso me obriga a fazer uma série de observações e elucidar uma série de escolhas que poderão parecer pouco usuais e até mesmo arriscadas em um texto acadêmico

¹ Duas aproximações desse *cópus* foram realizadas e tornaram-se um trabalho apresentado no Congresso ABRALIN em Cena: Amazonas (2014) e publicado nos seus anais, “O discurso do orgulho hetero: a reterritorialização do territorializado”, e outro trabalho publicado na revista *Palimpsesto*, n.19 (2014), “Meme de macho: humor masculista, estereótipo e cenografia”.

como o é uma dissertação de mestrado, principalmente de uma área como a linguística, em que ainda reside um projeto sisudo e científico.

Essa dissertação – que chamarei minha, ainda que seja de muitos – se estrutura de uma forma que pode parecer pouco “normal”: não há algo como um capítulo teórico e um capítulo de metodologia... Talvez lhe careça uma linha condutora única que faça com que seus capítulos apresentem progressivamente a investigação do tema em uma única direção. De fato, esse efeito de cartografia, que encontramos no objeto a que me dedico, acaba por ser mimetizado na organização das páginas que se seguem.

Ainda que haja, obviamente, uma progressão do tema discutido do primeiro ao último capítulo, cada um foi composto com uma relativa autonomia em relação aos demais, deixando propositalmente alguns pontos soltos e algumas linhas frouxas e, muitas vezes, repetindo-se mutuamente. Assim, apresentamos em capítulos iniciais questões que só serão devidamente desenvolvidas nos subsequentes, da mesma maneira como tratamos algumas questões dos capítulos finais como se não tivessem sido expostas nos iniciais. Recusamos, assim, a organização de um “livro-raiz”, “que se estrutura como se fizesse o decalque do que quer tratar; que se aprofunda para desvelar a essência do que investiga; que trata da realidade de ‘seu objeto’ como se só pudesse representá-la” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010, p.9). De fato, construímos nosso objeto, a partir de pistas/efeitos de sentido que nos propiciam abarcá-lo. Como consideramos que não há uma norma, nem apenas um modo de se “normalizar” em nossa sociedade, tratamos o dispositivo de normalização em sua diversidade.

No primeiro capítulo (“O normal e o patológico”), partimos das leis mosaicas à carta de “Exposição de motivos que encaminhou o projeto de lei para a criação do Inmetro”, de Luiz de Magalhães Botelho ao então presidente Emílio Garrastazu Médici, refazendo um pouco do trajeto teórico que tracei ao longo da pesquisa, acompanhado de Canguilhem, Foucault, Deleuze e Guattari. Assim, partimos do poder pastoral ao biopoder e à disciplina; do corpo individualizado ao corpo social; e da máquina social à máquina abstrata. Por fim, ainda, procuro apresentar a metodologia e as razões que me levaram à tentativa de atualização do método da cartografia que aqui empreendi.

No segundo capítulo (“O termômetro e o martelo”), o termômetro funciona como mote tanto à discussão do dispositivo de normalização quanto ao modo como

se apreende o texto, o discurso e o dispositivo. Compartilhando da ideia de que há linhas que atravessam campos do saber diversos, em sua relação intrínseca com as estratégias de poder, observamos a “vontade de verdade” da área dos estudos linguísticos. Assumimos, portanto, nossa escolha em trabalharmos com a Análise do Discurso de base enunciativa, e não com a Análise do Conteúdo e a Linguística do Texto, dando a esse capítulo uma “face” de capítulo teórico.

O terceiro capítulo (“O macho e a fêmea”), por sua vez, trata da construção do gênero sexual. Para tanto, além de uma revisão da literatura da área, pressupostos de existência e questões acerca da natureza do signo linguístico nos ajudam a compreender criticamente o modo como as binariedades² de gênero e a heteronormatividade são construídas e consolidadas.

No quarto capítulo (“O aceito e o ideal”), analisamos a justificativa do projeto de Lei do Orgulho Heterossexual a partir de seus pressupostos. Aqui discutimos esse “mecanismo” linguístico, dialogando com diversos teóricos (dos lógicos a Pêcheux), e construímos nosso olhar sobre o modo de organização discursivo do dispositivo de normalização sexual, recuperando as diversas vozes que partilham desse espaço e também o diálogo entre noções diversas de normalidade, entre o aceito e o ideal. Ao final desse capítulo, discutimos ainda as consequências da nossa análise para uma compreensão acerca da produção de subjetividade, a partir de uma relação entre a noção de individuação e a de normalização.

Em relação ao estilo, talvez deva me desculpar pelo uso excessivo da ironia, de metáforas, pelo bom humor que procuro manter diante de um tema tão sério. Em muitos casos, sou iconoclasta e acabo por ser pouco respeitoso com figuras do saber, à moda *Crepúsculo dos ídolos*. Mas, em minha defesa, apelo ao conde de Buffon: “o estilo é o próprio homem”. E não se trata aqui de tentar camuflar um ponto de vista sob a máscara objetiva de uma cientificidade tão falsa quanto perigosa. Se fugimos da “escrita acadêmica” e do modelo monográfico que os textos de dissertação seguem, em favor de uma escrita mais livre e ensaística, é também porque “alterar os padrões comunicacionais em determinada realidade institucional significa intervir sobre esta realidade” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010,

² Opto pelo uso do termo “binariedade” (e não “binarismo”, dicionarizado) em diversas passagens do texto para tornar mais explícita a ideia de que os pares opositivos que produzem rostidades, são tomados como “existências”, produtos, entidades.

p.117). Caso esses argumentos não sejam convincentes o suficiente, e na falta de outros, clamo por piedade.

Bem, essa dissertação é a busca pela resposta à pergunta que me fizeram, da razão pela qual a Análise do Discurso não estuda o normal, sobretudo quando se supõe que ele exista como um dado da realidade. Mas também a outra pergunta, que me fizeram há algum tempo. Certa vez, me perguntaram – e o leitor já deve ter observado que me fazem cada pergunta! – por que eu não escolhia ser normal. Quem sabe não escolhi esse tema para tentar entender o que me perguntavam, ou mesmo não o escolhi para mostrar que se trata de uma tarefa impossível? Quem sabe apenas não dei voz ao ódio e o transformei em dissertação?

Basta que o ódio esteja suficientemente vivo para que dele se possa tirar alguma coisa, uma grande alegria, não de ambivalência, não a alegria de odiar, mas a alegria de querer destruir aquilo que mutila a vida (DELEUZE, 2005, p.33).

Para Wittgenstein, não se olha no fundo dos olhos do homem. Pouco se perguntou acerca desse modo de subjetivação, de um dispositivo de masculinidade, como se não fosse dispositivo, como se não fosse histórico, como se fosse a Natureza-mãe, colocando sob suas asas o filhinho macho em seu complexo de Jocasta... Muito pouco se fez, possivelmente (esclarece o filósofo) para se evitar o ódio, para se evitar essa visão pouco bonita que encontramos ali.

Talvez me culpem por faltar simpatia para com o meu objeto – certamente falta, mas não se confunda meu objeto com “o homem”, conjunto de traços naturais ou culturais – trata-se do “homem” como metro-padrão ou, ainda, como disse Pasolini, o homem como “local da instituição social”.

Deixemos claro: o homem médio, numa acepção “racional” do termo, é o Homem. Ou seja: o local da instituição social enquanto fraternidade, ainda que coercitiva. Mas o homem médio, na acepção irracional com que o termo é geralmente usado, é praticamente um criminoso. Poder-se-ia dizer que é no turno (ou, se quiseres, no esquálido) ambiente dos homens médios que amadurecem as guerras, os delitos contra a humanidade, e todas as grandes e pequenas repressões. (PASOLINI, 1982, p.205).

1 O NORMAL E O ANORMAL

O poder pastoral – O poder disciplinar: Totem, tabu e disciplinamento – Canguilhem e a noção médica de normalidade – Biopoder e disciplina – Sexualidade e normalização – Metro-padrão – Método da cartografia

Quando [Deus] deu peso ao vento, e tomou a medida das águas;
Quando prescreveu leis para a chuva e caminho para o relâmpago dos trovões;
Então a viu e relatou; estabeleceu-a, e também a esquadrinhou.

Livro de Jó, 28:25-27.

Durante a peregrinação do povo hebreu pelo Deserto do Sinai, em sua fuga do Egito em direção à Terra Prometida, um determinado deus – que se autodenominou “Eu sou” e que com a disseminação da religião judaico-cristã veio a se chamar de “Deus” apenas, com letra maiúscula – chamou Moisés na tenda da congregação para lhe dar uma série de leis e preceitos que deveriam ser seguidos pelo seu povo, que – verdade seja dita – na época não estava tão convencido assim de ser dele (ou d’Ele, a critério do prezado leitor). Diz-se que quem nos contou a história e nos retransmitiu as leis foi o próprio Moisés, que tinha o hábito de falar de si mesmo na terceira pessoa.

A maioria das regras ali contidas visavam à separação do que é puro e digno diante daquele deus e o que não é: as impurezas, as abominações e as sujeiras. Segundo a lei mosaica, que se estende por outros livros do Pentateuco, seria apedrejado ou queimado todo aquele que cultuasse outros deuses ou espíritos, que amaldiçoasse os próprios pais, que blasfemasse, praguejasse, se rebelasse, bebesse demasiadamente, tivesse relações sexuais extraconjugais, não fosse virgem antes de se casar ou se deitasse com uma pessoa de seu mesmo sexo. Mas também condenavam-se a mulher que se vestisse como um homem, a pessoa que semeasse duas espécies diferentes no mesmo campo e aquele que usasse uma

roupa composta por dois tecidos de tipo diferente... Também era proibida para a alimentação uma série de animais, considerados impuros, como o camelo, a lebre, o porco, o avestruz... O que não fosse digno de apedrejamento ou fogueira seria perdoado mediante jejum, afastamento temporário ou pelo módico pagamento de um carneiro. *Agnus Dei, qui tollis peccata mundi*³.

Muitos autores se debruçaram sobre esses mandamentos de modo a tentar extrair-lhes qualquer coerência que aos nossos olhos seja, em um primeiro momento, indevassável. Outros, porém, viriam a afirmar que essas leis mosaicas são sem sentido e arbitrárias, uma vez que servem apenas ao intento de subjugar o povo hebreu a um determinado conjunto de leis. *Dominus pastor meus*⁴. O cajado do pastor, que o faraó recebia no dia de sua coroação e que Moisés usava para se apoiar nas suas constantes escaladas do Monte Sinai e para tirar água de pedra quando necessário, seria ícone do poder que eles exerciam sobre o rebanho de homens que dirigiam. Com sua ponta curva, o cajado seria um dispositivo útil para trazer a cabeça da ovelha desgarrada para perto do conjunto, um mecanismo estratégico que possibilitava reunir sob seu comando indivíduos dispersos, como a lira de Orfeu, como a flauta do Flautista de Hamelin. De acordo com Foucault (2012a, p.352), o poder que o pastor exerce é mais sobre o grupo, que sua presença e ação fazem existir, do que sobre o pasto.

E, ainda que a lei do pastor possa ter como justificativa apenas o “porque não” que lançamos às crianças indagadoras, como uma forma de assegurar seu poder, também podemos encontrar sob a lei do pastor um princípio geral que busque a preservação do seu rebanho. No caso, manter a integridade do rebanho é manter a integridade de cada ovelha ou carneiro que o compõem, seja ela física ou moral; mais do que isso é criar também uma identidade entre o pastor e seu pastoreio: “Sede santos, porque eu, o Senhor vosso Deus, sou santo” (LEVÍTICO 19, 2), são as palavras daquele que, segundo Moisés, criou o homem à sua imagem e semelhança. Procura-se preservar a semelhança, mesmo que por meio de leis – mas a lei não cria a norma e a saga mosaica não deixa de ser a luta entre a lei e a desobediência⁵.

³ “Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo”.

⁴ “O Senhor é o meu pastor”.

⁵ Caso exemplar disso, representado inclusive por Cecil B. DeMille, em *The Ten Commandments* (1956), encontra-se no episódio em que Moisés desce o Monte Sinai com os mandamentos que teriam sido escritos na tábua de pedra por seu deus e aplica a lei aos desobedientes israelitas (que

Aqui, o princípio maior é aquele da santidade e “a santidade é exemplificada pela integridade. A santidade requer que os indivíduos se conformem à classe à qual pertencem. E a santidade requer que diferentes classes de coisas não se confundam” (DOUGLAS, 2012, p.70). *Dispositio*. Uma semente por campo de acordo com a sua espécie, um tecido por roupa, mulheres que agem como mulheres, homens que agem como homens, animais ruminantes que tenham casco fendido, animais com casco fendido que ruminem, usar os objetos para os seus próprios fins, não criar, não misturar, não confundir. Ou, como diria a funkeira Sharon, “cada um no seu quadrado”. Esse é, segundo Douglas (2012), o princípio maior que pauta todo o conjunto de leis – ao menos, das leis alimentares – que compõem a lei mosaica. Por isso, não se trata apenas de uma imposição do poder, mas também da manutenção da ordem na comunidade. E toda comunidade terá suas próprias regras de distinção entre o que é permitido e o que é proibido, entre o sujo e o limpo, o puro e o impuro, o normal e o anormal. A obediência de uma comunidade à lei cria um vínculo, uma sensação de pertencimento (o pagão e o crente, o civilizado e o bárbaro); a lei desenha uma margem, fronteira, pela qual se cria uma sensação de identidade e alteridade...

O modelo de organização da sociedade se conforma, se reafirma, se sacraliza mediante dispositivos. De acordo com Agamben, a palavra latina “dispositio” foi usada para traduzir o termo grego “oikonomia” que introduzira “o dogma trinitário e a ideia de governo divino providencial do mundo (...) na fé cristã” (AGAMBEN, 2009, p.37). O dispositivo, portanto, seria um modo de ação, o modo de organização e controle da casa de deus (do mundo), tarefa do cristo.

Um dispositivo é composto por linhas: linhas de fratura que criam separações de ordens de séries diversas; linhas de força, que conectam e agregam o disperso; linhas de subjetivação, linhas de enunciação, linhas de visibilidade... Linhas e linhas que se cruzam, se misturam, se conectam, se implicam, em constante variação e devir.

Desenredar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que ele [Foucault] chama de “trabalho de terreno”. É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas; estas não se detêm apenas na composição de um dispositivo, mas atravessam-no, conduzem-no, do norte ao sul, de este a oeste, em diagonal (DELEUZE, 1996, p.83)

A nós interessa o dispositivo de normalidade – e, em certa medida, todo dispositivo é um dispositivo de normalidade, criando formas divergentes, repartindo-se em dualismos, misturando conteúdo e expressão. Trata-se, portanto, de expôr algumas de suas linhas, fazer o diagrama das relações de força, tomado como “uma multiplicidade espaço-temporal” (DELEUZE, 2005, p.44) instável e intersocial.

Como essas relações possuem uma história, começamos assim por tentar caracterizar o dispositivo de normalidade. Em nossa sociedade, a distinção entre a normalidade e a patologia encontra-se relacionada ao desenvolvimento da sociedade capitalista burguesa a partir de meados do século XVIII. Encontra-se no centro de um processo histórico marcado pela generalização de uma tecnologia de poder baseada na disciplina e na regulação. Alguns nós dessa história, alguns entrecruzamentos dessas linhas são o trajeto que fazemos nesse capítulo, trajeto que se assemelha ao caminho que tracei nessa pesquisa.

1.1 A morte e ressurreição do Pai

Toda comunidade terá suas próprias regras de distinção entre o que é permitido e o que é proibido, entre o sujo e o limpo, o puro e o impuro, o normal e o anormal. Uma primeira cena: a fábula contada por Freud (2013, p.147-50) de que o Pai expulsou os filhos que desobedeceram suas regras, ao tentarem ter relações sexuais com suas irmãs. *Um anjo na porta do Jardim do Éden, a exclusão do leproso, o nomadismo no deserto, um lago de fogo e enxofre*. Mas, certo dia, os filhos se uniram para fazer aquilo que, separadamente, não conseguiriam. Voltaram, mataram e devoraram o pai.

No ato de devorá-lo eles realizavam a identificação com ele, e cada um apropriava-se de parte de sua força. A refeição totêmica, talvez a primeira festa da humanidade, seria a repetição e a celebração desse ato memorável e criminoso, com o qual teve início tanta coisa: as organizações sociais, as restrições morais, a religião (FREUD, 2013, p.148).

Os irmãos traziam os mesmos sentimentos de amor e ódio pelo pai que trazem as crianças e os neuróticos. Odiavam o pai que os proibia de cometer o incesto, mas também amavam e admiravam seus atributos. Satisfeito o ódio,

consumidas as qualidades paternas, sucumbiram ao remorso, substituíram o pai pelo totem que, agora morto, tornava-se ainda mais forte do que quando vivo e renunciaram ao sexo das mulheres agora libertas do seu jugo.

Tal fábula serve ao *pai*⁶ da psicanálise para traçar paralelos entre o modo de organização das sociedades totêmicas primitivas e sua sobrevida no aparelho psíquico infantil e na constituição da neurose, que manteria sempre-viva a relação entre a criança e os pais sob formas variadas, sempre recuperável pela equação matemática de três números (papai-mamãe-filhinho). Essa fábula recuperaria a história filogenética da lei social e da lei que ampararia e enformaria o superego. E, por que não, também da formação do poder soberano? Deuses e reis: os dois novos representantes paternos⁷.

Outra cena: a “cura” de Jorge III, em 1788, recontada por Foucault (2006, p.26), em seu curso sobre *O poder psiquiátrico*. Declarado louco, o rei é afastado da coroa, da família e da corte, isolado em um palácio tendo por companhia dois pajens que devem convencê-lo de sua dependência e de sua submissão, confinado a uma cama em um quarto com as paredes forradas por colchões. Um dia, há a visita de um ex-médico, não daquele que o “descorrou”, de um outro: o alienado, despossuído da espada real ou dos utensílios dos trabalhadores, o combate com suas únicas armas – dejetos e imundices. Um dos pajens entra no quarto, lança o delirante sobre uma pilha de colchões e, sem dizer uma palavra, despe-o, limpa-o, veste-o e o olha com altivez. “Lições assim, repetidas a intervalos durante alguns meses e secundadas por outros meios de tratamento, produziram uma cura sólida e sem recaída” (PINEL *apud* FOUCAULT, 2006, p.26).

Uma série de características torna essa cena significativa da generalização crescente do poder disciplinar como forma social, que culmina com o *panopticon* de Bentham, em 1791. O destronamento do rei não se dá pela sucessão de um outro. *The king is dead, long live the king!* O que vem se instaurar é uma forma de poder anônimo, constante, vigilante, que atua sobre o corpo. Inversão e deslocamento de um sistema em que aquele que atenta contra a soberania seria morto por outro

⁶ Como o Pai de *Totem e Tabu*, não imune ao esquartejamento.

⁷ A ideia de que o poder paterno é substituído pela religião e pelo rei encontra ecos também na obra de Foucault. Segundo o autor francês, até final do século XVIII, o parricídio era um crime considerado semelhante ao regicídio, como nos revela Foucault, na análise do caso da condenação de Damiens, em 1757 (FOUCAULT, 2010d, p.18). Além disso, todo crime, “além de sua vítima imediata, ataca o soberano; ataca-o pessoalmente, pois a lei vale como a vontade do soberano; ataca-o fisicamente, pois a força da lei é a força do príncipe” (FOUCAULT, 2010d, p.48).

sistema que “vai dominar, abater, desnudar, limpar, tornar o corpo ao mesmo tempo limpo e verdadeiro” (FOUCAULT, 2006, p.32). A disciplina aparece como uma forma de poder que se impõe já, ainda que não institucionalizado, ainda que não constituído por um discurso de verdade; poder mudo e eficaz que vem se instalar nos limites de um quarto coberto por colchões. Um poder que inscreve, como diria (e reitero) a funkeira Sharon, “cada um no seu quadrado”.

O pai, pastor, deus, destronado pelo soberano. O soberano, rei, legislador, destronado pelo médico. E nessa dupla dessagração, um retorno. De acordo com a analítica do poder de Foucault, o poder pastoral, sobrepujado pelo poder do soberano, renasce sob novo modelo, na transição do século XVIII ao XIX⁸. O pai morto e devorado, cabeça do rei na guilhotina burguesa, tem seus poderes partilhados, agora invisíveis na entranha dos filhos vingativos: da microfísica da soberania chega-se à microfísica do poder disciplinar, com o surgimento do Estado moderno – e mesmo antes. Segundo Foucault, “podemos considerar o Estado como a matriz moderna da individualização ou uma nova forma do poder pastoral” (FOUCAULT, 2013b, p.281). Aqui já não se trataria da salvação da alma, tal como entre os pastores de almas bíblicos, mas de uma salvação, ao mesmo tempo, do corpo individualizado e do corpo social.

O poder do soberano partia de um centro, representado por inúmeros agentes e insígnias de valor metonímico: o cetro e a espada, o carrasco mascarado, o selo e a torre eram, em certa medida, o próprio soberano. Além disso, esse poder se reatualizava por rituais de força esporádicos (também metonímicos), em que se sublinhava a figura real – sua pessoa individualizada, sobre todos, como na iconografia medieval, em que o rei é representado com o triplo das dimensões de seus súditos.

O poder disciplinar, que vai se infiltrando de forma transversa na organização da sociedade até se generalizar, porém, caracteriza-se de outra forma.

⁸ Na trajetória diagonal do poder disciplinar através da sociedade ocidental, Foucault encontra elementos que lhe são característicos, por exemplo, no interior das comunidades religiosas medievais, transportando-se gradativamente para comunidades laicas, como nos Irmãos da Vida Comum “que, a partir de certo número de técnicas que tomavam emprestadas da vida conventual, a partir igualmente de certo número de exercícios ascéticos que tomavam emprestados de toda uma tradição do exercício religioso, definiram métodos disciplinares relativos à vida cotidiana” (FOUCAULT, 2006, p.51). Assim como, podemos dizer, há tantas estratégias do poder soberano com que ainda hoje convivemos.

O poder do tipo pastoral, que, durante séculos – por mais de um milênio –, foi associado a uma instituição religiosa definida, ampliou-se subitamente por todo o corpo social; encontrou apoio em uma multiplicidade de instituições. E, em vez de um poder pastoral e de um poder político, mais ou menos ligados um ao outro, mais ou menos rivais, havia uma “tática” individualizante que caracterizava uma série de poderes: da família, da medicina, da psiquiatria, da educação e dos empregadores (FOUCAULT, 2013b, p.282).

A disciplina é uma forma de poder que atravessa uma série de instituições, não sendo portanto localizável como algo imposto ou possuído pelo Estado, um dispositivo único ou qualquer instância particular. Descentralizado, o poder disciplinar exerce-se e inscreve-se em todos os âmbitos, em todas as instituições e aparelhos, invertendo a pirâmide soberana: trata-se de um poder invisível que confere visibilidade, de um poder mudo que confere enunciabilidade, e que encontra sua forma geral no modelo do panoptismo.

Sobrepõe-se a esse conjunto de estratégias o biopoder, que objetiva não o corpo do indivíduo, mas a população. Há a superposição de duas séries que visam à salvação, ao mesmo tempo, do corpo individualizado e do corpo social: “a disciplina administra o homem-corpo, é individualizante. A biopolítica é massificante, dirige-se ao homem-espécie” (SAMPAIO, 2006, p.41-2).

Nesse contexto, a sexualidade vai receber uma atenção especial e a medicina, um papel de relevo. De acordo com Foucault, há uma conexão entre as relações de poder e a formação do conhecimento científico, uma vez que os mecanismos de poder são validados por sistemas de saber e estes, como produtores de discursos considerados verdadeiros, possuem intrinsecamente efeitos de poder. E com a integração do poder disciplinar e do biopoder,

A medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores (FOUCAULT, 2010c, p.212).

1.2 Normalidade e fisiologia

De acordo com Miskolci (2003, p.110), até 1830, a palavra inglesa “normal” era usada correntemente como sinônimo de “ortogonal”, perpendicular e, por

ampliação, “reto”, uma vez que, etimologicamente, deriva da palavra “norma”, que, em latim, significa “esquadro”, aquele instrumento de desenho geométrico em forma triangular com um dos ângulos a 90°, podendo ser isósceles, isto é, ter dois lados iguais e os dois outros ângulos de mesma medida, ou escaleno.

Teria sido com Auguste Comte que essa palavra receberia sua “primeira conotação médica” (MISKOLCI, 2003, p.110). Baseando-se no Princípio de Broussais, que postulava a identidade real entre os fenômenos patológicos e os fenômenos fisiológicos correspondentes, que variariam quanto à sua intensidade, Comte procura instituir uma doutrina política científica, que visava ao tratamento terapêutico das crises sociais, uma doutrina que, em face de um estado patológico, reestabelecesse a normalidade, garantindo com isso o desenvolvimento da ordem ou, em outras palavras, o progresso.

O uso do termo ‘normal’ como o conhecemos surge da intersecção do conhecimento sociológico e do médico. Ambos estavam imbuídos do mesmo interesse de medir, classificar e disciplinar os indivíduos de forma a que estes se conformassem à normalidade (MISKOLCI, 2003, p.110).

Também Canguilhem, em sua tese de doutoramento em medicina, *O normal e o patológico*, de 1943, procura encontrar respostas perscrutando a origem e o uso da palavra “normal” e de outras do mesmo campo semântico. Seus trabalhos em epistemologia giram ao redor das “ciências da vida”, cuja cientificidade ele procura analisar através de um método histórico. Segundo ele, a história das ciências deve ser considerada como um processo dinâmico marcado pelo progresso, não no sentido positivista (comtiano), de que a sucessão de teorias e conceitos representaria um movimento irreversível de substituição do falso pelo verdadeiro, mas no sentido de que é um processo finalizado, em que a própria noção de cientificidade se reformula em torno dos problemas levantados, e não das soluções encontradas, a partir dos erros, e não dos resultados. O que garantiria, portanto, a unidade de uma ciência não seria a manutenção de um determinado número de postulados, mas a obediência aos seus próprios critérios de cientificidade, particulares para cada ciência específica e, nela, para cada um dos momentos históricos que atravessa.

De acordo com Canguilhem, “a ciência é essencialmente discurso, um conjunto de proposições articuladas sistematicamente. Mas, além disso, é um tipo

específico de discurso: um discurso que tem pretensão de verdade” (MACHADO, 2007, p.18). Chama assim de veracidade ao que é tomado como tal no interior do discurso científico, como a verdade tal qual produzida pela ciência, não equivalente a uma verdade intrínseca ao objeto estudado ou ao mundo. Por isso, não haveria critérios universais para determinar a validade das teorias científicas ou dos conceitos nela formulados, mas apenas critérios válidos dentro do corpo mesmo da ciência que se investiga.

Por isso, em sua tese, busca responder a duas questões fundamentais, acerca da cientificidade da fisiologia e da patologia, ou seja, das ciências que investigam o funcionamento normal ou doente dos organismos humanos. Inicialmente, porém, o autor procura descobrir os critérios para a determinação do que seria o estado normal e o patológico. E para tanto faz um exame crítico dos conceitos de normal, anomalia, doença, anormal e experimental. A história dos conceitos, aliás, é um procedimento caro a Canguilhem, uma vez que eles exprimiriam, pela articulação entre uma denominação e uma definição, a capacidade de interpretação das observações e das experiências científicas, em suma, da racionalidade característica do discurso científico.

No *Dictionnaire de médecine* de Littré e Robin, Canguilhem encontra um “equivoco etimológico” que faz corresponder ao substantivo “anomalia” o adjetivo “anormal”. Anomalia vem do grego *an-omalos* que significa aquilo que é desigual, irregular, como um terreno cheio de acidentes; enquanto *a-nomos* significa aquilo que foge à lei.

Assim, com todo o rigor semântico, anomalia designa um fato, é um termo descritivo, ao passo que anormal implica referência a um valor, é um termo apreciativo, normativo, mas a troca de processos gramaticais corretos acarretou uma colusão dos sentidos respectivos de anomalia e de anormal (CANGUILHEM, 2011, p.85).

Confundem-se assim um padrão de ordem natural e um padrão de ordem social, algo que se reconhece como fuga a uma ocorrência constante na natureza e algo que é uma fuga a um modelo estabelecido socialmente. É a confusão entre um valor descritivo e outro, de natureza normativa; algo de que encontramos certa ressonância na gramática. Há gramáticos como Vaugelas, autor *Remarques sur la langue française*, de 1647, que “procuram ‘anotar’, com base no que observam, os diferentes usos da linguagem” (FRANCHI, 2006, p.17), mas esse procedimento não

os faz linguistas descritivos *avant la lettre*; pelo contrário, serve para reforçar uma série de preconceitos linguísticos, reconhecendo um mau uso da linguagem, característico do povo, em oposição ao bom uso, característico do príncipe e da corte.

Canguilhem procura desautorizar (e o desvio filológico de que faz uso é um dos argumentos de que se vale para tanto) a tese corrente no século XIX segundo a qual a doença diferiria da saúde devido a uma variação quantitativa. Essa tese, assim como a gramática de Vaugelas, relacionam anomalia à anormalidade, usam instrumentos de observação que validam uma norma. Para ele,

Entre 1759, data do aparecimento da palavra normal, e 1834, data do aparecimento da palavra normalizado, uma classe normativa conquistou o poder de identificar a função das normas sociais com o uso que ela própria fazia das normas cujo conteúdo determinava (CANGUILHEM, 2011, p.195).

O discurso médico (psiquiátrico inclusive) terá especial relevo na consolidação de uma norma, durante o século XIX – e ainda hoje, como o alto nível de medicalização que vemos demonstra. Em nossa sociedade, tudo procura ser explicado através da medicina, desde as funções do corpo ao comportamento dos indivíduos, sempre vitimizados por uma série de distúrbios, desordens e transtornos.

O *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM), uma publicação americana de grande impacto no campo da psiquiatria, lista uma série de patologias que aumenta a cada nova edição: da primeira à quarta foram agregadas 197 doenças mentais. Na sua quinta edição, por exemplo, passa-se a levar em consideração algo como uma “desordem da internet”, semelhante a outras formas de dependência, podendo vir a ser tratado com medicação; há ainda o “transtorno de compulsão alimentar periódica” e o “distúrbio de conduta”, entre outros. Distúrbios, desordens e transtornos, núcleo comum de diversos sintagmas nominais das doenças modernas, são palavras que trazem em si, implicada, a noção de que uma determinada ordem foi alterada por fatores de diversas naturezas. E o corpo acaba por receber as marcas desses processos sociais.

Em sua exposição história, Canguilhem nos apresenta duas “correntes” diversas acerca do tipo de diferença que caracteriza o normal e o patológico, na história das ciências da vida: uma que concebe a doença como algo externo ao homem, mas dotado de uma existência própria e autônoma (“teoria ontológica da

doença”); e outra que a concebe como um estado de perturbação da natureza, tanto externa quanto interna ao homem, que leva seu corpo a reestabelecer o equilíbrio entre forças sempre presentes (“teoria dinâmica da doença”). De uma forma ou de outra, essas teorias veem o estado doentio como um estado de luta, seja essa luta entre o hospedeiro e seu inquilino, seja uma luta interna na qual se confrontam duas forças opostas. Relatando-nos os embates teóricos em torno da questão, no século XIX, o autor demonstra como a medicina moderna penderá para a segunda concepção, encarando o estado patológico como uma alteração quantitativa do estado sadio, ou normal. Caso que encontra no termômetro um símbolo bastante importante e exemplos contemporâneos como nessas perturbações mentais do DSM.

A crítica que Canguilhem faz a esse modo de apreensão dos fenômenos normais e patológicos repousa no fato de que a ideia de variação quantitativa adota um modelo fixo, padrão, que acaba por adquirir um valor que não é meramente empírico ou descritivo. O estado normal, como ideal de perfeição, é a manifestação do apego a esse valor.

É em relação a uma medida considerada válida e desejável – e, portanto, em relação a uma norma – que há excesso ou falta. Definir o anormal por meio do que é de mais ou de menos é reconhecer o caráter normativo do estado dito normal (CANGUILHEM, 2011, p.24).

Tanto mais criticável se torna essa compreensão, se considerarmos que o estado de saúde perfeito não existe: não há organismo humano que não apresente alguma variação de valores, que não adoença, que não se transforme com o tempo; de modo que essa noção, a de saúde, não remete a uma existência ou a uma qualidade, mas a uma norma. E esta é caracterizada não como algo, mas como uma função; e não como uma função positiva, mas como uma função “que desempenha seu papel que é de desvalorizar a existência para permitir a correção dessa mesma existência” (CANGUILHEM, 2011, p.41).

Desenvolvendo uma distinção entre diversos modos de se conceber a norma, Canguilhem, portanto, mostrará como essa pode ser tomada a partir de uma perspectiva social e normativa, de uma perspectiva individual ou de uma perspectiva que leve em consideração aspectos verdadeiramente biológicos.

A norma social é pautada por um julgamento apreciativo e qualificativo de um fato subordinado à instituição dela mesma (CANGUILHEM, 2011, p.80). O que se estabelece como o padrão social constituído é o modelo de coerção que se impõe, e não uma entidade que se reconhece, pois os elementos a que a ciência recorre para validar os princípios de aferição da normalidade são insuficientes e incertos, tornando inacessível uma “definição científica da normalidade” (LAUGIER, *apud* CANGUILHEM, 2011, p.104).

Em relação à norma individual, Canguilhem tem em vista o papel eminentemente terapêutico (e não propriamente científico) da medicina: o que leva um indivíduo a procurar um médico é o fato de não se sentir bem; “o doente é doente por só poder admitir uma norma” (CANGUILHEM, 2011, p.129), isto é, por não reconhecer a doença como uma nova dimensão de vida, ao invés de uma variação da vida tal qual a conhecia antes.

Por fim, a normatividade vital (ou biológica) seria a consequência de uma necessidade permanente e essencial relativa à própria vida, à sua “polaridade dinâmica” (CANGUILHEM, 2011, p.81). Segundo o autor, não haveria indiferença biológica, mas “normas biológicas sãs e normas patológicas, e as segundas não são da mesma natureza que as primeiras” (CANGUILHEM, 2011, p.83).

É a vida em si mesma, e não a apreciação médica, que faz do normal biológico um conceito de valor, e não um conceito de realidade estatística. Para o médico, a vida não é um objeto, é uma atividade polarizada, cujo esforço espontâneo de defesa e de luta contra tudo que é valor negativo é prolongado pela medicina, que lhe traz o esclarecimento da ciência humana, relativo, mas indispensável (CANGUILHEM, 2011, p.84).

O homem normal, assim, seria aquele capaz de “instituir novas normas, mesmo orgânicas” (CANGUILHEM, 2011, p.92), aquele que se faz diferente na diversidade dos indivíduos da mesma espécie, em suas relações com o meio. São normais os “homens para quem é normal romper as normas e criar novas normas” (CANGUILHEM, 2011, p.112).

Mas não é essa a visão de normalidade que nos legaram os saberes que tiveram, no século XIX, sua origem tal como os conhecemos: a anatomoclínica, a psiquiatria, a sociologia, a filologia... Há um padrão *per se*, um estado de normalidade ao qual se contrapõem um conjunto potencialmente infinito de perturbações que afetam a ordem. Ao mesmo tempo, portanto, em que se consolida

essa diferenciação quantitativa, nasce a possibilidade de concerto, a prisão, o tratamento, a escola, a gramática. *O pau que nasce torto e a viga que o endireita.*

A definição do que seria normalidade para Canguilhem explicaria, portanto, a razão da produção de tantos dispositivos de normalização, tantos discursos, tantas instituições... Se o indivíduo “não é a vítima inerte, desprovida de poder; é canal que tanto pode transmitir as ondas de poder como resistir a elas” (Sampaio, 2006, p.27), mais necessários se tornam os mecanismos que estabeleçam o padrão e procure fechá-los nesse esquema; movimento constante e nunca completamente bem sucedido. Como a normalidade é a criação de normas, a adaptação, toda uma máquina funciona para construí-la como automática, natural, estática... Desta última “normalidade” que nos ocupamos aqui, uma vez que é ela que se encontra na pergunta que me foi dirigida.

1.3 Do corpo individual ao corpo social, e vice-versa

A sociedade é, para Canguilhem, ao mesmo tempo máquina e organismo, não sendo efetivamente nenhuma das duas coisas. É organismo na medida em que, não tendo uma finalidade intrínseca, deve descobrir seus possíveis fins; mas organismo às avessas, pois, se no corpo físico “a própria necessidade revela a existência de um dispositivo de regulação” (CANGUILHEM, 2011, p.202), a organização social cria seus órgãos, revelando assim suas necessidades.

Essa explicação da organização social como um organismo vivo se encontra, inicialmente, em Comte, pois o órgão do poder seria aquele responsável pela regulação e organização da ação espontânea e natural do corpo social do qual faz parte. Consequentemente, qualquer problema no funcionamento “normal” da sociedade pode ser regularizado por meio de procedimentos “terapêuticos” que visam a reestabelecer o equilíbrio.

Ainda encontra-se essa ideia de um órgão de poder central, fechado em si mesmo, a partir do qual linhas orientadas de comando seriam transmitidas aos demais órgãos que, por sua vez, agiriam de acordo com suas respectivas

atribuições, mimetizando uma ideia do funcionamento fisiológico que vemos, até hoje, ser reproduzida: hierarquizado e modularizado, ainda que simbiótico⁹.

Não é essa a noção apresentada por Foucault, para quem, a partir do momento em que se amplia a ação do poder disciplinar, temos um modelo de poder diverso. Foucault condena uma série de postulados que são inerentes à (ainda nossa) perspectiva comtiana... Segundo a analítica foucaultiana, o poder é uma relação de forças, um conjunto de estratégias e exercícios. As relações de poder são extensivas, disseminadas pelo corpo social, são “intrincadas em outros tipos de relação (de produção, de aliança, de família, de sexualidade)” (FOUCAULT, 2012c, p.243). Ainda que se possa estabelecer pelo entrecruzamento das relações de poder zonas de dominação, que tornam sua organização estratégia coerente e unitária, não se deve considerá-las como um objeto finalizado, que partiria de um centro nervoso a partir do qual se disseminam como ondas sinápticas. O que se veem são relações multiformes de dominação que destroem uma noção binária entre dominados e dominadores.

De acordo com Castro, “o exercício moderno do poder é (...) fundamentalmente da ordem da normalização dos indivíduos e das populações” (2009, p.299): poder disciplinar e biopoder, na sociedade de normalização.

Pode-se dizer que o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a “norma”. A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. (...) A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação (FOUCAULT, 2010c, p.212-3).

Essa modalidade do poder, em cuja formação a medicina teve um papel fundamental, é heteromorfa, dispersa e local. Não há uma norma, uma lei, que se transmita e exerça sua força violenta em todos os níveis da sociedade, mas diversas normas que se reajustam e se articulam de modo parcialmente integrável.

⁹ De acordo com Foucault, “essa redução da instância do poder à figura do senhor está ligada a outra: a redução dos procedimentos de poder à lei de interdição” (FOUCAULT, 2012c, p.241). A ideia de um poder centralizado, que age apenas pela restrição da lei, apresenta-o como homogêneo e seu enfrentamento apenas na base da transgressão. Para o filósofo, esse modelo o apresenta de um modo que impossibilita sua análise e reforça uma noção de sujeito clássica, binária (dominador/dominado), individualizada.

Em uma sociedade reticulada por normas (mesmo quando as leis seguem vigentes), cada instituição determina o que é normal. Não é cumprindo as mesmas normas que se é saudável, ou um bom soldado, ou um estudante aplicado, ou um bom operário ou um presidiário exemplar. Cada instituição, por sua vez, particulariza. Existe uma prescrição: diferenciar as particularidades de cada instituição para não submetê-las a disciplinas idênticas (DÍAZ, 2012, p.139-40).

Há tantas normas quantas são as instituições. Porém, esse conjunto de estratégias diversificadas, que têm como efeito, todas, a docilização dos corpos, a regulação das populações, a produção de sujeitos classificados, ordenados, hierarquizados, ou melhor: classificações, ordenações e hierarquias em que os sujeitos podem/devem ser enquadrados.

A norma produz um campo de comparação e classificação dos indivíduos pelos seus atos e condutas, em relação ao seguimento de uma regra que funciona como uma média, um ideal a ser alcançado. Buscando homogeneizar, ela traça um limite, que estabelece o lugar de fora em que se instala a anormalidade: a criança jubilada da escola, o preso sem direito a redução de pena, o soldado impertinente, o doente mental, o pervertido sexual... E seria justamente por ser o estado de normalidade inalcançável, distante, impossível (e de certa forma invisível e indizível) que a maquinaria não pode parar e a disciplina ser tanto mais requerida quanto mais aplicada.

De acordo com Canguilhem, a norma é um conceito dinâmico (histórico-social) e polêmico¹⁰, uma vez que se forma em oposição a um antivalor; “tira seu sentido, sua função e seu valor do fato de existir, fora dela, algo que não corresponde à exigência que ela obedece” (CANGUILHEM, 2011, p.189). O papel do antivalor na constituição da norma, sua anterioridade em relação à padronização, faz com que a norma seja fugidia...

Num regime disciplinar, a individualização (...) é “descendente” à medida que o poder se torna mais anônimo e mais funcional, aqueles sobre os quais se exerce tendem a ser mais fortemente individualizados... Num sistema de disciplina, a criança é mais individualizada que o adulto, o doente o é antes do homem são, o louco e o delinquente mais que o normal e o não-delinquente (FOUCAULT, 2010d, p.184).

¹⁰ “Conceito polêmico, dizia Canguilhem. Talvez se pudesse dizer: político” (FOUCAULT, 2010a, p.43).

Assim, é o corpo desviante, o corpo rebelde, o corpo estranho – efeitos do disciplinamento¹¹ – que será mais individualizado pelas estratégias de normalização: os estatutos, a vigilância, os registros serão sobre eles mais rígidos e também mais extensos, mais amplos, mais variados. Fala-se mais deles, deixando-se em silêncio o normal, mesmo a norma. Todo um regime de visibilidade para deixar à luz cada desvio. Todo um regime de enunciação para tornar mais dizível o anormal. Enquanto a norma, o dentro, o puro repousa em um silêncio escuro que se torna tanto mais conhecido quanto maior for a distância que o separa de seu antivalor. Isso porque “a regra só começa a ser regra fazendo regra”, como disse Canguilhem (2011, p.190), a correção nasce da infração e a produz incessantemente.

Em 1973, foram divulgadas as seguintes recomendações: “Em primeiro lugar é necessário disciplinar, do ponto de vista qualitativo”, “em segundo lugar, torna-se necessário estabelecer normas e procedimentos, técnicos e administrativos”, e ainda “desenvolver de forma racional, integrada e extensiva (...) a normalização, a inspeção, a certificação e a fiscalização” (Botelho, 1973). Tais recomendações poderiam constar do projeto político-pedagógico de uma escola, do Código Civil, de estatutos prisionais, manuais de psicanálise, poderiam mesmo integrar um plano de educação linguística. No entanto, as encontramos em carta encaminhada ao então Presidente da República Emílio Garrastazu Médici pelo então Ministro interino da Indústria e do Comércio, Luiz de Magalhães Botelho, na qual se expõem os motivos que encaminharam o projeto de lei de criação do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia). Trata-se de um órgão federal que presta suporte técnico e administrativo a outro órgão federal, o Conmetro (Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial), responsável por fixar os regulamentos técnicos, os critérios e procedimentos que devem ser obedecidos pela produção industrial. Assim, cada produto deve seguir determinados parâmetros mínimos de “qualidade e segurança”, que englobam desde características físicas do produto até o tipo de informação que deve estar nas embalagens.

Põem-se em relação um órgão de disciplinamento e regulamentação e uma instituição de produção de discursos com valor de verdade. Poder/saber, diagrama/arquivo: note-se, porém que não há, “entre técnicas de saber e estratégias

¹¹ Lembremos do caso dos israelistas que idolatravam o bezerro de ouro, quando ainda não havia lei que os proibia e de como se tornaram desobedientes, pagãos, infratores instantaneamente quando os dez mandamentos são criados.

de poder, nenhuma exterioridade; mesmo que cada um tenha seu papel específico e que se articulem entre si a partir de suas diferenças” (FOUCAULT, 1988, p.109).

Aos objetos como aos homens cumpriria estabelecer ordem, regras e normas: normalizar, inspecionar, certificar, fiscalizar os produtos manufaturados, mas também os alunos, os prisioneiros, os loucos. Disciplinar tudo: “ordem e progresso”, a ordem como requisito para que se atinja o progresso. Mas não esqueçamos o amor, que fazia parte do lema positivista e que foi deixado de lado na confecção da bandeira brasileira; o amor também, regulado, sistematizado, ordenado, normalizado.

Para tudo, uma escala, uma ordem, uma média, um padrão. Caso do tamanho do pau¹². Assistindo a alguns poucos programas desses que tiram dúvidas acerca de sexo na TV a cabo, de que são exemplos o programa de *Talk sex with Sue Johanson* (GNT) e o *Penetra* (Sexy Hot), testemunhamos vários episódios em que homens perguntam acerca dos tamanhos de seus órgãos, ou dos “órgãos de um amigo”. E as respostas, apesar das poucas alterações, giram em torno do mesmo mote: o tamanho médio mundial, nacional ou étnico do pênis e da cavidade vaginal. Enfim, o pênis e a vagina “normais”.

Caso do termômetro¹³. Usos terapêuticos da boca, do ânus, do axila para se encontrar a verdade da temperatura corporal, oculta sob a pele.

E outros usos da boca, do ânus, do axila. Outro termômetro: outra escala, outra estatística, outra média, outra ciência. Kinsey¹⁴ e o sexo americano. Um questionário acurado de acordo com os princípios mais sólidos da cientificidade era feito em busca, não do sexo erótico, o sexo prazeroso, mas o sexo observável e quantificável: apenas as práticas interessavam, as mentes deixadas de lado. Crê-se que o macho humano proletário, muito mais próximo da natureza que qualquer outro ser da espécie, deixa-se levar mais facilmente pelos instintos – porque o sexo é tomado como fato biológico, atrapalhado pela vida social. O comportamento sexual (só nos interessa o comportamento, só nos interessa o comportamento dito), em suas múltiplas variáveis, é natural; o que é natural é consequentemente normal,

¹² Não se trata do tamanho do pênis... O pênis não entra nessas relações. Trata-se mesmo do pau, do caralho – objeto da psicologia, objeto do desejo, objeto constitutivo da “masculinidade normal”, não um órgão qualquer, mas o ponto central de um território – torre de vigia, canhão, capitólio (P.S.: o assunto é explorado no capítulo 6, “O normal e o ideal”).

¹³ O termômetro é um objeto privilegiado no capítulo 2, “O termômetro e o martelo”.

¹⁴ Kinsey foi responsável por uma emblemática pesquisa quantitativa sobre os hábitos sexuais dos americanos em meados do século XX.

mesmo que seja pecado, crime, abominação para a sociedade. Os resultados, passíveis de serem ouvidos, uma vez que deserotizados pelos números (“tornar mensurável o que não for”, ou melhor que isso: torná-lo estatístico), levam seu autor a desenvolver uma escala. De zero a seis, todo comportamento sexual humano variaria quantitativamente, e quanto menor o seu resultado, mais perto do aceitável. Um novo termômetro válido para todos, pela reelaboração da boa e velha positiva equação matemática: seis mil entrevistados igual a indivíduo algum igual a todo e qualquer indivíduo. A mídia acanhada dava-se ao luxo de espalhar notícias sobre sexo e, do heterossexual-zero ao homossexual-seis, qualquer um agora poderia se ver enquadrado, atribuindo a si o calor corporal que lhe cabe sem precisar que ninguém lhe coloque a mão na testa, sem precisar colocar a própria mão na consciência. Um método sem dor, sem psicanálise – Freud, esse pervertido acientífico que fique na Europa!

Nos capítulos iniciais de *Sexual behavior in human male* (1948), Kinsey fala do método taxionômico como a melhor forma de possibilitar o conhecimento acerca dos comportamentos sociais, através de uma grande coleta de amostras de dados, depreciando assim seja o estudo de caso, seja a observação participante. Não é outro o Kinsey-pesquisador social que não o Kinsey-entomologista que coletou mais de um milhão de exemplares de vespas. Para ele, “a chave da ciência é o ‘sentido estatístico’, sem o qual não se é ‘cientista’” (GAGNON, 2006, p.155).

E, realmente, a Kinsey interessava o homem como espécie, como mamífero. A elaboração da escala H-H, como também é conhecida, visava a reconhecer as variantes da “orientação” sexual como um contínuo – e não como uma diferença qualitativa da ordem do desvio, do vício ou da doença, apelando para isso o conhecimento sobre outros seres da mesma classe de animais: relações entre seres do mesmo sexo são comuns entre as espécies mamíferas (e também entre alguns pássaros). Com isso, ele procurava naturalizar a homossexualidade, sem, contudo, caracterizá-la como uma degenerescência genética: tratava-se, em suma, de atos, não de essências. Intenções de lado, nada impediu que a sua escala fosse (e seja ainda) usada para classificar e organizar indivíduos de acordo com suas práticas e fantasias sexuais.

Além disso, a noção de variação contínua (e não qualitativa) não impede a construção de um valor padrão, pelo contrário, reforça sempre um dos pontos da

escala a despeito dos outros¹⁵ – princípio da anatomoclínica oitocentista. Isso, por exemplo, se reforça pelo fato de o pesquisador ter formulado um corolário segundo o qual “um único ato, ou um pequeno número de atos eróticos com pessoas do mesmo sexo, não fazia um homossexual”, sem porém construir um semelhante que dissesse que um ou poucos atos eróticos heterossexuais não faziam um homossexual (GAGNON, 2006, p.188).

Não deixamos de reconhecer a importância das pesquisas de Kinsey, não tanto pelos resultados que encontra, mas principalmente pelos efeitos produzidos. Os anos seguintes à conclusão da Segunda Guerra Mundial observavam uma série de mudanças no comportamento sexual, na música, na organização das famílias, mudanças de que seus estudos fizeram parte. Pela primeira vez, falava-se na mídia sobre sexo oral, pênis, vagina, ânus e sexo extraconjugal abertamente, ainda que fosse para criticar abertamente e ridicularizar seus estudos, principalmente, em relação ao comportamento sexual feminino¹⁶.

Certamente, é difícil que possamos recuperar historicamente o que representou a divulgação de seus trabalhos, com todas as críticas que possamos fazer-lhes, depois da queima de sutiãs, de Stonewall, do divórcio... No entanto, quanto mudou? O poder não é um monólito estático, mas algo variável, dinâmico, disperso em seu próprio modo de agir – “a história das formas capitalistas é sempre, necessariamente, uma história *reativa*” (HARDT; NEGRI, *apud* SAMPAIO, 2006, p.58). Fluxo, linhas de força: territorialização, desterritorialização, reterritorialização...

O poder disciplinar e regulamentador (biopolítico) elegeram, desde o século XIX, a sexualidade como um aspecto fulcral nos processos de normalização. Afinal, ela é o lugar de encontro entre o corpo individualizado, que se deve disciplinar, e a regulação do corpo social, do homem-espécie, que se deve regulamentar. Por isso, o surgimento daquilo que Foucault chama de “dispositivo de sexualidade”, ou seja: em torno do sexo, uma rede formada por um conjunto heterogêneo de elementos, verbais e não verbais, que tem uma função estratégica. Aquilo que torna a

¹⁵ Também quando, em Sociolinguística, os teóricos deixam de trabalhar com a noção de norma padrão e variantes para tratar da descrição das variedades da língua como um contínuo, não deixamos de encontrar aí polarização. Do urbano ao rural, há sempre uma ponta que serve de referência.

¹⁶ As críticas foram muito mais duras em relação ao seu livro *Sexual behavior in human female* (1953) do que em relação ao primeiro, que tratava do comportamento sexual masculino. Alguns biógrafos apontam, inclusive, essas críticas como responsáveis pela sua prematura morte três anos depois.

sexualidade não exatamente “aquilo de que o poder tem medo”, mas a faz tornar-se aquilo “através de que ele se exerce” (FOUCAULT, 1979b, p.236).

A partir do século XIX, mas já antes, a sexualidade tornou-se um campo de importância capital por se encontrar nessa “encruzilhada entre o corpo e a população” (FOUCAULT, 2010c, p.212).

Eu creio que, se a sexualidade foi importante, foi por uma porção de razões, mas em especial houve estas: de um lado, a sexualidade, enquanto comportamento extremamente corporal, depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente (...); e depois, por outro lado, a sexualidade se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população (FOUCAULT, 2010c, p.211-2).

Não se pense, com isso, que a normalização da sexualidade se dê apenas pela repressão, pela proibição e pelo silêncio. Foucault observa que há toda uma necessidade de produzir discursos acerca do sexo, toda uma vontade de verdade que se articula ao seu redor e que o incita, uma vontade que instala na sexualidade de cada um e de todos uma verdade imanente acerca dos sujeitos¹⁷.

E a chave para a decifração dessa verdade oculta que se aloja no sexo encontra-se na norma, em toda uma série de discursos, instituições e práticas, em todos os níveis. E a norma opera sobre ele, reduzindo-o a um regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido, normal e anormal, homem e mulher, heterossexual e homossexual, sadio e doentio... Uma norma, porém, que se submete a contínuas variações, configurando “o esquema das modificações que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo” (FOUCAULT, 1988, p.109).

1.4 Da máquina social à máquina abstrata

Canguilhem, em suas “Novas reflexões referentes ao normal e ao patológico (1963-1966)”, escritas vinte anos após sua tese de doutoramento, procura estabelecer relações entre o social e o vital. Ali, traça relações entre artefatos

¹⁷ “O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, juntamente com o devir de nossa espécie, nossa ‘verdade’ de sujeito humano” (FOUCAULT, 1979b, p.229).

mecânicos, conhecimentos médicos e instituições, procurando estabelecer uma noção social de normalidade.

Assim como uma escola normal é uma escola onde se ensina a ensinar, isto é, onde se instituem experimentalmente métodos pedagógicos, assim também um conta-gotas normal é aquele que está calibrado para dividir um grama de água destilada em 20 gotas, em queda livre, de modo que o poder farmacodinâmico de uma substância em solução possa ser graduado segundo as prescrições de uma receita médica. Da mesma forma, também uma via férrea normal é, dentre as 21 bitolas de uma via férrea, praticadas em todas as épocas, a via definida pelo afastamento de 1,44 m entre as bordas internas dos trilhos, isto é, aquela que, em determinado momento da história industrial e econômica da Europa, pareceu corresponder melhor ao acordo que se procurava obter entre várias exigências – antes de tudo não concorrentes – de ordem mecânica, energética, comercial, militar e política. Enfim, também, para o fisiologista, o peso normal do homem, levando em conta o sexo, a idade e a estatura, é o peso ‘que corresponde à maior longevidade previsível’ (CANGUILHEM, 2011, p.187-8).

Para Canguilhem, porém, esses exemplos tratariam de dois tipos diferentes de norma: uma intrínseca aos objetos, caracterizada pelo “peso normal do homem”, que apresenta seu valor normativo em virtude de ser o mais eficiente para a manutenção da vida; outra, baseada em uma escolha exterior ao objeto. No entanto, também essa norma seria o modo de uma coletividade relacionar suas estruturas àquilo que consistiria no seu bem comum. O normal seria, portanto, uma referência de otimidade.

Nesse sentido, a organização social seria uma máquina que busca planificar os fins da coletividade de acordo com um programa – o que de fato não ocorre de modo pleno, uma vez que a sociedade não tem uma finalidade intrínseca reconhecível. “No caso da sociedade, a regulação é uma necessidade à procura de seu órgão e de suas normas de exercício” (CANGUILHEM, 2011, p.202).

Segundo Deleuze, “as máquinas são sociais antes de serem técnicas” (DELEUZE, 2005, p.49). Deleuze e Guattari apropriam-se da imagem da máquina (abstrata) para falar sobre o modo de funcionamento das relações estratégicas de poder em dimensões históricas específicas. A máquina abstrata opera em máquinas concretas, agenciamentos concretos, dispositivos que articulam formas do conteúdo, que organizam corpos, ações e paixões, a formas de expressão, que organizam atos e enunciados. A máquina abstrata opera em dispositivos que formam ou organizam matérias, que formam ou finalizam funções, dando a eles objetivos, mas ela mesma

consiste em “matérias não formadas e funções não formais” (DELEUZE, GUATTARI, 2012c, p.241), *phylum* e *diagrama*.

O que é um diagrama? É a exposição das relações de forças que constituem o poder, segundo os caracteres analisados anteriormente. (...) Vimos que as relações de forças, ou de poder, eram microfísicas, estratégicas, multipontuais, difusas, que determinavam singularidades e constituíam funções puras. O diagrama, ou máquina abstrata, é o mapa das relações de forças, mapa de densidade, de intensidade, que procede por ligações primárias não-localizáveis e que passa a cada instante por todos os pontos, “ou melhor, em toda relação de um ponto ao outro”. (...) o diagrama age como uma causa imanente não unificadora, estendendo-se por todo o campo social: a máquina abstrata é como a causa dos agenciamentos concretos que efetuam suas relações; e essas relações de forças passam, “não por cima”, mas pelo próprio tecido dos agenciamentos que produzem (DELEUZE, 2005, p.46).

O diagrama é instável e fluido, desfaz realidades e significações anteriores, formando pontos de emergência ou criatividade, produzindo mutações com as misturas entre matérias e funções. Não age, assim, sobre uma realidade previamente constituída, mas produz um novo tipo de realidade. Como causa imanente, uma causa que se atualiza, integra e diferencia em seu efeito, ela se atualiza sob as formas de expressão e de conteúdo, do discursivo e do não-discursivo, do enunciável e do dizível: “não cessamos de passar das palavras de ordem à ‘ordem muda’ das coisas, como diz Foucault, e vice-versa” (DELEUZE, GUATTARI, 1995b, p.30).

“Quase muda e cega, embora seja ela que faça ver e falar” (DELEUZE, 2006, p.44), a máquina abstrata coloca em continuidade variáveis de conteúdo e de expressão. Os estratos se apropriam de elementos, formando “espessamentos, coagulações, cinturas que vão organizar-se e desenvolver-se segundo eixos de um outro plano (substância-forma, conteúdo-expressão)” (DELEUZE, GUATTARI, 2012c, p.245). Um estrato é um fenômeno de sedimentação de elementos que constituem uma zona espessa, rígida, no mapa; a dupla-pinça da articulação (dupla articulação), constitutiva do estrato, articula um conteúdo e uma expressão.

O que é estratificado não é objeto indireto de um saber que surgiria depois, mas constitui diretamente um saber (...) Não há nada antes do saber, porque o saber (...) define-se por suas combinações do visível e do enunciável próprias para cada estrato, para cada formação histórica. O saber é um agenciamento prático, um “dispositivo” de enunciados e de visibilidades (DELEUZE, 2006, p.60).

É por esse processo, nessa relação, que se cria a norma: o dentro e o fora, a ausência de polissemia, a arbitrariedade do signo, a universalização das regras gramaticais, um território. Sobre o mapa, plano atravessado por uma multiplicidade de linhas de ordens várias, que se interconectam continuamente, vão se constituindo agenciamentos provisórios, que vão organizando e reorganizando territórios. Cada dispositivo, em um dado momento, é um decalque desse espaço cartográfico, ou seja, um espaço razoavelmente estável, atravessado por múltiplas linhas: linhas de luz e de enunciação, linhas de fissura e de sedimentação... Linhas de normalização.

Uma norma, uma constante, uma invariante “se definem menos por sua permanência e sua duração do que por sua função de centro, mesmo relativo” (DELEUZE, GUATTARI, 1995b, p.40): a língua padrão, a norma linguística, a língua maior, por exemplo.

O modelo científico através do qual a língua devém objeto de estudo não é senão um modelo político através do qual a língua é por sua vez homogeneizada, centralizada, padronizada, língua de poder, maior ou dominante (DELEUZE, GUATTARI, 1995b, p.48).

Estratificação e saber. Vaugelas e a lição da gramática. Os limiares que, empilhando-se formam o estrato, criam o metro-padrão em relação ao qual a maioria é avaliada. Mas dizer maioria não implica uma constatação da ordem quantitativa numérica, é maioria, porque, implicando constante, de conteúdo ou de expressão, “aparece duas vezes, uma vez na constante, uma vez na variável de onde se extrai a constante” (DELEUZE, GUATTARI, 1995b, p.55).

Suponhamos que a constante ou metro seja homem-branco-masculino-adulto-habitante das cidades-falante de uma língua padrão-europeu-heterossexual qualquer (o Ulisses de Joyce ou de Ezra Pound). É evidente que “o homem” tem a maioria, mesmo se é menos numeroso que os mosquitos, as crianças, as mulheres, os negros, os camponeses, os homossexuais... etc. (DELEUZE, GUATTARI, 1995b, p.55)

O que se chama maioria é um estado determinado alçado à categoria padrão em relação à qual outros estados, outros conjuntos (quantitativamente maiores ou menores) são considerados minoritários. O homem é o “Ponto central que se desloca em todo espaço ou sobre toda a tela, e que vai alimentar a cada vez uma oposição distintiva conforme o traço de rostidade retido” (DELEUZE, GUATTARI, 2012b, p.94).

Um rosto não é individual, um rosto é aquilo que define zonas de frequência, “um campo que neutraliza significações as expressões e conexões rebeldes às significações conformes” (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p.36). Um rosto é a redundância de formas, aquilo que toma as ressonâncias (da subjetividade) e as redundâncias de frequência (de significância) e as torna conformes a uma realidade dominante. O rosto identifica, o rosto territorializa... O rosto forja a identidade, individualiza: o muro branco do significante, o buraco negro da subjetividade – o terceiro olho, o ponto central. Submissão da linha ao ponto.

O terceiro olho do homem que, em um sistema arbóreo, numa máquina dual, vai se fazendo origem de linhas que se entrecruzam em pontos dominantes e pontos dominados, linhas duras e pontos do homem (e da mulher), do adulto (e da criança), do heterossexual (e do homossexual), do branco (e do negro), do cristão (e do pagão/herexe)...

O ponto central, ou terceiro olho, tem portanto a propriedade de organizar as distribuições binárias nas máquinas duais, de se reproduzir no termo principal da oposição, ao mesmo tempo que a oposição inteira ressoa nele. Constituição de uma “maioria” como redundância. E o homem se constitui assim como uma gigantesca memória, com a posição do ponto central, sua frequência, visto ser ele necessariamente reproduzido por cada ponto dominante, sua ressonância, dado que o conjunto de pontos remete a ele (DELEUZE, GUATTARI, 2012b, p.94).

E, se não há devir majoritário, se não há um *devir-homem* do homem, é sempre necessário renormalizar, reterritorializar, reestruturar o modelo para reagir às linhas de fuga, aos processos desterritorializantes, ao *devir-mulher* do homem, ao *devir-criança*, ao *devir-animal*... Por isso, não há apenas linhas de poder que dão nós minoritários, há todo um esforço conjunto de manter normalizado o normal. Há sempre formas de educação que visam a normalizar o indivíduo, a transferi-lo sempre a um ponto de subjetivação mais alto, mais conforme, “um poder imanente que se confunde com o ‘real’” (Deleuze, Guattari, 1995b, p.88).

É sobre esse poder que intento falar.

1.5 Da árvore ao mapa

Desconfio de todos os sistematizadores e os evito.

A vontade de sistema é uma falta de retidão.

Friedrich Nietzsche, “O crepúsculo dos ídolos”

O impulso explicativo dos estudos científicos, da física à biologia, da biologia à psicologia, em sua verve normalizadora, desconsidera o individual, cria o genérico e o conceito, sem se dar conta de forjar teratologias. Desde o termômetro de Galeno, o arbitrário da escala – da temperatura da neve à da chama de uma vela – aos Relatórios Kinsey, a necessidade de ordenação do espaço humano e, dentro dele, do corpo de cada indivíduo fez-se menos observável que os objetos criados para o desenvolvimento dos saberes. O sujeito reificado pelo olhar do cientista, emudecido em sua singularidade, pôde enfim adotar para si esse olhar estrangeiro, usar em si os métodos válidos de observação, agora disponíveis na farmácia e na livraria, agora disponíveis nas ruas, nos bares, nas escolas, e enfim abrir a boca para dizer aquilo que o outro lhe diria: sou normal, ou não.

Mas, afinal, o que é ser normal? O que se requer para ser normal? Como se estabelecem seus parâmetros e como eles operam nas práticas sociais? Como é produzida a normalidade, qual seu peso, sua importância, sua atuação na vida das comunidades? A construção das noções de normalidade e anormalidade, ou sanidade e patologia, de norma e desvio, de maioria e minoria, que mantêm entre si traços comuns, ainda que aplicáveis a diferentes áreas de nossas vidas, tão heterogêneas quanto possíveis, traz em si uma regularidade? Como essas noções são forjadas, como estados qualitativamente diversos, como graus numa escala contínua, tal qual o termômetro, ou seria de uma outra maneira?

Parece paradoxal que o normal, que se instala em todos os espaços institucionais, em todas as regras de comportamento, em todos os saberes e na mídia, seja ao mesmo tempo tão visível e invisível. Algo de que não se para de falar e que também se mostra *inenunciável*. Algo que não para de falar e que não possui uma voz sensível. Parece paradoxal que o Anormal, seu oposto complementar, tenha sido e ainda seja um alvo muito mais constante dos enunciados ao longo da história; algo muito mais regulado, sujeito à constante vigilância, disciplinamento e controle. Isso porque “o poder se torna mais anônimo e mais funcional” e “aqueles

sobre os quais se exerce tendem a ser mais fortemente individualizados” (FOUCAULT, 2010d, p.184). Fala-se mais da criança que do adulto, do doente do que do são, da mulher do que do homem, dos homossexuais do que dos heterossexuais, dos gordos do que dos magros, dos míopes do que dos de vista boa, dos negros, asiáticos, indígenas e mestiços do que dos brancos, dos pobres do que dos ricos, dos loucos do que dos arrazoados, dos criminosos do que dos inocentes. Reconhecem-se, assim, muito mais facilmente os indivíduos marcados pela anormalidade do que seus contrários.

Disperso, diverso, heterogêneo; para tomar como objeto de estudo o Normal, é necessário que se construa um método próprio para que se possa tentar responder às perguntas que o cercam; um método cartográfico, arqueológico, genealógico. Talvez, como Nietzsche,

fazer perguntas com o *martelo* e talvez ouvir, como resposta, aquele célebre som oco que vem de vísceras infladas – que deleite para alguém que tem outros ouvidos por trás dos ouvidos – para mim, (...), ante o qual o que poderia guardar silêncio *tem de manifestar-se...* (NIETZSCHE, 2006, p.7-8).

E quebrar os termômetros e ver escorrer de seu interior, amorfo e cintilante, o líquido cremoso que desenhará, sobre a horizontalidade acidentada do plano cartográfico, um desenho quiçá fugaz e absurdo.

Segundo o *Dicionário de filosofia*, de Ferrater Mora, “tem-se um método quando se segue um determinado caminho, para alcançar um certo fim (...). O método contrapõe-se à sorte e ao acaso, pois o método é, antes de mais nada, uma ordem manifestada num conjunto de regras” (FERRATER MORA, 1978, p.186). O termo metodologia pode, assim, ser entendido de diversas maneiras: como o ramo anteriormente relacionado à Lógica, que estuda os métodos (ou mesmo, os prescreve); a análise dos procedimentos metodológicos; ou mesmo o conjunto de procedimentos de uma ou mais ciências.

Ramo relacionado à produção do conhecimento, ao se discutir método se fala, principalmente, da sua relação com a realidade que se procura conhecer. “Nesse aspecto”, segundo Abbagnano, “a Metodologia é elaborada no interior de uma disciplina científica (...) e não tem outro objetivo além de garantir às disciplinas em questão o uso cada vez mais eficaz das técnicas de procedimento de que dispõem” (ABBAGNANO, 2007, p.669). Nesse sentido se fala que uma pesquisa de

natureza quantitativa ou qualitativa seria mais adequada à pesquisa deste ou daquele problema determinado, a partir de uma perspectiva teórica ou outra. Em geral, quando se debruça sobre um objeto que se pretende analisar, “ou se tem um método sólido para um objeto que não se conhece, ou o objeto preexiste, sabe-se que ele está ali, mas se considera que ele não foi analisado como devia, e se fabrica um método” (FOUCAULT, 2012b, p.225) para analisá-lo.

Para Nietzsche, as teorias (ou feixes de conceitos, como a chama Canguilhem) não podem de forma alguma tocar o real.

A inobservância do individual e efetivo nos fornece o conceito, bem como a forma, ao passo que a natureza desconhece quaisquer formas e conceitos e, portanto, também quaisquer gêneros, mas tão-somente um “x” que nos é inacessível e indefinível. Pois até mesmo nossa oposição entre indivíduo e gênero é antropomórfica, e não advém da essência das coisas, ainda que não arrisquemos dizer que ela não lhe corresponde: isso seria, efetivamente, uma asserção dogmática e, como tal, tão indemonstrável quanto o seu contrário (NIETZSCHE, 2008, p.36).

No próprio princípio da filosofia cartesiana estava a dúvida, a questão sobre a impossibilidade de conhecermos algo, que Descartes resolve através da elaboração dos *a priori* do pensamento, inatos e válidos universalmente – em última instância, recorrendo a Deus. Também no empirismo inglês humeano, lá está o ceticismo, a descrença na leitura do perceptível por palavras e conceitos, que levaram Hume a terminar a vida apartado da filosofia (inútil), a plantar batatas – literalmente. Não haveria métodos para tocar o intangível.

Isso, porém, não implica que as questões devam ser abandonadas (como fez Hume), nem a defesa de um total niilismo. Pensar, apesar do impensável, evitando a arrogância da conclusão, baseada no método. A verdade é “um exército móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos” (NIETZSCHE, 2008, p.36).

Também o pensamento foucaultiano coloca em xeque a sua metodologia. Se o que antes era considerado válido, hoje é risível; da mesma forma aquilo em que hoje se acredita, amanhã pode ser a piada de um historiador das ideias; da mesma forma como algumas das conclusões a que chegou podem vir a ser questionadas. Por isso, seus livros – como ele mesmo afirma – situam-se mais como experiências (vivências partilhadas) do que propriamente livros de demonstração ou de análise (OKSALA, 2011, p.33).

No entanto, por isso, se tornaria obsoleta qualquer reflexão? Sim, se nos quiséssemos ater aos procedimentos científicos validados, se quiséssemos construir novas dicotomias para desenhar um modo de organização da sociedade estrutural, colocando-se sobre a encruzilhada que divide, de um lado, a língua, de outro, as instituições; de um lado o sujeito, de outro a sociedade; de um lado o universal, de outro o individual... Aceitar a normalidade e descrevê-la, ir contra a normalidade e simplesmente atacá-la. Não trabalhar com *quês* ou *porquês*, mas *comos*.

Por isso, situamo-nos em acordo com a teoria do discurso, que privilegia a pragmática como um elemento inerente a toda prática languageira; que se preocupa com uma relação simbiótica incontornável entre o social e o discurso, com a prática discursiva, como processo de integração entre dado grupo social e dado conjunto de enunciados; que confere primazia ao interdiscurso, “espaço de trocas entre vários discursos” (MAINGUENEAU, 2008c, p.20). Por isso, fazer mapa.

O mapa é aberto, é conectável em todas as dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantes. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como ação política ou como uma meditação (DELEUZE, GUATTARI, 1995a, p.30).

Um mapa, como um rizoma, tem múltiplas entradas: por isso, procuramos abstermo-nos de uma organização do pensamento que se organize linearmente, que separe devidamente conceitos e áreas de estudo... Não, porém, que possamos nos desprender totalmente dos modelos contra os quais/sobre os quais trabalhamos, de modo que, por mais que nos esforcemos, também sejam os modelos com os quais trabalhamos.

Procuramos construir um percurso de pesquisa que às vezes muda de direção, que persegue linhas várias que o atravessam, de modo a construir uma visão (não a visão) de um sistema disperso, que faz um diagrama (não o diagrama) das relações de força que atravessam o poder normalizador e o discurso de normalização, sem aceitar qualquer universal, qualquer pré-existência... Propomo-nos a perseguir as múltiplas linhas que constituem o mapa da normalização que vai assim sendo desenhado, sem determinar origens ou causas, mas que deslinda efeitos (efeitos de sentido, produção de subjetividade, transformações incorpóreas)...

Procurarei deixar visíveis as aberturas e fissuras que, assim como as linhas e os planos, compõem o dispositivo de normalização sexual, por meio de uma análise que privilegia a transversalidade, uma vez que “operar na transversalidade é considerar esse plano em que a realidade toda se comunica. A cartografia é o acompanhamento do traçado desse plano ou das linhas que o compõem” (PASSOS; BARROS, 2010, p.27). Construir, com isso, um rizoma e não uma árvore; não um esquema que reforce binariedades, que se submeta a um ponto qualquer. Isso é o que intentamos, não necessariamente o que faremos¹⁸.

¹⁸ Na conclusão, apresento as pistas que me foi possível seguir e os resultados em relação à “aplicação” do método cartográfico.

2 O TERMÔMETRO E O MARTELO

Análise do termômetro a partir dos postulados da Linguística Textual – Análise do termômetro como dispositivo – Análise do conteúdo e Análise do discurso – Relação entre a arqueologia de Foucault e a Análise do discurso francesa

Assim, porque és morno, e não és frio, vomitar-te-ei da minha boca.

Livro das Revelações, 3:16

Hipócrates colocava a mão sobre a fronte de seus pacientes e, assim comparando o calor daqueles corpos ao seu, classificava-o “doce” ou “ardente”. No entanto, o tato – ah! o tato! erótico e sensível instrumento – não seria o meio mais adequado para que os doutos homens da medicina científica por vir, doutos homens, olhos sobretudo, averiguassem o fenômeno da temperatura dos corpos alheios. A temperatura corporal: torná-la visível, domá-la sob uma forma apreensível pelos mais confiáveis sentidos, quantificá-la para conhecê-la e qualificá-la, impor-lhe por fim os sete selos positivos da ciência, fazê-la objeto de um enunciado, construir sobre ela hipóteses e teorias sob a vigilância constante dos métodos mais acertados, estabelecendo-lhe assim uma ordem e sua regra para enfim subjugar-lhe a uma terapêutica eficaz (caso esteja alterada); eis a tarefa que tomaram para si os fisiologistas novecentistas.

Até meados do século XIX, ainda que já houvesse aparelhos de medição da temperatura bastante confiáveis para os padrões atuais desde o século XVII, médicos e cientistas mantinham-se céticos quanto à sua aplicabilidade ao exame dos corpos humanos. Fazia-se premente tornar os aparelhos de medição em instrumentos precisos, válidos e valorosos, que dessem conta desta missão no campo médico. E não são poucos os nomes de malfadados inventores que desfilaram pela história do conhecimento (não a história crítica, mas aquela que se contenta com a datação dos resultados, desenhando o caminho reto e ascendente do “progresso da razão sobre o caos”): Fílon de Bizâncio e Héron da Alexandria; Élio Galeno, que desenvolveu uma complexa tipologia da temperatura humana

relacionada aos temperamentos (quente, frio, úmido ou seco, com suas subdivisões e variáveis combinatórias); Galileu, Sanatório de Pádua, Giovanni Sagredo e Cornelius Drebbel; Daniel Fahrenheit, Anders Celsius e Michael Faraday, entre vários e vários nomes de que não tomaríamos conhecimento não fosse o esforço enciclopédico, a enfadonha necessidade de tecer genealogias de proporções bíblicas e a falta do que fazer de alguns historiadores da ciência.

O impulso quantificador, a necessidade de estabelecer padrões de ordem numérica, em escalas precisas, tornando objetiva a observação dos fatos analisados pela ciência, de acordo com a máxima de Galileu (“medir tudo o que for mensurável e tornar mensurável tudo o que não for”) viria a ganhar força ao longo das experiências médicas realizadas durante os séculos XVI a XVIII. Só neste século, porém, que a escala de Galeno, baseada nos humores, seria totalmente abolida por Anton de Haen, médico que introduziu, no Hospital de Viena, o uso do termômetro de mercúrio, instrumento mais preciso de aferição térmica, desenvolvido por Fahrenheit. A publicação de seu *Ratio medendi in nosocomio practico* indica uma ruptura em relação às práticas médicas exercidas anteriormente. Mesmo que de Haen não possa ainda ser considerado um “homem (plenamente) moderno” (espécie de S. Tomé Positivista), em virtude de sua crença na influência que demônios e práticas mágicas exercem sobre a saúde dos doentes, podem-se encontrar no seu tratado, além da prescrição contra a aferição hipocrática (tátil) da temperatura, traços relevantes da medicina moderna (HESS, 2005, p.110).

Uma longa história faz do termômetro o objeto que hoje conhecemos: simples e transparente, algo que pode ser manipulado por qualquer indivíduo sem grandes dificuldades. Objeto sobre o qual não mais pensamos. Faz parte do modo como as práticas de poder/saber se instauram na vida social o modo como alguns dispositivos se tornam naturais e como os implícitos e pressupostos que desencadeiam se instauram no cotidiano coletivo. Um objeto simples como este é um desses elementos sobre o qual se deixou de pensar do ponto de vista de tudo aquilo que ele representa como dispositivo atrelado às práticas de normalização e como signo/texto/discurso que deixa transparecer uma concepção mesmo do que seria a prática de leitura na nossa sociedade.

Neste capítulo, proponho uma análise do termômetro como texto e também como dispositivo de normalização. Para tanto, retraço, baseado nos estudos de Foucault e Canguilhem, uma história do desenvolvimento da medicina, tomando

como foco a emergência deste artefato clínico. Tomo ainda o termômetro como metonímia dos critérios positivos de cientificidade, com especial destaque para as ciências humanas e os estudos linguísticos e analiso certa noção de texto e dos estudos interpretativos em que se baseia esse artefato físico-clínico, com o objetivo de, contrastivamente, apresentar o quadro teórico que embasa este trabalho.

2.1 Ler o termômetro

Uma longa história faz do termômetro o objeto que hoje conhecemos: simples e transparente, algo que pode ser manipulado por qualquer indivíduo sem grandes dificuldades. Esse objeto – o termômetro – poderia ser tomado, ele mesmo, como um texto. De acordo com definição amplamente aceita na Linguística Textual, o *texto* – seu objeto – seria uma “sequência de frases que forma um todo coerente” (MAINGUENEAU, 2012, p.110). Essa definição, portanto, não nos serve aqui, ainda que pudéssemos estabelecer uma série de correspondências entre elementos constitutivos do termômetro e os aspectos mais relevantes daquilo que constituiria a textualidade.

De acordo com Costa Val (2004), textualidade seria o “conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma sequência de frases” (p.5). A autora adota a perspectiva de Beaugrand e Dressler, também assumida por Koch (2004); perspectiva esta que privilegia os aspectos pragmáticos do texto. Para Dressler (*apud* FÁVERO; KOCH, 2012, p.100), “um texto não pode ser suficientemente definido nem sintática nem foneticamente, mas sim semântica ou comunicativamente (pragmaticamente)¹⁹”. Por isso, são adotados sete critérios que devem ser observados para que se garanta a textualidade de uma sequência linguística: “dois deles (coesão e coerência) ‘centrados no texto’ e cinco (situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade) ‘centrados no usuário” (KOCH, 2004, p.35).

O termômetro apresenta características bastante diversas daquelas apresentadas pelos objetos focalizados pela Linguística Textual, de modo que

¹⁹ Não assumimos a compreensão de que a pragmática se confunda com comunicação.

poderíamos considerar inadequados os critérios anteriormente listados para sua análise. Consequentemente, para que se tome o termômetro como texto, é necessário ampliar a categoria para uma concepção que abarque não apenas os enunciados como também produtos de outros domínios semióticos.

De acordo com o *Curso de linguística geral*, a Linguística seria apenas uma parte da Semiologia, ciência que estuda “a vida dos signos no seio da vida social” (SAUSSURE, 1999, p.24), no entanto, uma parte privilegiada, uma vez que lhe forneceria modelos teórico-analíticos, como bem procura fazer Barthes, em seu *Elementos de semiologia* (2001), ao procurar analisar como sistemas (aos moldes estruturalistas) o vestuário, a comida, o mobiliário e a arquitetura. Para tanto, ele se utiliza das clássicas dicotomias da vulgata estruturalista: língua e fala, significado e significante, sintagma e paradigma.

Minha proposta aqui será utilizar os critérios de textualidade de Beaugrande e Dressler, conforme apresentados acima, para promover uma primeira leitura do termômetro, como texto, e como um texto revelador de uma certa concepção de normalidade.

2.1.1 O termômetro como texto

Retomemos os sete critérios de textualidade e observemos como eles aparecem no texto(semiológico)-termômetro: coesão, coerência, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade.

Como aparelho técnico, o termômetro é decomponível em partes (tal qual o texto linguístico, todo constituído de elementos articulados): a cânula de vidro e o cilindro que a circunda, lineares, são milimetradas segundo uma única escala térmica, obedecendo a um modelo termológico preciso. Além disso, na base da cânula de vidro encontra-se um depósito de mercúrio – metal líquido em temperatura ambiente – que se dilata em contato com qualquer superfície mais quente, percorrendo assim a cânula. Dentre os números da escala paralela a esta cânula, um se apresenta com uma marcação diferente: cor ou espessura diferenciada de seus traços indicam sua singularidade. A partir daquele ponto, o mercúrio passa a indicar uma temperatura alterada (ou “patológica”). O número, em si, não significa

nada, mas passa a ter valor a partir do momento em que ultrapassado pelo mercúrio. Este, signo contínuo, só vai adquirir significação (e legibilidade) graças ao signo discreto que margeia sua linha. Tudo na forma coesa do termômetro denota a ideia de que um mesmo fenômeno possui diversos graus e que esses graus, diferenciados quantitativamente (numericamente), são qualitativamente diversos. Podem-se observar assim, parafraseando Koch (2004, p.35) quando esta fala da coesão textual, que os elementos presentes na superfície do termômetro se interligam, se interconectam, pela sua própria integração espacial, de modo que cada um desses elementos passe a adquirir um estatuto qualitativamente diverso do que quando separados em outros textos (a cânula de vidro em um laboratório ou uma escala numérica numa fita métrica, por exemplo). Segundo a Linguística Textual, ainda, pode-se afirmar que a coerência seria a contrapartida semântica do aspecto formal da coesão, isto é, algo diria respeito à veiculação de sentidos, a partilha de “conhecimentos entre interlocutores” (COSTA VAL, 2006, p.5). Não se pode negar então que o termômetro tenha uma unidade de sentido, e que seja portanto dotado de coerência.

Pensemos agora em relação aos aspectos pragmáticos do texto-termômetro. O termômetro é dotado de relevância diante de determinados fatores situacionais, ao mesmo tempo em que interfere na situação. Como aparelho diagnóstico, usado em instituições de saúde ou em casa, o termômetro se faz relevante em casos de suspeita de doença e age sobre a realidade, ao diluir uma sensação ou suspeita transformando-a em uma “verdade” precisa, a partir da qual pode se desenvolver um tratamento ou se instaurar certo alívio. Também pode-se dizer que o indivíduo usa o texto-termômetro com determinada intenção e que este se faz aceitável na medida em que, usado adequadamente, de acordo com suas regras.

Quanto à informatividade, característica que este texto apresenta indubitavelmente, faz-se necessário reforçar que é auxiliada e enriquecida em virtude da relação intertextual estabelecida entre o termômetro e o discurso médico. É a partir desta relação que determinado número alcançado pela barra de mercúrio será dotado de sentido e se tornará relevante.

Tomo, agora, alguns elementos da semiótica peirciana que possibilitam uma leitura do termômetro como texto semiótico. Encontramos nele a coexistência dos três regimes de signos, de acordo com a classificação de Peirce. O termômetro possui a capacidade de, sendo símbolo, fingir-se índice e revelar-se ícone. É um

signo porque representa alguma coisa que lhe está além (o objeto – no caso, o grau de variação da temperatura corporal). E, como tal, esse signo-termômetro se mostra como ícone, pelo seu caráter imitativo: quanto maior a temperatura, maior o traço de mercúrio no seu interior. A linearidade da cânula representa a ideia de linearidade dos fenômenos térmicos, como se variando gradualmente (e não por etapas) numa faixa contínua específica. Temperatura normal e patológica são considerados como dois comportamentos distintos de um mesmo fenômeno: a homeotermia, qualidade que alguns seres vivos possuem de manter estável a própria temperatura em detrimentos das variações mesológicas.

O mercúrio na linha que traça é índice do mesmo fenômeno: o metal líquido, em contato com o corpo examinado, se dilata, percorrendo o caminho que lhe é traçado. Reforça-se assim a ideia de algo que está lá, de que o termômetro será apenas o “mensageiro”, como a fumaça o é do fogo ou a sombra do corpo compacto sobre o qual se projeta a luz, ou mesmo com a marca das pegadas na areia, ou a imagem captada pela câmera fotográfica.

Eis a grande propriedade do termômetro, signo-texto, como dispositivo. Em sua objetividade transparente, confere à prática da clínica médica qualidades do exame laboratorial, científico-empírico. É dispositivo de visualização, atuando na reespecialização visual do corpo doente; obedece à exortação de Tenon de que é preciso tornar a ciência ocular. A temperatura, com ele, entra no terreno da plena visibilidade, desgarrando-se finalmente do tato e da imprecisão; presentifica-se ali, naquela linha prateada que indicia o fenômeno físico-químico antes obscuro e agora domado.

Essa dominação do espírito positivo sobre o fenômeno, porém, só se fará completa em virtude do poder simbólico do termômetro. Ele não só indicia, não só marca, não só indica a temperatura corporal. Ele a assinala com um grau, ele a normatiza. O termômetro baliza o liame entre a normalidade e a patologia, entre o estado saudável e o doentio, fala de algo que não está ali, mas que recoberto por sua suspeita objetividade aparece nítido. O termômetro é, assim, signo-símbolo, ou seja, representa, reapresenta algo que não está ali: um conceito, uma norma.

2.1.2 O termômetro como dispositivo

O filósofo italiano Giorgio Agamben (2010) retoma o termo foucaultiano “dispositivo”, fundamental para aquela que se convencionou chamar a segunda fase do seu pensamento (o genealógico, em oposição ao arqueológico, predominantemente centrado na análise dos discursos constitutivos do arquivo), considerando-o como qualquer elemento que entra em relação com os seres vivos, tendo a capacidade de “capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos” (AGAMBEN, 2010, p.40) destes seres. Trata-se assim de um conceito estritamente relacionado à ideia de governamentalidade, estando inscrito nas relações de poder e condicionado pelas relações de saber. Mais do que isso: trata-se de uma tentativa de tornar o conceito foucaultiano mais concreto e, conseqüentemente, mais fácil de ser manejado para fins analíticos.

Além disso, o dispositivo é também um conjunto em que se concatenam *n* aparelhos técnicos, discursos, instituições, objetos, com uma função estratégica dentro das relações de saber/poder. Sendo assim, como dispositivo, o termômetro inscreve-se em um conjunto composto por outros dispositivos, conjunto por meio do qual se exercem determinadas ações de poder no âmbito das relações sociais.

Em virtude das características previamente apresentadas do termômetro como texto semiótico, este apresenta-se como um artefato ligado ao dispositivo de normalização, em contato com uma série heterogênea de elementos (discursos, instituições, saberes e estratégias de exercício de poder). Para tanto, valeria falar das condições de produção ou de possibilidade que permitem sua emergência dentro do domínio da saúde.

A noção de condições de produção surge atrelada à Análise de Conteúdo e, indiretamente, à sociolinguística. No entanto, tal como a empregamos aqui, está relacionada à Escola Francesa de Análise de Discurso (doravante AD), mormente à linha pecheutiana, e estaria relacionada aos aspectos contextuais que determinam a produção de determinados enunciados, e não outros. Para tanto, Pêcheux reelabora o esquema informacional, baseado numa concepção comunicativa da interação verbal calcado em Jakobson, repensando os agentes da interação verbal (emissor, receptor) como representações imaginárias e não como sujeitos empíricos; o

referente como “objeto imaginário” e não como a realidade física (aliás, realidade?); e substituindo a concepção de mensagem como transmissão de informações pela de “efeito de sentido”. Não estamos diante do contexto empírico, tal qual focado por uma perspectiva pragmática dos estudos textuais. No entanto, como a noção de condições de produção encontra-se muito atrelada à concepção mecanicista de discurso, defendida pelo primeiro Pêcheux, aquele da Análise Automática do Discurso, propõe-se uma visão ainda mais complexa e intrínseca das relações entre dado discurso e seu entorno.

Já a noção de condições de possibilidade, ligada à arqueologia foucaultiana, relaciona-se à ideia de *a priori* histórico. Chamam-se “a priori histórico” as condições históricas, contingentes (e conseqüentemente não metafísicas, substanciais e universais) de emergência dos enunciados e das práticas a eles relacionadas, sua lei de coexistência com outros e sua especificidade. A emergência do termômetro se dá a partir de uma série de rupturas no campo da medicina que a possibilitam e a tornam natural, colocando-a numa série de acontecimentos “teleologicamente” articulados, como nos faz crer a história positiva das ciências.

Nos seus “trabalhos empíricos”, que compreendem a *História da loucura na idade clássica*, *O nascimento da clínica* e *As palavras e as coisas*, Foucault desenvolve uma epistemologia histórica de alguns campos do saber (a psiquiatria, a clínica médica e as ciências humanas), tentando “encontrar entre o que era considerado da ordem da necessidade, aquilo que, a um exame filosófico mais detalhado, se revelava da ordem do contingente, fugaz, arbitrário” (OKSALA, 2011, p.16). Pensar o dispositivo-termômetro a partir dessa concepção não seria vê-lo como um simples produto de uma evolução científica que possibilitou um avanço no conhecimento das doenças, sua diagnose e seus métodos de tratamento.

Em *As palavras e as coisas*, encontramos o termo “episteme” – que logo será substituído pela noção de práticas discursivas que, por fim, dará lugar à de dispositivo. Para Foucault, a episteme seria um dispositivo discursivo capaz de diferenciar aquilo que seria qualificável cientificamente do que não, como uma espécie de limiar entre os códigos culturais e as teorias científicas que os explicam; o campo

onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou a suas formas objetivas, enraízam sua positividade e

manifestam assim a história que não é a de sua perfeição crescente, mas antes a de suas condições de possibilidade (FOUCAULT, 2007, p.XVIII-XIX).

Então, o que possibilita a emergência do termômetro no espaço hospitalar? A entrada do termômetro no ambiente hospitalar não é o resultado de uma simples evolução técnica, pois já havia dispositivos de medição da temperatura corporal confiáveis. Também não foi produto de um gradual conhecimento científico que reconheceu o comportamento térmico das doenças como fundamental à terapêutica, pois desde Hipócrates já se reconhecia a febre como um sintoma da patologia. A entrada do termômetro nos hospitais é um símbolo da ruptura que se estabelece entre a medicina clássica e a medicina moderna, como analisada por Foucault, em *O nascimento da clínica*. Ruptura concomitante, aliás, ao momento de generalização dos procedimentos disciplinares, fazendo do termômetro um dispositivo que é ao mesmo tempo produto e efeito da norma.

Ali, Foucault parte da mutação que se estabelece no discurso médico no decorrer de poucas décadas, entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Essa mutação, de acordo com as histórias da medicina, se dá com a transformação da medicina em uma ciência empírica, a partir do momento em que cai por terra a proibição das autópsias – uma proibição que, de fato, nunca existiu. O filósofo/pirotécnico francês, então, opondo-se à epistemologia, que traçaria a história de uma ciência como a de sua progressiva aproximação da verdade, delinea a “inauguração” da medicina moderna, não como resultado da “descoberta” de seu real objeto ou pelo desenvolvimento de métodos mais precisos de observação, mas pela modificação do seu objeto. “O que muda é que ela diz de outro modo e vê um outro mundo; o que muda é a relação entre aquilo de que se fala e aquele que fala; o que muda é a própria noção de conhecimento” (MACHADO, 2007, p.88). O corte epistemológico que se dá entre a medicina clássica e a moderna deriva da demarcação de um novo espaço de visibilidade para a doença e a emergência de uma nova linguagem.

A *protoclínica* do século XVIII privilegiava um olhar de superfície, em que a doença mostrava sua estrutura visível a partir da aparência dos sintomas. O exame tinha como objetivo reunir e tornar sensível não a experiência concreta da doença, apreendida no corpo do doente, mas extrair dali as formas já catalogadas com a finalidade de ensinar aos estudantes de medicina como abstrair do quadro

contingente e acidental da manifestação da doença a sua verdade. A doença, dotada de uma essência própria, era ao mesmo tempo um fenômeno de contranatureza e um fenômeno da natureza, visto que comparável às plantas e aos animais, dotada como eles de formas características. Trata-se do período da medicina classificatória, baseada nos moldes da história natural, taxionômica, que ordenava o mundo através de uma classificação sistemática, hierárquica e prévia.

O que marca a especificidade da *clínica* que começa a se praticar no início do século XIX é sua prática como concomitante à do fundamento do saber. Observar o doente é pesquisar; ver não é apenas identificar, ver é agora concomitante à tarefa de elaboração do saber. Se anteriormente, a clínica (ou *protoclínica*, segundo Foucault) depende o menos possível da percepção, por considerar seu objeto (a doença) num espaço racional de classificação, agora o olhar que observa não é mais apenas ilustrativo da teoria. A doença passa a ser um conjunto de sintomas capazes de serem percebidos diretamente pelo olhar que deixa de ser tributário de uma fala anterior, teórica, nosográfica, ideal. O saber médico se funda no olhar, na clínica: observar o doente é pesquisar²⁰. Simultaneidade do olhar e do saber. O termômetro, assim, é um dispositivo fundamental nessa nova concepção, uma vez que permite tornar visível (o que equivale a dizer: “conhecido”) o sintoma da alteração da temperatura provocado pela doença. Assim, pode-se dizer que o termômetro é também o índice de um índice: índice do sintoma, signo da doença. Ele torna mensurável a normalidade e sua contraface²¹.

Agora, a natureza da doença é considerada “sua própria manifestação sensível, fenomênica, no nível dos sintomas” (MACHADO, 2007, p.93). Se a doença é um conjunto de sintomas, e se os sintomas, observáveis, são signos da doença, os sintomas não deixam de ser signos de si mesmos: uma equação linguística que baseará a percepção do real da doença. Observar é pesquisar, mas é também enunciar. O olhar clínico é um olhar-linguagem e seu objeto é o corpo doente. “Na clínica, ser visto e ser falado se comunicam de imediato na verdade manifesta da doença, de que constituem precisamente todo o ser. Só existe doença no elemento visível e, conseqüentemente, enunciável” (FOUCAULT, 2011b, p.104). O corpo

²⁰ Como canta Marisa Monte: “Perceber é conceber”...

²¹ Poderíamos considerar que, se para Saussure (1999), o signo linguístico possui duas faces indissociáveis: o significante (“imagem acústica”) e o significado (“conceito”), o signo termométrico como índice da normalidade apresenta – e isso é constitutivo dos dispositivos de normalização – as duas faces indissociáveis do normal e do patológico.

doente é como uma folha de papel, cujos signos (sintomas) são lidos pelo médico; obedece ao modelo da analítica da linguagem de Condillac, que dá fim à distinção entre a realidade da doença (ideal, abstrata, nosográfica), seus signos e sintomas. O campo da percepção, que passa a ser o corpo, é uma entidade linguística, cujos signos naturais são os sintomas. E será o ato de consciência do médico que possibilitará a transformação do sintoma-signo natural em signo institucionalizado, num enunciado rigoroso.

O deslocamento do campo de observação de um espaço idealizado para a singularidade do doente produz uma série de modificações, dentre as quais a própria mudança do observador: “Os médicos não enxergam melhor a mesma doença, eles veem os doentes com outros olhos e já não são mais os mesmos médicos” (BILLOUET, 2003, p.45-6). O médico é outro porque, agora, sua competência é baseada no saber, na experiência e na probidade, no interior de instituições que administram e organizam sua atuação. Não é mais o indivíduo médico que observa, examina e analisa os doentes, é a própria instituição médica que se constitui e se reforça observando, examinando e analisando seu objeto. E as instituições atuam através de normas...

Essa nova prática assegura o vínculo entre conhecimento do médico e o sofrimento do paciente, cujo corpo é visto como a sede da dor. E é no entrecruzamento dos olhares do médico e o corpo que os sintomas vão se configurar como um texto a ser decifrado, conhecido e tratado. O corpo doente é um espaço de total visibilidade, o reino da soberania do olhar médico, ao mesmo tempo institucionalizado, aprofundado e calculador. É a emergência desse olhar no campo dos sintomas que viabiliza a formação do método clínico.

No século XVIII, o sintoma era considerado como a forma de apresentação da doença, dela distanciado como, na caverna de Platão, as sombras das ideias; concretização imperfeita de uma entidade abstrata, plena, a doença. Com a clínica, o sintoma passa a ser signo, signo da doença e, conseqüentemente, de si mesmo: “Não existe essência patológica além dos sintomas: tudo na doença é fenômeno dela mesma” (FOUCAULT, 2011b, p.99). Como signo, o sintoma exerce a mesma função que a “linguagem de ação” da Analítica da Linguagem de Condillac: é natural e instintivo, significante que é seu próprio significado, signo de sua própria existência. Mas não inteiramente, uma vez que o sintoma também é signo da diferença entre a saúde e a doença.

O campo de percepção é, assim, uma entidade linguística: não há mais distinção entre a realidade da doença, signos e sintomas, assim como não há diferença entre verdade e linguagem. O médico possui um “olhar loquaz”, diante do qual ver e dizer se equivalem, apreendendo a verdade de um espaço ao mesmo tempo plenamente visível e plenamente enunciável. No entanto, para que tal operação entre o sintoma-signo natural se transforme em discurso médico, será necessária intervenção da consciência sensível às leis da diferença, da simultaneidade e da frequência, pelo uso da memória e do cálculo, para fazer a decodificação do sintoma em “língua benfeita”.

O olhar do médico, dotado de consciência, será capaz de apreender o texto sensível e fidedigno que a doença escreve no corpo-folha do doente, texto de plena transparência, e sua fala será capaz de, através da descrição, recolocar na ordem simultânea das coisas a apreensão cronológica dos fenômenos. O mundo (da doença) obedece à ordem da língua – sintaxe da percepção médica.

Para, no entanto, dar homogeneidade aos múltiplos textos que se leem nos corpos doentes, será necessário fazer penetrar no campo médico outro conjunto de procedimentos, o dos cálculos de probabilidade. “A medicina descobre que a incerteza pode ser tratada analiticamente como a soma de graus de certeza isoláveis e suscetíveis de um cálculo rigoroso” (FOUCAULT, 2011b, p.106). O individual dos casos analisados sob a luz de uma gramática-mundo será suprimido pela universalidade do código matemático, pela leitura dos registros dos acontecimentos e pela organização desses acontecimentos em séries. E o hospital é o lugar onde se espacializam esses acontecimentos, passíveis de ordenação. É, como instituição, o espaço organizado por meio de normas, de informações objetivas (numéricas, científicas, positivas) acerca da organização dos fenômenos patológicos, considerados a partir de graus mensuráveis.

O hospital como instituição médica é uma invenção recente, oriunda do final do século XVIII, concomitante à emergência da clínica. O que há antes são depósitos, grandes edifícios com a finalidade de reter em seu interior uma série de indivíduos por motivos os mais heterogêneos. Ali vigora uma prática assistencialista, decalcada do modelo cristão, que se reflete no “Grande Enclausuramento” do século anterior, analisado por Foucault na *História da loucura* (2009). O que está no cerne da internação/enclausuramento na época clássica é uma nova visão da pobreza, negativizada como desordem moral e obstáculo à ordem social. O Grande

Enclausuramento, baseado em uma percepção muito mais moral do que médica, vai proteger a sociedade extramuros, encarcerando em enfermarias e dormitórios todos os gatos de um heterogêneo balaio: o louco, o sodomita, o prostituto, o devasso, o pródigo, o incestuoso, o adúltero, o bêbado, o blásfemo, o suicida, o mago, o feiticeiro, o alquimista, o sífilítico, o cego, o bandido, o aleijado, o doente dos rins, das plêuras, do estômago...

Apenas no final do século XVIII, uma série de fatores propicia a transformação do hospital em uma instituição medicalizada e a medicina numa instituição hospitalar. Ainda que a mítica história que a medicina forjou para si fale dessa transformação como resultado da aplicação de procedimentos empíricos de observação e da medicalização do hospital como um refinamento das exigências para sua organização, o que Foucault aponta em “O nascimento do hospital” (1979a) são fatores político-econômicos, que afetam as relações de poder/saber. O modelo desse novo hospital médico são os hospitais marítimo e militar: o primeiro, em virtude de ser um espaço propício à entrada de epidemias estrangeiras e à contravenção; o segundo, em virtude do alto valor dos soldados, a partir do momento em que o fuzil passa a integrar as forças armadas. Com isso, passa a ser necessária a criação de uma tecnologia política da disciplina para reorganização hospitalar, uma técnica de “gerir os homens, controlar as suas multiplicidades, utilizá-las ao máximo e majorar o efeito útil de seu trabalho” (FOUCAULT, 1979a, p.107).

A aplicação dessa nova tecnologia demanda a consideração do hospital como um espaço a ser controlado, de modo que se evitem assim as doenças de circularem em seu interior e de, dali saindo, contaminarem a população das cidades, que também serão alvo de controle político-científico. Trata-se da nascente ideia de *meio* como causador das doenças e do seu gerenciamento como fator de prevenção e cura. Mas não apenas o meio comum: as alas hospitalares, os canais hidrográficos urbanos e vias de ligação entre os distritos. Também se trata da individualização do espaço do doente, cada vez mais individualizado. Duplo movimento, portanto, do global ao individual e do corpo à sociedade.

A tecnologia política da disciplina, responsável pela reorganização das instituições hospitalares, baseia-se na arte de distribuição espacial dos indivíduos e no controle constante do desenvolvimento das ações, a partir de uma vigilância perpétua dos indivíduos por um conjunto organizado de agentes e o registro

contínuo e exaustivo de seus progressos. A partir desses registros, será possível à medicina moderna, baseada em modelos de cálculo probabilístico, dissipar o aleatório da doença, considerada como combinação complexa de elementos, atribuir-lhe uma estrutura baseada em funções (e não em formas) e perceber frequências, normas e regularidades. Com base nesses registros e nesses cálculos, homogeneiza-se o olhar: “O único observador normativo é a totalidade dos observadores” (FOUCAULT, 2011b, p.112). Objetividade garantida pela quantificação.

O termômetro, assim, será o dispositivo responsável não só por tornar visível o fenômeno da febre, mas também aquele capaz de torná-lo mensurável. A quantificação e a consequente padronização dos fenômenos fisiológicos passa pela história do termômetro e passa pelos estudos da febre, realizados por Broussais. Para ele, a febre é também ela um fenômeno que possibilita a compreensão da doença como um todo, algo que desencadeado por uma lesão individual generaliza-se, tomando todo o corpo: o corpo doente.

Analítica da linguagem e cálculos de probabilidade, juntos, assim, poderão transformar a clínica em uma arte de decomposição da doença em seus múltiplos elementos para sua consequente recomposição ordenada. Análise sintática da doença.

A origem da medicina moderna abriu as portas dos hospitais, agora instituições médicas, não apenas para a população mais pobre, mas também para os pares da *intelligentsia* médica do século. Seus corpos agora eram objetos puros analisados, investigados, averiguados pelo olhar objetivo de sujeitos médicos, com a mediação de métodos de pura isenção, empíricos e padronizados e de dispositivos técnicos, dispositivos de normalização – como o termômetro. Tendo ele saído dos laboratórios dos físicos e químicos e entrado nas enfermarias, não se faziam mais necessários nem o toque do médico, nem a fala do paciente. O termômetro vem aqui se inscrever, marcando a utilização de procedimentos laboratoriais nessa nova medicina, resultado da relação constitutiva da clínica (leitura dos sintomas patológicos) com a anatomia patológica (estudo das alterações orgânicas).

Com base no termômetro, então, procurou-se, ao longo do século XIX, em vários hospitais da Europa, determinar o nível normal de temperatura humana. Na Alemanha, Carl Reinhold August Wunderlich, professor em Leipzig, publicou um trabalho baseado na análise de vinte e cinco mil casos e em um milhão de registros

de temperatura, *The course of temperature in diseases*, com as regras fundamentais das enfermidades febris, porém sem o estabelecimento dos critérios para a descrição do funcionamento fisiológico da temperatura humana. Para ele, não haveria uma temperatura específica, mas uma faixa de temperatura normal – sendo qualquer variação abaixo ou acima desta faixa considerada como sintoma de alguma patologia. Da mesma maneira, vários outros coletaram dados e elaboraram estatísticas para chegar a uma ideia do que seria a normalidade da temperatura humana. O conjunto desses dados estatísticos e das discussões em torno da temperatura média fisiológica que constituíram a normalização da mensuração da febre nos hospitais é tomada pela historiografia tradicional como um conjunto de esforços para trazer à luz uma verdade natural, biológica.

Não importava o termômetro utilizado: suas múltiplas formas, o tempo necessário à verificação (cinco, quinze, trinta minutos), seu material, sua procedência, sua escala (decimal, centesimal, Celsius, Fahrenheit, Kelvin) – importavam os números: a norma e a média. Uma suave equação matemática: vinte e cinco mil indivíduos igual a indivíduo algum igual a todo e qualquer indivíduo.

A cânula de vidro preenchida por mercúrio passou a ser tomada como um índice da temperatura corporal, índice de um contínuo de que seria recortada uma zona de normalidade. E assim contrariamente ao ideal de profunda fidelidade entre os instrumentos e experiências e os fenômenos em si, o termômetro se fazia símbolo da invenção de um ideal, de uma norma. E o baluarte da positividade da medicina anatomoclínica. Representante, assim, da crença positivista de possibilidade de atingir o conhecimento da realidade por procedimentos de descoberta – a Verdade estaria ali, escondida por baixo da pele, atrás da membrana que recobre um órgão, esperando calma e estática que o cientista a viesse descobrir.

Normalizar e disciplinar. O poder disciplinar, característico das instituições modernas, tem no termômetro não apenas um de seus dispositivos, como também um símbolo do modo como ele opera, seja no hospital, seja nas escolas e prisões. Ler, portanto, o termômetro como dispositivo não é apenas observar as suas condições de possibilidade, aquilo que permitiu sua emergência no espaço da clínica (ainda que já existissem modos acurados de estabelecer a temperatura corporal desde o século anterior). Para lê-lo, nesse enquadre, é necessário descrever a rede de relações que podem ser estabelecidas entre ele e o discurso, a prática de

disciplinamento, a organização das instituições, etc. Entre ele e o modo como se constroem os saberes.

2.2 Ler a leitura

Ler o termômetro, nessas bases, seria mesmo interessante para que se possa observar o modo como são compreendidas algumas das ciências modernas, dentre as quais a própria Linguística.

Para compreender os entrecruzamentos entre elementos aparentemente tão díspares quanto um artefato técnico, como o termômetro, e os estudos da linguagem seria possível fazer uso de um método cartográfico. Segundo Deleuze, um dispositivo é “uma meada, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente. (...) Desenredar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas” (1996, p.83). Em suma, fazer uma leitura rizomática do termômetro. Rizoma, em botânica, é um tipo de caule que cresce horizontalmente, espalhando-se em múltiplas direções, e dando origem a muitos ramos, como podemos observar na grama e na espada-de-são-jorge. Trata-se de uma imagem em que Deleuze e Guattari (1995a) apoiam-se para formular um modelo descritivo.

O termômetro, porém, em si mesmo, obedece a um modelo arborescente. Como instrumento de leitura do texto-corpo obedece e reproduz uma lógica binária comum ao cartesianismo, ao estruturalismo e mesmo ao cognitivismo clássico; modelo, aliás, comum ao disciplinamento. Assim, estabelece uma separação entre dois campos: a temperatura normal e a patológica (ou alterada). Ainda que fisiologistas trabalhem com a ideia de faixas de normalidade e faixas variadas de temperatura patológica (uma mais grave que a outra), subjaz ali a crença de que a temperatura é linear e que esta linha única é seccionada em grupos quantitativamente diversos – sendo a variação quantitativa equivalente a uma variação qualitativa.

Ao mesmo tempo, podemos encarar o termômetro como um nódulo (ramo) conectado rizomaticamente a diversos outros sistemas, como estes saberes tão diversos da anátomo-clínica. Ele traz à tona não apenas um modo de organização

do pensamento baseado em binariedades, mas também uma concepção do que seria a leitura de um texto e do que seria um texto.

Para a clínica moderna, o corpo é, como dito anteriormente, uma espécie de texto, um objeto de plena visibilidade e completamente enunciável, que deve ser decifrado pelo “olhar loquaz” do médico. E o termômetro é apenas um aparato que possibilita tornar visível (aos moldes do pensamento de Galileu) a temperatura, como signo fundamental na compreensão do funcionamento do corpo doente.

Tal imagem do corpo como texto, composto de diversos elementos (signos) que devem ser trazidos à luz, decodificados pela técnica do especialista, encontra-se também na base de algumas teorias da interpretação e da leitura. Na fase inicial da Linguística Textual, o texto era concebido como uma frase complexa (HARTMANN, *apud* KOCH, 2004, p.3). Procurava-se, nesse contexto, estabelecer as relações entre os seus componentes primários, que deveriam ser observados individualmente.

Não é outra a ideia de corpo doente que o termômetro sinaliza. Ele é fundamentalmente um instrumento responsável pela apreensão de um componente primário e fundamental que, combinado a outros elementos, forma o sistema da doença. Técnica de descrição, como aquela empreendida pela Linguística Formal, de partir dos elementos mais básicos aos mais complexos, estabelecendo entre eles relações de regularidade que formariam o sistema linguístico. Inicialmente, procuram-se estabelecer e descrever a quantidade desses elementos, sua forma e comportamento. Ainda que o sentido, importante elemento para caracterizar a textualidade (a partir da noção de coerência), seja observado, procura-se no texto corporal e no texto linguístico observar as unidades e seu funcionamento, individualmente e de forma interligada: os primeiros estudos de texto (sejam eles ligados aos estudos da linguagem, sejam ligados à anatomoclínica) se voltam principalmente para a coerência.

De fato, os estudos do sentido permaneceram muito tempo à sombra de uma linguística que pretendia alçar à categoria das ciências empíricas, como a física, a química e a biologia – motivo pelo qual angariou certo prestígio entre as ciências humanas, servindo de ciência-piloto para a antropologia, a sociologia e a psicologia, por exemplo. Efeito que se produziu a partir da exclusão deliberada da “fala” como objeto de seus estudos. Motivo pelo qual privilegia-se o estudo da coesão (concreta) em detrimento da coerência. Numa concepção estrutural-formalista, privilegia-se a

língua como sistema e as questões relacionadas ao sentido se baseiam na compreensão desta como um código, um conjunto de sinais que representam os objetos do mundo, em ausência. Para Saussure, a questão do significado é inerente ao sistema e o aspecto semântico do signo linguístico é próprio da relação paradigmática. Fica subjacente, portanto, a ideia de que há um mundo real ao qual este sistema faz referência.

O texto-corpo é, assim, uma espécie de sintagma, uma disposição linear, superficial, de elementos cujos significados somados constituem o sentido da doença. Ao médico cabe depreender esses elementos e, para concatená-los, fazer uso de um outro dispositivo de tradução além do termômetro: a linguagem especializada, precisada, que confere ordem ao caos das apreensões dos sentidos. Esquema do circuito de fala: o corpo transmite sinais que o saber médico decodifica, associando à imagem perceptiva o conceito correspondente. O termômetro lê o corpo e identifica o grau de temperatura corporal, em seguida o médico lê o termômetro e identifica o seu significado (normal ou não).

Como dispositivo analítico de interpretação de textos, a Análise do conteúdo também busca desvendar, sob a superfície do discurso aparente, um sentido oculto. Para tanto, usa “processos técnicos de validação” (BARDIN, *apud* ROCHA; DEUSDARÁ, 2006, p.32) da interpretação do conteúdo de uma unidade comunicativa, a partir de uma “descrição objetiva, sistemática e quantitativa” (BARDIN, *apud* ROCHA; DEUSDARÁ, 2006, p.34). O corpo-texto tem sua temperatura aferida por uma metodologia como a do termômetro, ou tem sua verdade oculta trazida à luz por uma autópsia. Seus elementos são segregados, quantificados, pesados.

Através de procedimentos que buscam recobrir-se do rigor e do efeito de neutralidade das ciências positivas, a Análise do conteúdo procura, a partir da exclusão dos aspectos subjetivos e ideológicos da interpretação, encontrar o significado oculto (a “significação profunda”) que o texto busca estrategicamente encobrir. Seus métodos baseiam-se em uma concepção de língua como representativa de uma verdade *a priori*, sem levar em consideração o aspecto eminentemente ideológico do signo linguístico (como defendido por Bakhtin), além de alijar o caráter descentrado do sujeito, considerado a título individual como produtor do enunciado.

Ao pesquisador cabe encontrar meios para levantar o véu que encobre o texto, ultrapassar o plano das aparências de superfície, desvendar seu verdadeiro conteúdo. A materialidade linguística é, dessa forma, entendida como algo que indiretamente remete a um outro espaço, a um outro lugar que representaria o foco de interesse do pesquisador: o das condições (psicológicas, sociológicas, etc.) em que se produzem os textos submetidos à investigação (ROCHA; DEUSDARÁ, 2006, p.43).

Os primeiros trabalhos de Pêcheux, ainda sob o pseudônimo de Thomas Herbert, visam à discussão dos equívocos e problemas gerados pela utilização de métodos positivos no campo das ciências sociais, chamando a atenção para um duplo erro: “considerar qualquer utilização de um instrumento como científica, esquecer o papel dos instrumentos na prática científica” (*apud* HENRY, 2010, p.14). E a AC se define como um instrumento, mais do que como uma teoria – definição esta em relação à qual Pêcheux (Herbert) se posiciona contrariamente: inicialmente, porque tal noção “mascararia” o comprometimento ideológico da ciência e da aplicação dos instrumentos de análise que a reforçam. A prática empírica e a prática ideológica estão em continuidade, caberia à prática teórica o corte epistemológico que promoveria o desligamento da teoria em relação à ideologia. Não é o que se observa com o uso do instrumental da Análise do conteúdo pelas ciências sociais: o lugar das práticas teóricas relacionadas às questões políticas seria, assim, “ocupado de fato, e não de direito” (PÊCHEUX, 2011, p.27).

Pêcheux elege o discurso como “o instrumento de transformação da prática política” (PÊCHEUX, 2011, p.35), mas para tanto rejeita a concepção comunicativa da linguagem, baseada na função representativa

Pêcheux, tendo em vista provocar uma ruptura no campo ideológico das “ciências sociais”, escolheu o discurso e análise do discurso como o lugar preciso onde é possível intervir teoricamente (a teoria do discurso), e praticamente construir um dispositivo experimental (HENRY, 2010, p.24-5).

A Análise do Discurso se constitui, assim, através de uma série de rupturas com um modelo de interpretação e comentário de textos, que encontra semelhanças com práticas empíricas e teóricas diversas, tanto no campo dos estudos da linguagem, quanto nas ciências sociais e “da vida”. À luz deste quadro teórico proponho a discussão do modo de construção discursiva da noção de normalidade...

Ora, se não há *uma* norma; se não há *uma* instituição responsável pela implementação de determinação de normas; se mesmo essa implementação se dá de modo fragmentário, atuando muito mais sobre os desvios do que propriamente

sobre aqueles que obedecem ao padrão; se a norma é muito mais um princípio distintivo, abstrato, que se marca muito pela sua aplicação do que sobre sua obediência... Como, portanto, tratar dela com um conjunto de dispositivos teóricos que observassem a questão a partir da perspectiva dos estudos linguísticos?

Inicialmente, temos que construir um objeto viável para essa pesquisa. Não a norma, o dispositivo de normalização, mas *uma* norma dentre tantas, recobrando um campo social. Não a normalização dos objetos, o Inmetro, a padronização dos meios técnicos; não a normalização da língua, a gramática, a escola, a linguística; não a normalização das mentes, a psiquiatria, o manicômio, os remédios; não a normalização das condutas sociais, o código, a legislação, o poder judiciário... Todas possibilidades viáveis, válidas e interessantes. Escolho – e os motivos podem já estar claros o suficiente – a normalização sexual. Primeiramente, em virtude da importância que a sexualidade recebeu em nossa sociedade, tornando-se esse assunto sobre o qual somos impelidos a falar constantemente, esse aspecto que fala acerca de nós, de que sujeito somos, de nossa identidade. Em segundo lugar, porque à sexualidade foi conferido um lugar central pela disciplina e pela regulamentação – ela se faz presente no código civil, no manicômio, na escola, no consumo e nesses espaços ganha uma relevância. Talvez isso se dê porque demos a ela o poder de nos dizer quem somos, ou, pelo contrário, porque, pela centralidade que demos à sexualidade nas estratégias de poder, ela começou a poder falar de nós. Além disso, porque inúmeros acontecimentos têm colocado a normalidade sexual na pauta do dia, acontecimentos que problematizam a performance do homem como ponto central e único, como metro-padrão válido para a distinção das minorias...

Mas se minha questão é acerca da normalidade; se, acima de tudo, minha questão é acerca da normalidade sexual, é sobre a construção do metro-padrão da sexualidade, em nossa sociedade; se me pergunto sobre o homem heterossexual, como posso colocar essa questão em termos linguísticos? Como trabalhar, do interior dos estudos da linguagem, o problema? Como os estudos da linguagem podem colaborar em uma “analítica da normalização”²²? Qual o papel da linguagem em relação à produtividade do “poder heteronormativo”?

²² O termo “analítica da normalização”, nitidamente baseado na “analítica do poder” foucaultiana, seria, segundo Miskolci, o objeto privilegiado dos estudos da Teoria *Queer* (MISKOLCI, 2009). E daí o tomo emprestado (e prometo não devolver).

Para isso, temos que não fazer uma cisão entre o discurso e o mundo, entre o enunciável e o não-enunciável; trabalhar, sim, de um ponto de vista linguístico, mas sem que isso ratifique uma compreensão dicotômica, modularizada, que venha a contrapor a um conjunto de fatos exclusivamente linguísticos uma série de fatos extralinguísticos, a título de causas ou de efeitos. Consequentemente, temos que nos situar no campo dos estudos discursivos – e declará-lo não facilita, magicamente, a questão, visto que são múltiplos os objetos que se definem com a palavra “discurso” e múltiplas as teorias que os visam.

A dificuldade que temos para definir a análise do discurso deve-se em particular ao fato de que se pensa espontaneamente a relação entre “discurso” e “análise do discurso” usando o modelo da relação entre objeto empírico e disciplina que estuda esse objeto. Constatando que existe um domínio comumente chamado “discurso”, identificado mais ou menos vagamente com a atividade de produção de unidades transfrásticas, considera-se a análise do discurso como a disciplina que dele se encarregaria. Isso é pressupor o que não é evidente: que esse discurso é um objeto *imediatamente dado*, e, além do mais, que é o objeto de *uma* disciplina. (MAINGUENEAU, 2008b, p.142)

Segundo Maingueneau, podem-se dividir essas correntes teóricas de acordo com as suas filiações e as suas concepções de discurso em três grupos: um primeiro, relacionado à teoria da enunciação e às correntes contemporâneas da linguística cognitiva; um segundo, marcado pelas correntes pragmáticas; um terceiro, em que se abordam “realidades sócio-históricas, conjuntos de textos relevantes de gêneros relacionados a espaços institucionais” (MAINGUENEAU, 2008b, p.139). Nesse terceiro grupo se situariam nossos interesses, em razão de articular instituição e linguagem, pelo viés da Análise do Discurso francesa.

Mas falar em Análise do Discurso francesa tampouco delimita nosso modo de apreender o discurso, uma vez que muitas são as linhas francesas da Análise do Discurso (baste considerar o número 117 da revista *Langage*). Em virtude de sua influência na universidade brasileira, retomo aqui duas dessas linhas, metonimicamente representadas por Pêcheux e Maingueneau; linhas que podem ser postas em situação de contiguidade, uma vez que conferem importância à relação entre discurso e história, e que também podem ser colocadas em diálogo com a fase arqueológica de Foucault.

As relações entre a Análise do Discurso (AD) e a filosofia de Michel Foucault são muitas e profícuas desde sua emergência, na década de 1960, época em que

se deu uma fulcral mudança no curso das reflexões atravessadas pelas questões da linguagem. Durante esses anos, verifica-se um esgotamento de métodos e concepções clássicas da interpretação, campo em que se inscreverão as reflexões de Pêcheux e de Foucault.

Nas ciências linguísticas, trata-se de um período fundamental no desenvolvimento dos estudos semânticos, com o que se convencionou chamar a “virada pragmática”, que viria implicar um alargamento do campo de estudos da Linguística, outrora encerrada na compreensão do sistema linguístico (a *langue* saussuriana), considerado como um todo autônomo em relação aos seus usos (ou, à *parole*). Nessa época, no mundo anglossaxão, desenvolvem-se correntes voltadas ao estudo do uso linguístico, influenciadas pelo pensamento de Wittgenstein, filósofo que defendia que a língua cria seus objetos e que o significado está associado ao uso. A Pragmática origina-se com dois teóricos ligados à Escola de Oxford: Austin, que formulou a teoria dos atos de fala, e Paul Grice, que teoriza sobre as máximas conversacionais e a noção de implicaturas. Encontram-se nesses autores subsídios teóricos que possibilitarão o desenvolvimento das análises semânticas, anteriormente enquadradas dentro do modelo estruturalista fechado e da concepção saussuriana de signo linguístico, como a união de uma imagem acústica e um conceito, ou deixadas de lado pelo distribucionalismo bloomfieldiano, de natureza empirista e behaviorista.

Na França, Benveniste, profundo estudioso do estruturalismo, desenvolve as bases para uma teoria enunciativa, uma reflexão sobre a linguagem que levasse em consideração não apenas a materialidade da língua, em sua autonomia (como ainda postulam os chamados estudos formalistas), mas também a enunciação e os interlocutores nela envolvidos. Também ali, aparecem as primeiras traduções do russo das obras do Círculo de Bakhtin, que defende uma concepção ideológica da linguagem, cuja essência seria dialógica. Nessa perspectiva, o diálogo seria compreendido, não apenas como a interação verbal (face a face ou não) entre enunciadores, mas no interior mesmo dos enunciados concretos, considerados como um todo complexo no qual se relacionam a materialidade linguística e o contexto de enunciação.

Ao mesmo tempo, a filosofia de Wittgenstein possibilita a promoção, na filosofia, da chamada “virada linguística”, isto é, a emergência de teorias baseadas na ideia de que “a linguagem forma os limites necessários de nosso pensamento e

experiência: só podemos experimentar alguma coisa que a linguagem torne inteligível para nós”, que vem colocar em xeque a noção clássica de sujeito do conhecimento e, conseqüentemente, a confiabilidade nos métodos científicos de observação da realidade e das teorias que, com o objetivo de estabelecer verdades universais e necessárias, acaba por desconsiderar a singularidade, o casual, os limites e a anormalidade – que viriam a ser as bases do pensamento pós-estruturalista, no qual se inserem pensadores como Derrida, Deleuze e Foucault, cujas obras levantam muitas questões não só acerca da validade dos métodos das ciências, como também da própria validade do pensamento científico.

Tais reflexões colocam-se no campo da psicologia social, através de artigos que Pêcheux assina, inicialmente sob o pseudônimo de Thomas Herbert, em que trata dos constituintes históricos das práticas científicas e da precariedade das teorias de interpretação vigentes, centradas na noção de que a linguagem daria conta de representar o mundo de forma imparcial e equânime. Para a Análise do Conteúdo (AC), metodologia de leitura em voga nos estudos sociais, “o sentido de um texto são as informações que ele contém” (POSSENTI, 2007, p.358) e haveria métodos quantitativos, baseados em categorias temáticas, capazes de fazer desvelar-se o “real sentido” de um texto. Por isso, faz-se necessário, para Pêcheux, a elaboração de uma nova teoria da interpretação – a Análise do Discurso –, que desse conta dos discursos como “efeito de sentido entre interlocutores”, através da articulação entre três campos teóricos: a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise.

Também os chamados “trabalhos empíricos” de Foucault, que compreendem *História da loucura na idade clássica*(1961), *O nascimento da clínica* (1963) e *As palavras e as coisas*(1966), fazem uma reflexão da história epistemológica de alguns campos do saber: a psiquiatria, a anátomo-clínica e as ciências humanas. Não se procura, nesses trabalhos, elaborar uma história das ciências baseada na ideia de um progresso do conhecimento, aos moldes positivistas, ou centrada em sujeitos intencionais (cientistas). Pelo contrário, o pensamento de Foucault “tentou encontrar, entre o que era considerado da ordem da necessidade, aquilo que, a um exame filosófico mais detalhado, se revelava contingente, fugaz e arbitrário” (OKSALA, 2011, p.16). Procura, com isso, desnaturalizar os saberes em que se baseiam os saberes contemporâneos, utilizando como objeto de análise documentos, através do método arqueológico, “sistematizado” em *A arqueologia do saber* (1970).

Após dez anos consagrados a um trabalho de erudição que o permitiu considerar a loucura, a medicina e a fundação das ciências humanas, Foucault reserva-se um tempo para refletir sobre a eficácia das novas técnicas de análise que desenvolveu; percebe que descobriu no caminho um grande campo inexplorado. Esse domínio é inacessível tanto para aqueles que valorizam a noção de sentido, em sua filiação às ciências do homem – a tradição hermenêutica –, como para aqueles que renunciaram totalmente ao sentido – as pesquisas estruturalistas –, em relação às mesmas ciências. (DÍAZ, 2012, p.14-5)

Mainueneau chama a atenção para uma coincidência histórica: no mesmo ano em que foi publicada a *Arqueologia*, saía, na França, o número 13 da revista *Langages*, que tinha como tema a Análise do Discurso.

“A Escola francesa de análise do discurso”, muito influenciada pelo marxismo de Althusser e pela psicanálise de Lacan, quebrava a continuidade dos textos para estabelecer conexões invisíveis e revelar assim o trabalho de uma espécie de inconsciente textual. Esse procedimento da análise do discurso acreditava produzir uma “ruptura epistemológica”, contribuindo para construir uma verdadeira ciência da ideologia fundada simultaneamente sobre a linguística estrutural, sobre o marxismo e sobre a psicanálise (2008a, p.28).

O livro de Foucault, porém, ainda que não se inscreva nessa perspectiva, elabora uma concepção de discursividade que irá influenciar a AD. Nele, Foucault pretende explicitar o método de trabalho arqueológico, que visa à apreensão das condições históricas e sociais que possibilitaram a irrupção de determinadas práticas discursivas, termo que virá a ser usado para substituir o conceito de *episteme*²³, encontrado em *As palavras e as coisas*. Segundo Deusdará, “essa substituição parece ser evidência não da tentativa de [Foucault] afastar-se de possíveis influências estruturalistas, mas também de uma busca por coerência em todo o projeto” (s.d., p.6).

A *episteme* seria um dispositivo discursivo capaz de diferenciar aquilo que seria qualificável cientificamente do que não, como uma espécie de limiar entre os códigos culturais e as teorias científicas e filosóficas que os explicam: a *episteme* é o campo “onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou a suas formas objetivas, enraízam sua positividade²⁴ e manifestam

²³ Posteriormente, o conceito de *episteme* será substituído pelo de *dispositivo*.

²⁴ Por *positividade* compreende-se “o regime discursivo ao qual pertencem as condições de exercício da função enunciativa” (CASTRO, 2009, p.336), ou seja, as regras de formação dos objetos, enunciações, conceitos e teorias que constituirão um saber.

assim uma história que não é a de sua perfeição crescente, mas, antes a de suas condições de possibilidade” (FOUCAULT, 2000, p.XVII-XVIII).

A substituição da noção de episteme pela de prática discursiva visa a dar às suas pesquisas um alcance maior, como anuncia em sua aula inaugural no Collège de France, publicado sob o nome de *A ordem do discurso* (1970). Desta forma, o conceito passa a ser utilizado na análise, não só das ciências, mas dos saberes – objeto privilegiado de sua arqueologia, enquanto as práticas discursivas constituiriam seu campo de análise.

No último capítulo da *Arqueologia* (“Ciência e saber”), Foucault define *saber* negativamente, em relação às disciplinas, em relação às positivities e às formações discursivas. O saber seria o campo no qual se constitui um tipo de discurso em vias de se tornar ciência; essa transitoriedade não precisa, porém, concluir-se para fazer de um tipo de discurso um saber – é necessário, apenas, que seja organizado como uma ciência, isto é, que haja a delimitação do que é dito (o domínio dos objetos), de quem diz (as posições subjetivas), do regime de relações entre enunciados e das possibilidades de utilização dos discursos. Trata-se, em suma, de um modo de organização das práticas discursivas, muito mais do que propriamente “aquilo que se sabe”, um campo do conhecimento.

Através da utilização de um jogo de palavras, Foucault entende por *arqueologia* a seleção e a descrição do arquivo. E “o *arquivo* é, antes de tudo, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2010b, p.147). Descrever o arquivo seria, portanto, descrever as condições de possibilidade dos enunciados, como um sistema regulado.

O arquivo é também o que faz com que todas as coisas ditas (...) se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas... é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo do que se dá, define, desde o início, o sistema de enunciabilidade. (FOUCAULT, 2010b, p.147)

Foucault promove, assim, uma ruptura com o privilégio dado pela História (e, principalmente, a História das ideias) ao documento, considerado como um monumento. O método de análise arqueológica dessacraliza o documento que deixa de ser um todo que se deve interpretar quanto aos critérios de verdade e

expressividade, mas que deve ser trabalhado a partir de seu interior: a arqueologia “o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações” (FOUCAULT, 2010b, p.7). O texto documental não é uma unidade de análise evidente, a quem se deve perguntar sobre a verdade escondida sob a máscara da língua – como pressuporia a AC; pelo contrário, para que fosse possível desnaturalizar os saberes, compreendendo-os em sua constituição histórica, deveria ser combatida uma série de continuidades, que fundamentariam a crença numa determinada “essência das coisas”.

Também no projeto pecheuxiano, pode-se observar uma forte crítica aos métodos “elucidativos” dos textos e uma busca por compreender os modos de constituição dos discursos, pelo exame da materialidade linguística, considerada “necessária para que a ideologia se realize em determinados lugares em que funciona e produz sentidos, dentro de determinadas condições de produção” (SANTOS, 2013, p.217).

Da mesma forma como Foucault procura os *a priori históricos* que possibilitam a constituição dos enunciados, a AD procura estabelecer as suas condições de produção – isto é, os elementos que, para além do contexto imediato, os possibilitariam: as posições ideológicas em que estão imersos e as relações que estabelecem com os demais enunciados.

Para além das coincidências históricas que unem AD e a filosofia de Foucault, há uma relação entre conceitos e pressupostos que permeiam as duas correntes, num jogo constante de afastamento e aproximação (ou mesmo, apropriação), de modo que nos parece interessante destacá-lo para melhor defender nossa opção teórica para tratar da normalidade, no plano do discurso.

Um dos entraves à compreensão do que seria a Análise do discurso, como disciplina específica dos estudos da linguagem²⁵, é a polissemia do termo “discurso”. De fato, tão diferentes são as concepções de *discurso* que se pode falar em “análises do discurso” (aliás, título dado ao número 117 da revista *Langages*). Segundo Maingueneau (2008b), podem-se dividir as correntes teóricas que se ocupam do discurso de acordo com as suas filiações e as suas concepções de discurso em três grupos: um primeiro, relacionado à teoria da enunciação e às

²⁵Há autores que problematizam se, de fato, a AD é uma disciplina dos estudos linguísticos propriamente ditos; no entanto, tal discussão está além dos objetivos deste trabalho.

correntes contemporâneas da linguística cognitiva; um segundo, marcado pelas correntes pragmáticas; um terceiro, em que se abordam “realidades sócio-históricas, conjuntos de textos relevantes de gêneros relacionados a espaços institucionais” (p.139) e que constituiriam o campo da análise do discurso.

A dificuldade que temos para definir a análise do discurso deve-se em particular ao fato de que se pensa espontaneamente a relação entre “discurso” e “análise do discurso” usando o modelo da relação entre objeto empírico e disciplina que estuda esse objeto. Constatando que existe um domínio comumente chamado “discurso”, identificado mais ou menos vagamente com a atividade de produção de unidades transfrásticas, considera-se a análise do discurso como a disciplina que dele se encarregaria. Isso é pressupor o que não é evidente: que esse discurso é um objeto *imediatamente dado*, e, além do mais, que é o objeto de *uma* disciplina. (MAINGUENEAU, 2008a, p.142)

Pode-se perguntar assim se *discurso* seria compreendido da mesma forma pela AD francesa e por Foucault, devido às diversas aproximações que podemos estabelecer entre ambos. No entanto, também considerando esses dois paradigmas teóricos, devemos levar em conta a multiplicidade de sentidos abarcados pelo termo. Só na *Arqueologia do saber*, Foucault reformula de diversas formas o conceito, da mesma maneira como – ao longo da história da AD – muitas são as definições que lhe são dadas.

Segundo Rocha (2012), Foucault reformula o conceito de discurso diversas vezes, ao longo da *Arqueologia do saber*. No capítulo 3, “A descrição dos enunciados”, Foucault preocupa-se em fixar o vocabulário, de modo a garantir que a análise arqueológica (antes dispersa, nos textos empíricos) possa ter certa unidade metodológica e teórica. Primeiramente, o filósofo conceptualiza *performance linguística* como “todo conjunto de signos efetivamente produzidos a partir de uma língua natural (ou artificial)” (FOUCAULT, 2010b, p.121), definição que – ainda que não forneça pistas que diferenciam a noção de texto da noção de discurso – situa seu projeto teórico no nível da “fala”, da materialidade linguística, dos produtos efetivos, historicamente situados, dos atos de fala, distanciando-se de uma perspectiva teórica que busque formulações universalistas acerca de modos de construção de enunciados em geral ou de um sistema linguístico, ou mesmo da linguagem.

Tais ideias também se revelam na sua concepção de *enunciado*, que diverge da de frase²⁶, cuja análise centra-se na questão da aceitabilidade. “Os linguistas também trabalham com enunciados e os descrevem, mas, nesse caso, trata-se de estabelecer aquelas regras que permitiriam eventualmente construir novos enunciados” (CASTRO, 2009, p.136). Para a arqueologia, no entanto, interessa saber como surgem apenas alguns enunciados, e não outros. Por isso, definem-se os enunciados como

a modalidade de existência própria desse conjunto de signos: modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto fabricado por um ser humano; modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim de uma materialidade repetível. (FOUCAULT, 2010b, p.121-122)

O enunciado é, assim, uma frase (ou conjunto de frases) considerada a partir de suas condições de existência. Como “frase”, o enunciado possui uma materialidade linguística – é composto por signos –, e pode vir a ser utilizado em outras situações histórico-sociais. Nesse sentido, afasta-se da teoria da Linguística da Enunciação – particularmente cara à AD francesa, para quem “o enunciado é a sucessão de frases emitidas entre dois brancos semânticos, duas pausas da comunicação” (GUESPIN, *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p.196); é a realização de uma frase, ou conjunto de frases, em dada situação. Para Bakhtin, autor muito retomado pela AD, o enunciado concreto é um complexo formado pela sua materialidade e a situação de enunciação, constitutiva da sua significação.

Mais propriamente do que o acontecimento que permite a produção do enunciado, interessam a Foucault as condições de possibilidade do enunciado que são, em última instância, também as condições de possibilidade de objetos e sujeitos, a que se refere aquele, formando-os, lançando sobre determinadas “coisas” regimes de luminosidade. Não há equivalência entre o visível e o dizível, em Foucault; e há primado do dizível sobre o visível, uma vez que o enunciado é uma função que determina os objetos e constrói o seu sujeito.

²⁶“Chamaremos frase ou proposição as unidades que a gramática ou a lógica podem reconhecer em um conjunto de signos: essas unidades podem ser sempre caracterizadas pelos elementos que aí figuram e pelas regras de construção que as unem” (FOUCAULT, 2008, p.121).

Segundo Díaz (2012, p.22), o que diferenciaria um “ato de discurso” de um enunciado, em Foucault, seria a sua integração na *ordem do discurso*, num campo delimitado e organizado, enfim, institucionalizado de controle do que pode e deve ser dito. Segundo Foucault, em sua aula inaugural no Collège de France, existem, em toda sociedade, procedimentos que controlam, selecionam, organizam e redistribuem a produção do discurso. Esses procedimentos têm por função “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (1996, p.8-9).

Foucault propõe, assim, uma metodologia de trabalho para compreender as relações entre saber e poder na nossa sociedade, que partiria da análise do discurso. Essa, em suas condições, seu jogo e seus efeitos implica certas exigências. Primeiramente, um princípio de inversão: ver, naquilo que parece a fonte do discurso (o autor, a disciplina, a vontade de verdade) um recorte e uma rarefação do discurso (FOUCAULT, 1996, p.52). Também um princípio de descontinuidade para que não se compreenda o discurso como algo que se expande ilimitadamente sob os sistemas de rarefação: “Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram e se excluem” (FOUCAULT, 1996, p.52-3). Um terceiro princípio, o de especificidade, de modo que se conceba o discurso como uma violência imposta e uma prática que se impõe às coisas do mundo, prática essa em que “os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade” (FOUCAULT, 1996, p.53). Além disso, um princípio da exterioridade, que implica partir da aparição e da regularidade do discurso para as condições externas de sua possibilidade. Esses quatro princípios geram, por sua vez, quatro noções que norteiam a análise: a de acontecimento (em oposição à de criação), a de série (em oposição à de unidade), a de regularidade (em oposição à de originalidade) e a de condição de possibilidade (em oposição à de significação).

A história contemporânea, deixando de lado os acontecimentos singulares e focalizando as estruturas, na verdade, alargou o campo dos acontecimentos, descobrindo neles novas camadas. “Mas o importante é que a história não considera um elemento sem definir a série da qual ele faz parte, sem especificar o modo de análise da qual esta depende, sem procurar conhecer a regularidade dos fenômenos e os limites de probabilidade de sua emergência, sem interrogar-se sobre as variações, as inflexões e a configuração da curva, sem querer determinar as condições das quais dependem” (FOUCAULT, 1996, p.55-6). Nesse sentido, a

análise dos discursos proposta por Foucault aproxima-se do trabalho do historiador contemporâneo – tema que será objeto da introdução à *Arqueologia do saber*.

Os discursos devem ser tratados, nessa perspectiva, como conjuntos de acontecimentos discursivos. O acontecimento, ainda que não seja da ordem dos corpos (por não ser nem substância, nem processo, nem acidente, nem qualidade), não é imaterial, pois é efeito de uma materialidade e se efetiva na materialidade: “ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais” (FOUCAULT, 1996, p.57).

Os discursos devem ser tratados, ainda, como séries homogêneas, mas descontínuas. O caráter descontínuo do discurso tem o estatuto de “cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e funções possíveis” (FOUCAULT, 1996, p.58), de modo que rompe assim com as unidades de instante e sujeito. Entre essas séries estabelecem-se relações que não são da ordem da sucessão ou da simultaneidade (não há relações seja de causalidade mecânica seja de necessidade ideal), mas organizam-se por meio de sistematicidades descontínuas, em que há lugar para o acaso.

Propõem-se, com base nisso, dois conjuntos de análises. Primeiramente, o conjunto crítico que, pondo em prática o princípio da inversão, analisa os procedimentos de exclusão do discurso, os processos de rarefação, reagrupamento e unificação dos discursos, buscando depreender os seus sistemas de recobrimento. Para isso, tomam-se como base cronológica três fases do nosso filiteísmo²⁷: a primeira (Idade Clássica), em que se estabelece a separação entre o discurso falso e o verdadeiro; uma que vai do século XV ao XVIII, no qual surge a ciência do olhar, da verificação; por fim, a Idade Moderna, a partir de inícios do século XIX, em que se dá o aparecimento da ciência moderna, da indústria e do positivismo.

O outro é o conjunto genealógico, que põe em prática os princípios da descontinuidade, da especificidade e da exterioridade, analisando os procedimentos de limitação do discurso, a fim de reconhecer suas séries de formação. Trata-se de dois conjuntos de análises que se dão concomitantemente, uma vez que “toda tarefa crítica, pondo em questão as instâncias do controle, deve analisar ao mesmo tempo as regularidades discursivas através das quais elas se formam; e toda descrição

²⁷Foucault chama de *filiteísmo* à nossa “vontade de verdade”, objeto máximo do controle discursivo, em nossa sociedade, mas também aquilo de que menos se fala. Trata-se de nossa busca de formular verdades e nelas acreditar, que garantiria a relação entre os sistemas de poder e os sistemas de saber, discursivos, de uma determinada conjuntura histórica.

genealógica deve levar em conta os limites que interferem nas formações reais” (FOUCAULT, 1996, p.66).

Observando-se esses procedimentos, “a análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo de rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. Rarefação e afirmação, rarefação, enfim, da afirmação e não generosidade contínua do sentido, e não monarquia do significado” (FOUCAULT, 1996, p.70).

Problematizando, portanto, o sistema de continuidades que mascaram os modos de produção de verdade, Foucault afirma que “o discurso é constituído por um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhe podemos atribuir modalidades particulares de existência” (2010b, p.122) e que esse conjunto provém de um mesmo sistema de formação, isto é, de uma mesma *formação discursiva*.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 2010b, p.43)

A FD, em Foucault, é o regime geral a que obedecem os objetos, os modos de enunciação, o estatuto e a interrelação entre os enunciados. Em relação aos objetos, Foucault enfatiza o fato de que os *seres* – tais como são experienciados – tornam-se “objetos” em virtude de determinados regimes regulados de luminosidade (que os tornam visíveis, sob determinada perspectiva) e de enunciabilidade (que os tornam dizíveis) historicamente constituídas. Os modos de enunciados, ou seja, as regras de um discurso para definir quem pode falar, de que lugares institucionais se pode falar e quais as correlações entre seus elementos. Esse conceito será fundamental no desenvolvimento da Análise do Discurso.

Mainueneau situa as origens dessa disciplina no interior da filologia tradicional, que promoveria a associação entre a interpretação de textos e a história, dela se distanciando por sua concepção de língua, o modo como considera a autoria e sobre sua concepção uniforme de conjuntura histórica. Além disso, o autor considera fundamentais para a formação da disciplina – cujo lugar “não estava previamente inscrito no campo do saber” (MAINGUENEAU, 1997, p.9) – a prática

escolar de explicação de textos e a conjuntura intelectual na França dos anos 60, em que puderam-se vincular linguística, marxismo e psicanálise. Em virtude da grande influência de Althusser e das questões políticas da época, inicialmente, a AD pode ser considerada como “o estudo das condições de produção de um enunciado” (GUESPIN, *apud* MAINGUENEAU, 1997, p.13). Trata-se do que hoje se chama AD1, ou Análise Automática do Discurso, que entende o discurso como um sistema de determinação semântica dos enunciados, considerado de forma maquínica, automático.

Com o tempo, porém, tal concepção de discurso foi-se tornando mais maleável, ainda que repouse em traços comuns. A influência de Foucault e de sua noção de formação discursiva em muito contribuíram para isso. No entanto, deve-se levar em consideração as divergências entre essa e o modo como foi apropriada por Pêcheux, em seu projeto fortemente baseado na filosofia de Althusser. Para o psicólogo social, formação discursiva é “aquilo que, numa formação ideológica²⁸, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (*apud* GIACOMINI, VARGAS, 2010, p.127). Ao contrário, em Foucault, a noção de ideologia não é usada, por alguns motivos.

A primeira é que, quer se queira, quer não ela está sempre em oposição a algo que seria a verdade. Pois bem, eu creio que o problema não é fazer a divisão entre o que, em um discurso, provém da cientificidade e da verdade e aquilo que provém de outra coisa, mas sim ver historicamente como se produzem efeitos de verdade dentro do discurso que não são em si mesmos nem verdadeiros nem falsos. (*apud* CASTRO, 2009, p.223)

Outra razão é que, na concepção de Pêcheux, a FD seria algo estrutural e fechado, o que só virá a se transformar na década de 80, quando ele centra suas análises na questão do interdiscurso. Nos seus últimos trabalhos, Pêcheux “evidencia (...) o caráter não homogêneo, puro ou coeso das FDs, embora sejam consistentes. De modo concomitante, acontecem reprodução e transformação, o que significa não haver dominação sem resistência e não se poder pensar do lugar do outro” (SANTOS, 2013, p.226). Trata-se do momento de publicação de *Discurso: estrutura ou acontecimento*, em que Pêcheux trabalha com um discurso dual, ao

²⁸Uma FI (formação ideológica) é “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais, nem universais e que se referem mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (HAROCHE; PÉCHEUX ; HENRY, *apud* SANTOS, 2013, p.219).

mesmo tempo que sistêmico, fazendo injunções de ordem semântica, também único em suas manifestações – o que dá conta de trabalhar não só no plano da ideologia marxista, endurecida e assujeitante, mas de considerar sobretudo as possibilidades de resistência e transformação, ideia em muito influenciada pela fase ética da filosofia de Foucault e, sobretudo, pelos movimentos de luta igualitários das décadas anteriores.

Aqui insere-se a contribuição de Maingueneau para os estudos discursivos. Nos seus primeiros trabalhos – entre os quais se situa *Gênese dos discursos*²⁹, o linguista francês propõe sete hipóteses de sustentação do trabalho do analista do discurso, dentre as quais destaca-se o “primado do interdiscurso”. Aqui, *discurso* pode ser definido como “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2008c, p.15), ou ainda: como o sistema historicamente situado de constituição do dizível – definição esta que se assemelha em muito com a de *formação discursiva* e dialoga bastante com a arqueologia de Foucault.

Para Foucault, assim como para Maingueneau, apenas uma parte do dizível é acessível para determinado grupo social, em determinado tempo e espaço. Desta forma, os objetos do discurso mostram-se ao mesmo tempo integralmente linguísticos – por constituírem sistemas significantes e enunciados – e integralmente históricos – uma vez que “a história que fornece a razão para as estruturas de sentido que elas [as unidades do discurso] manifestam” (MAINGUENEAU, 2008c, p.16). Assim, a tarefa do analista do discurso seria a de verificar as “condições de uma ‘enunciabilidade’ passível de ser historicamente circunscrita”, articulando destarte o funcionamento discursivo e sua inscrição histórica (MAINGUENEAU, 2008c, p.17).

No entanto, Maingueneau propõe um distanciamento em relação a uma perspectiva estruturalista, que desconsidere os problemas ligados à gênese e a relação entre os discursos. Deve-se levar em consideração que analisar a identidade de um discurso “não é somente uma questão de vocabulário e de sentenças, que ela depende de fato de uma coerência global que integra múltiplas dimensões textuais” (MAINGUENEAU, 2008c, p.18), sem que com isso se caia na distinção entre uma

²⁹Em resenha sobre o livro, Rocha e Souza-e-Silva chamam atenção para a título original do livro, que seria melhor traduzido como “Gêneses do discurso”, dando conta das múltiplas origens de sua constituição.

profundeza e uma superfície textuais. Para isso deve-se considerar o discurso como multidimensional, de modo que sua especificidade se desdobra sobre todos os seus elementos. A perspectiva assumida aqui por Maingueneau distancia-se, portanto, da análise arqueológica foucaultiana, que se foca no nível profundo dos discursos, em detrimento de sua superfície. “A ‘enunciabilidade’ de um discurso, o fato de que tenha sido objeto de atos de enunciação por um conjunto de indivíduos não é uma propriedade que lhe é atribuída por acréscimo, mas algo de radical, que condiciona toda a sua estrutura. É preciso pensar ao mesmo tempo a discursividade como dito e como dizer, enunciado e enunciação” (MAINGUENEAU, 2008c, p.19).

Foucault sempre inscreveu sua pesquisa mais propriamente discursiva no limiar imediatamente anterior ao da materialização “textual” ou terminal: como se o discurso fosse não propriamente determinado conjunto de enunciados, mas exatamente o que vem logo antes deles, o que permite sua ocorrência (POSSENTI, 2009, p.62).

Ao contrário, Maingueneau situa a Análise do Discurso dentro do quadro da Linguística, posição que é defendida em inúmeros de seus artigos. O autor define, assim, discurso como “um sistema de regras que define a especificidade de uma enunciação” (MAINGUENEAU, 2008c, p.19). O discurso seria a relação que une a formação discursiva, compreendida como “um sistema de restrições de boa formação semântica”, e a superfície discursiva, o “conjunto de enunciados produzidos de acordo com esse sistema” (MAINGUENEAU, 2008c, p.20).

Em *Novas tendências em análise do discurso*, Maingueneau estabelece também um forte diálogo com a arqueologia de Foucault, mas reforça também a inscrição da AD no campo dos estudos pragmáticos, o que é apenas indiciado em seu livro anterior. Isso em virtude da concepção de *discurso* como “prática” e das considerações sobre as relações entre o discurso e o contexto. Deve-se levar em consideração, entretanto, que os estudos pragmáticos descrevem contexto, muitas vezes, apenas como a situação empírica imediata em que se dão os atos de fala, envolvendo tudo que os circunda: enunciadores, coenunciadores, espaço e tempo. Para Maingueneau, se questionarão alguns desses pressupostos.

A pragmática confere ao enunciador intencionalidade e controle sobre a produção do enunciado, reforçadas pelas metáforas de teatro, jogo e contrato, nas situações interativas de comunicação linguística. À AD, no entanto, interessa o enunciador como sujeito historicamente constituído, que ocupa um lugar

supraindividual nas suas relações com a história e as comunidades e instituições em que se encontra inserido. O enunciador da pragmática é um sujeito considerado em sua individualidade, dotado de razão e controle sobre aquilo que faz/diz; já o enunciador da AD não é considerado em sua autonomia, mas em sua relação constitutiva com a história, com o inconsciente e com o lugar que ocupa (social, institucional, etc.) – daí, a noção de *posição-sujeito*. Nesse sentido, a AD se coloca – mais uma vez – em consonância com o pensamento de Foucault, para quem o sujeito não é uma essência, mas uma forma (*forma-sujeito*) – uma forma que nem sempre é idêntica a si mesma, pois transforma-se de acordo com os dispositivos com que se relaciona.

Em relação à importância dada ao contexto pelos estudos pragmáticos, empíricos (como o sujeito), Maingueneau divide o contexto em três tipos e acrescenta ainda a noção de *cena de enunciação*, uma vez que o discurso representa/encena a sua própria situação de enunciação, seja através do uso de embreantes, seja pela estabelecimento de sua cenografia: espaço, tempo, “personagens” envolvidos...

Existem, portanto, diferenças basilares que promovem o distanciamento entre a AD e a arqueologia foucaultiana. Inicialmente, por que uma se insere no campo dos estudos da linguagem, tomando como objeto um elemento (o discurso, como prática) ao mesmo tempo integralmente linguístico e social, histórico e simbólico, com o objeto de encontrar na materialidade linguística – a partir de uma metodologia que dialoga com o funcionalismo de base enunciativa – os aspectos delimitadores do sentido, correspondentes à formação discursiva em que se enquadram os enunciados. Nesse sentido, pode-se mesmo pensar FD como o sistema que garante a “semântica global” (MAINGUENEAU, 2008c), isto é, que todos os elementos envolvidos na construção de um enunciado cooperem, de maneira não hierárquica, para que se promovam os sentidos validados por determinado grupo social, historicamente situado. Em Foucault, interessam porém os discursos, assim como os dispositivos não verbais, apenas como *cópus* através do qual se poderá chegar às condições de possibilidade históricas de um determinado saber, em suas relações com as instituições que os validam e são por eles validadas. Ora, ainda que linguagem e história sejam aspectos relevantes na construção dessas duas vertentes, encontramos uma como uma disciplina teórica e analítica autônoma,

inserida no campo da Linguística, e outra como uma metodologia que respalda uma determinada filosofia histórico-crítica.

A análise do discurso nos ofereceria assim um dispositivo de análise que nos propicia, dentro do campo dos estudos da linguagem, não apenas a possibilidade de diálogo com os conceitos filosóficos que constroem nosso olhar sobre a normalidade como um modo, uma construção que se dá não apenas através de enunciados, mas em sua articulação com práticas sociais e dispositivos de natureza variada. Permite-nos, assim, a indagar o *como* dos dispositivos de normalização e não a natureza de seus efeitos como se fossem objetos prévios.

3 O MACHO E A FÊMEA

A (in)definição biológica dos gêneros – Sexualidade e linguagem – A definição cultural dos gêneros – O desodorante do “homem homem” – Gênero, performance e temperamento

E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou;
macho e fêmea os criou.

Gênesis, 1:27

Há diversas provas de que existem dois sexos: a existência de um banheiro feminino e outro masculino, nos shoppings, nas universidades, nas boates, nos prostíbulos; os formulários em que se deve preencher o sexo, apresentado com duas opções – masculino e feminino; as leis do código civil que tratam da constituição da família; as revistas expostas nas bancas de jornal, algumas masculinas, outras femininas, outras semanais, científicas, de decoração, de arte... Isso sem falar do desodorante.

Não sei a quantas anda a temperatura no momento em que esta dissertação está sendo lida, nem mesmo há quanto tempo o leitor (ou a leitora) dedica-se a fazê-lo e em que condições climático-atmosféricas, mas suponho que tenha comprado um desodorante para untar as axilas que seguram esse tomo ou que se movem regularmente acompanhando a mão que comanda o mouse. Supondo que não apenas tenha comprado, mas esteja usando desodorante nesse momento, não poderia também supor qual seria a marca de desodorante comprada: o mercado as oferece aos borbotões. O fato é que talvez o prezado leitor esteja usando o desodorante adequado ao seu “gênero biológico”. Costumam ser separados assim, em prateleiras diferenciadas nos mercados e farmácias: os desodorantes para homens, próximos aos pacotes de camisinha e às lâminas de barbear de um lado; e os desodorantes para mulheres, próximos aos pacotes de absorvente íntimo, de frascos de sabonete íntimo, de cremes diversificados para a pele desta ou daquela região, etc., etc., de outro lado.

De acordo com a filosofia do senso comum de Thomas Reid, apenas o fato de termos desodorantes para homens e desodorantes para mulheres, somado ao modo como são organizados nas prateleiras do mercado, já nos garantiria que existe, na realidade, um grupo de indivíduos pertencentes ao gênero biológico masculino e outro grupo, daqueles pertencentes ao gênero biológico feminino. Sem que precisássemos recorrer à Bíblia ou à biologia, que nos fornecem um conjunto de provas de outra natureza.

3.1 O homem biológico

A medicina seria, segundo Canguilhem, muito mais uma prática do que propriamente uma ciência; seria, assim, baseada em ciências biológicas, como a anatomia, a fisiologia, a patologia, que lhe ofereceriam os conhecimentos teóricos de que se valeria para o tratamento terapêutico. De fato, historicamente, Foucault alerta para o fato de que a clínica moderna constitui-se duplamente como produtora de conhecimento e meio de tratamento, resultante “de observações empíricas, ensaios, prescrições terapêuticas, regulamentos institucionais” (CASTRO, 2009, p.80). E seu papel na regulação das populações e na disciplina dos corpos é de extrema relevância, principalmente no que diz respeito à sexualidade.

Centrando-se muito mais na observação da doença do que na saúde, também privilegia a criança e a mulher ao homem adulto – há uma pediatria, uma ginecologia, mas não uma especialidade médica dedicada ao estudo, diagnóstico e prognóstico do homem com a mesma relevância. Tal especialidade existe: é a andrologia, reconhecida apenas desde 1960 e pouco difusa. Procure no livro da assistência do seu plano de saúde por um andrologista³⁰.

Até o século XX, para a medicina, a definição de homem baseava-se apenas no critério anatômico, isto é, na presença do aparelho genital masculino. E até hoje, aliás, é no aparelho genital masculino que se centram as preocupações particulares da medicina para o homem, tornando a disfunção erétil um objeto de saúde pública (CAROL, 2013, p.35-6). De acordo com uma brochura médica de 1903, “a potência

³⁰ A urologia é a especialidade que se dedica ao trato urinário e ao aparelho reprodutor masculino. Talvez, pela centralidade do falo como definidor do macho, confundem-se andrologia e urologia.

genital é, de fato, o primeiro, o mais irrecusável testemunho da virilidade e, inclusive, sem esta potência, ela não existiria” (FAUCONNEY, *apud* CAROL, 2013, p.37).

No entanto, hoje, combinam-se para a definição do homem biológico, além do pênis ereto, também o seu sistema endocrinológico e sua genética: a testosterona e o cromossomo Y. Mas também quando se trata dos hormônios, se dá um forte relevo à anatomia, uma vez que os testículos, de testemunha, passam a protagonistas, pois são as principais glândulas endócrinas produtoras dos hormônios androgênicos. Mas isso não é suficiente: há produção de hormônios ditos masculinos em outras glândulas, partilhadas por homens e mulheres (tomem-se essas categorias como aquelas urdidas no senso comum, uma vez que até o momento não temos uma resposta biológica precisa para a questão). Nenhum hormônio é exclusivo de um sexo. Isso gera uma série de questões no campo dos estudos médicos. Há uma diferença quantitativa da qual deriva uma distinção qualitativa, mas essa diferença não é uniforme: há mulheres com maior produção de testosterona do que alguns homens. Durante algum tempo, se chegou a acreditar que esses níveis diferenciavam uranistas e sáficas de homens e mulheres heterossexuais, o que se provou irrelevante.

Talvez a resposta que buscamos se encontre nos genes. No século XX, a genética ganhou grande empuxo após a invenção do microscópio eletrônico, através do qual se pode definir que o núcleo de todas as células guardava uma cadeia de quarenta e seis cromossomos, sendo o vigésimo terceiro aquele que caracterizaria o sexo. No caso das mulheres, um par de cromossomos X; no caso dos homens, um cromossomo X ligado a um cromossomo Y. Em suma, a verdade oculta do sexo estaria presente em cada microcomponente do corpo; uma informação genética dotaria toda estrutura celular de um sexo. Seria esse cromossomo Y o responsável pelo desenvolvimento das gônadas masculinas na formação do feto... Ainda que, mais tarde, tenha se descoberto que essas combinações não se resumem ao par XY, conferiu-se ao cromossomo diferenciado a função de responder sobre o sexo de um indivíduo... E mais do que isso: que há seres XX com pênis, seres XY com vagina!

Então: como definir homem e mulher, essas “verdades biológicas” pela biologia? Alguns apontam a resposta na definição dos papéis de cada um na reprodução sexuada, pelo tipo de gameta produzido. Mas tal divisão também não é tão simples. Na natureza, alguns anelados e moluscos reproduzem-se por

autofecundação ou por fecundação cruzada, por produzirem os dois tipos de gameta; em outras espécies, não há distinção das células envolvidas na reprodução, que é exógena. No entanto, nem todos os seres sexuados participam da reprodução: caso, por exemplo, das abelhas operárias e também de seres humanos que não produzem mais ou nunca produziram gametas.

Mas seria fácil comprovar o não existente falando das variantes da norma, das exceções da regra. O homem, indivíduo masculino da espécie humana, e sua fêmea, nível mais alto da evolução das espécies, coroa da criação divina, o predador mais bem sucedido do planeta: o homem é um outro caso. E aqui também “as exceções só confirmam a regra”, diriam alguns, apelando a esse ditado que nunca se fez entender para mim... Vimos demonstrando desde o início o quão difícil é definir o homem pela biologia, apreender uma natureza do homem que permita definir a criação de uma “norma vital” que o mantenha como padrão, com sua majoritariedade e sua dominação. *Buck Angel*: o macho ativo, XY, testosterônico dos filmes pornô com sua genitália de vastas proporções – uma vagina. Vagina que não lhe proibiu de ser registrado como homem. Sim, Buck Angel vai ao banheiro masculino, marca “m” nas fichas de inscrição, tem certificado de reservista e, possivelmente, usa um desodorante da seção de itens masculinos, onde também pega seu creme e suas lâminas de barbear.

Exceções, exceções sobre as quais se projeta um modo de ser masculino. Mas todo ser humano possui características intersexuais: o pênis atrofiado (clitóris) feminino e as glândulas mamárias masculinas.

Então diferenciaríamos macho e fêmea pelo seu comportamento imanente? O feminino, passivo, dócil, noturno, escuro, frio, silencioso e o masculino, ativo, agressivo, diurno, luminoso, quente, falante? *Yin/yang*. Imagem taoista que se confirma pelo gameta masculino, ativo, desbravador, que digladiava com outros do seu gênero para ser o primeiro, o vencedor, aquele que numa cópula pós-cópula atinge e penetra a meiotota definitiva do óvulo, passivo e paciente invólucro à espera da corte (ou do estupro).

Beauvoir traça equivalência entre os gametas masculino e feminino, pensadas como características imanentes ao homem e à mulher: o óvulo é passivo, escuro, fechado, imóvel, nutritivo, cuidador; o espermatozoide é ativo, racional, ágil, competitivo, forte... Mas a autora mesmo chega a se defender, ao afirmar que, “na verdade, não são isso mais do que divagações” (BEAUVOIR, 2009, p.44).

De fato, talvez, o que se possa apreender da dificuldade que encontramos em definir o “homem biológico” nos leve a contestar não a existência de algo de natural que corresponda ao sexo masculino, mas a binariedade masculino/feminino ou mesmo um *continuum* sexual entre masculino e feminino. Pela aleatória combinação de componentes variados, temos mais de dois sexos: o XY com vagina, o XX com pênis, o indivíduo com pênis e traços secundários femininos, o indivíduo com vagina e traços secundários masculinos, e assim por diante. Sem mesmo tocar ainda na questão dos gêneros ou dos corpos transformados, camuflados ou construídos.

É, portanto, impossível pensar as questões da sexualidade a partir do sexo, como algo dado, natural, e o gênero instituído como uma construção... Há mais coisas entre o corpo e a história do que sonha a nossa vã filosofia. A teórica feminista Christine Delphy ilumina o problema, ao perguntar se, “quando propomos a distinção entre sexo e gênero, estamos comparando algo natural com algo social ou algo social com algo que também acaba sendo social” (CHANTER, 2011, p.11).

A reflexão científica acerca do sexo não é algo como que objetivo ou neutro; pelo contrário: sabemos desde Nietzsche e com Foucault que o cânone científico não está imune aos pressupostos partilhados por seus praticantes. Para a ciência médica e biológica, a binariedade sexual seria, assim, um código inescapável para a produção do conhecimento. E os inúmeros traços recolhidos para a definição do homem biológico e de sua contrapartida feminina, em toda sua complexidade e dificuldade de apreensão direta, não parece mover para fora o problema.

Em Foucault, a verdade é uma construção histórica, um produto da ordem do discurso. Em Nietzsche também, a verdade, o conhecimento, nada mais são do que frutos de relações de força. Por isso, “a genealogia é cinzenta” (FOUCAULT, 2013a, p.273), não há preto no branco... A pergunta pelas origens só faria sentido numa perspectiva metafísica que buscasse encontrar, sob a máscara das aparências ou das marcas do tempo, o monumento inicial, intocado. Por isso, ao falar sobre a questão da linguagem, em *Sobre a verdade e a mentira*, Nietzsche coloca em suspeita a ciência...

Quando alguém esconde algo detrás de um arbusto, volta a procurá-lo justamente lá onde o escondeu e além de tudo o encontra, não há muito do que se vangloriar nesse procurar e encontrar: é assim que se dá com o procurar e encontrar da “verdade” no interior do domínio da razão. Se crio a definição de mamífero e, aí então, após inspecionar um camelo, declaro:

veja, eis um mamífero, com isso, uma verdade decerto é trazida à plena luz, mas ela possui um valor limitado, digo, ela é antropomórfica de fio a pavio e não contém um único ponto sequer que fosse “verdadeiro em si”, efetivo e universalmente válido, deixando de lado o homem (NIETZSCHE, 2008, p.39-40).

No caso dos sexos... Já se acredita, desde o tempo em que os animais falavam, que haja homens e mulheres, um e outro. À ciência caberia dizer que é assim que os homens são, procurando justificar os argumentos que validem uma distinção já arraigada na vida social. Como quando se procurava confirmar que a Terra era plana, porque se sabia que era, ou que ao seu redor girava o Sol, porque se sabia que girava. O cientista olha para Buck Angel ou Edinanci Silva³¹ e diz: veja, eis um homem.

3.2 O homem: *s.m.*

De acordo com Nietzsche, o conceito (como o conceito de “homem”, por exemplo) apagaria a experiência, a “vivência primordial completamente singular e individualizada à qual deve seu surgimento” (NIETZSCHE, 2008, p.34-5), operando um achatamento, uma generalização, a “igualação do não-igual” (NIETZSCHE, 2008, p.35), forjando-se como uma metáfora. Com isso, coloca-se em xeque o caráter eminentemente representativo da linguagem, aquilo que lógicos e linguistas tentaram conferir-lhe como atributo fundamental da racionalidade do homem: o valor de verdade como critério semântico para todo e qualquer enunciado.

Frege chamará de “conceito” ao predicativo que se pode conferir a um “nome próprio”, isto é, a uma expressão que designa um objeto determinado de um modo determinado. Uma proposição sobre o conceito do nome próprio “homem”, expressão que se refere a todo ser do sexo masculino, poderia assim receber como valor, ser verdadeira ou falsa, uma vez que encontraria referência e seu conceito seria analisado de acordo com este. Assim, dizer que o homem é assim, ou assado, de qualquer forma, seria discutível do ponto de vista da sua qualificação. Não, não, o homem não é assim, nem assado, o homem é cozido! Mas a própria ideia de

³¹ Judoca brasileira que, às vésperas da Olimpíada de Atlanta, teve se submeter ao teste de feminilidade, em virtude de suas altas doses de testosterona. Descobriu-se que a atleta tinha testículos internos e o útero atrofiado.

homem, seu conceito e sua realidade não são postos em questão, em virtude do pressuposto de existência que encontramos no enunciado que afirma qualquer coisa acerca do homem, utilizando-se de uma descrição definida (isto é, fazendo-o um “nome próprio” segundo a concepção fregeana).

O que pretendemos com isso é dizer que não, o homem não é assim, nem assado, nem mesmo cozido, porque “o homem” é uma construção histórica, e por que não dizer linguístico-discursiva? Assim como o rei calvo da França, sobre quem Russell escreveu.

Desta maneira, não podemos dizer que o “homem” foi alçado à categoria de metro-padrão, de ponto central de um sistema arborescente. A estratificação que produz a maioria do homem cria também o homem a quem confere maioria. Não há existência prévia do homem – e penso que os dados da biologia que conferimos nos podem servir de suporte para essa afirmação.

A teoria gerativista ousa afirmar que masculino e feminino são universais semânticos. Seriam, assim, modos universais, imanentes ao conjunto de princípios linguísticos partilhados biologicamente pelos seres humanos³² que, ao menos os seres animados sejam classificados morfológicamente de acordo com o gênero. Nada em que pudéssemos crer menos.

Há, portanto, em nosso objeto de investigação algo que, diriam alguns, passa, não só pelo discurso, mas que se origina no léxico. Pensá-lo seria reafirmar uma primazia da língua (fonológica, morfológica, sintática e lexicalmente) em relação à pragmática ou ao discurso, como se houvesse antes um regime de signos que passa a ser colocado em uso, como se não fosse mesmo o seu uso seu próprio ato de constituição. A língua é a *causa imanente* do enunciado: ela só se constitui no ato mesmo de enunciação.

De acordo com Derrida, os significados se organizam por meio de uma dinâmica de presença e ausência, de modo que “o que parece estar fora de um sistema já está dentro dele e o que parece natural é histórico” (MISKOLCI, 2009, p.153). Assim, o homem precisa da mulher para sua definição, assim como o heterossexual precisa do homossexual. O procedimento analítico de desconstrução seria justamente a explicitação desse jogo entre ausência e presença, que conceitua

³² Essa última sentença me causa algum arrepiado, mas ainda assim devo me abster, em nome da concisão, de discutir todas essas noções (universal, princípio, biológico, imanente, ser humano). E uma questão estética me proíbe de colocar aspas em torno de todos estes termos. Peço desculpas ao leitor, caso ele também se sinta arrepiado.

suplementaridade como “o efeito de interpretação por que oposições binárias (...) são reatualizadas e reforçadas em todo ato de significação” (Miskolci, 2009, p.154).

Uma expressão definida, portanto, reforça essa binariedade, essa construção histórica dos gêneros sexuais. Falar sobre “o homem” implica dotá-lo de referência.

Antes de 1300 a.C., no Oriente Próximo, porém, não importava tanto a identidade do sexo de quem fosse. Estudiosos dos escritos sumérios destacam a inexistência de substantivos para designar homens e mulheres, mas de participios presentes que descrevem o ato praticado por alguém, no sexo.

O que [era] importante socialmente [era] penetrar em vez de ser penetrado. A relação sexual [era] entendida essencialmente não como uma interação mas como um fazer alguma coisa a alguém (NAPHY, 2006, p.22).

A sexualidade é considerada como um estado passageiro, um ato, não uma essência: não há ativos e passivos, mas penetrantes e “penetrados” (na ausência de uma palavra da língua portuguesa que possa dar conta do ato com o sufixo de formação do participio presente). A própria identificação, em esculturas e pinturas de diversos povos da época, de homens e mulheres torna-se difícil: os ornamentos, a indumentária, o corte de cabelo, a expressão – nada os diferencia, nem mesmo as inscrições (no caso sumério).

Milênios mais tarde, na Índia, os jainistas, os gêneros sexuais não são classificados de acordo com a anatomia, mas de acordo com os desejos, dando origem a um sistema tríplice, segundo a qual haveria a *purumaveda* (quando se desejavam mulheres), a *striveda* (quando se desejavam homens), a *napumsakaveda* (desejavam nem homens, nem mulheres - exclusivamente)... Com o tempo chegou-se a criar uma quarta categoria, o *purumanapumsaka*, “o homem que se ‘comportava como um homem’ mas que ainda assim desejava ter relações sexuais com outros homens” (NAPHY, 2006, p.82).

Não faltariam exemplos para mostrar como os sistemas de sexualidade são variados e amplos. Até mesmo entre os gays, hoje, há mais variações do que supõe nossa vã filosofia, muitas delas reforçando o modelo binário heteronormativo que confere ao passivo um lugar inferior em relação ao ativo: ativo, passivo, versátil; *barbie*, *clone*, *gouines*, etc. Sem se falar nos *g0ys*, homens que se consideram heterossexuais, mas nem por isso deixam de ter relações sexuais com outros homens.

De fato, “a sexualidade é uma produção de mil sexos, que são igualmente devires incontroláveis” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p.75); por isso, a necessidade de normalizar constantemente e de achatar a diversidade das categorias, para controlar. A um ponto central, a um modelo de heterossexual masculino, um ponto desviante: o homossexual masculino.

De fato, porém, há ainda outro achatamento, que promove a normalização: o fato de se considerar “homem” como algo imanentemente “heterossexual”, não apenas como uma designação de características morfológicas de um determinado ente da espécie, em que dizer que “Fulano não é homem” equivale a dizer que ele não se comporta como é normal, natural, obrigatório que se comporte um homem, da mesma forma como dizer “Fulano é um viadinho” que não equivale a dizer necessariamente que ele tenha desejo ou relações sexuais com outros homens.

Há ainda achatamento quando “homem” recobre todos os indivíduos da espécie humana, como salientado por Beauvoir:

O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo *uir* o sentido geral do vocábulo *homo*. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade (BEAUVOIR, 2009, p.16).

Não basta ser homem, portanto: deve-se ser homem homem.

3.3 O homem homem

Voltando às prateleiras da farmácia... Se o prezado leitor do sexo masculino comprou *Old Spice*, talvez ele saiba que definir-se como “homem” unicamente não é suficiente, hoje em dia. Ser homem corresponde à atribuição de uma série de qualidades intrínsecas. Assim como é fundamental para que uma mesa seja chamada de “mesa” que tenha ao menos um pé e um tampo liso onde se possam apoiar objetos, ao homem seria fundamental dispor de determinadas características.

Biologicamente, este ser deveria possuir um pênis, de preferência passível de tornar-se ativo, um cromossomo Y agregado a apenas um cromossomo X (para não incorrer no problema do hermafroditismo) e uma produção bastante acentuada de

testosterona e alguns hormônios a despeito de outros como o estrogênio e a progesterona. Mas isso não basta!

Sexualmente, este ser deveria ter relações, exclusivamente, com mulheres (ao menos que fossem de domínio e conhecimento público). Mas isso também não basta!

É fundamental que o homem “se comporte como um homem” (aliás, quem já não ouviu essa frase? – não direcionada a você, mas dita para outra pessoa). Talvez isso tenha até mesmo implicações no seu funcionamento anatomofisiológico e o leve a precisar de um desodorante adequado: o *Old Spice*, “o desodorante do homem homem”.

Na expressão “homem homem” teríamos um sintagma formado por um substantivo e outro substantivo, posto na posição de qualificador. O deslocamento da função primária de um substantivo, que passa a função como adjetivo, dá um valor mais enfático à construção: ser um “homem homem” é mais forte e não equivale a um “homem másculo, viril, masculino”. Ao mesmo tempo que se repete, igualando elementos, diferencia: cria um modelo, um padrão, “o homem tal qual um homem deve ser”. O substantivo não denota simplesmente uma entidade do mundo, isto é, não apenas descreve uma entidade, uma noção, uma ação. Ele também a caracteriza por meio de uma série de traços qualificativos que são postos em destaque quando se dá o deslocamento para sua posição de adjunto adnominal.

Outro modo de abordar o fato é conferir ao substantivo “homem” um caráter polissêmico. “Homem”, assim, significaria não apenas o conceito historicamente construído de “indivíduo biologicamente masculino, dotado de pênis, com traços genéticos e hormonais próprios”; significaria também um “indivíduo que se caracteriza de uma maneira específica”. Poderíamos pensar que há uma dupla leitura da palavra “homem” – como sexo biológico, no primeiro caso, e como gênero, no segundo.

Isso não é muito distante de uma leitura normalizadora da questão dos gêneros, segundo a qual, ao “nascermos com uma determinada genitália”, “nossos gêneros esperados são lidos” em relação a ela (CHANTER, 2011, p.9). Pelo apagamento da ideia de que o sexo biológico é uma criação social, espera-se que o gênero, também natural, seja com ele compatível; caso contrário, teríamos patologias, anomalias, mutações. Aliás, entre os defensores dos homossexuais, não nos faltam exemplo de pessoas que creem que se trata de um problema clínico,

fisiológico ou psiquiátrica, que merece respeito como qualquer outro da mesma natureza³³.

Buscando pistas que nos indiquem o que qualificaria esse homem, para além do que lhe é atribuído no nível biológico, o site da marca³⁴ oferece alguns indícios. Ali, encontra-se um mapa interativo, que representa a imagem de um homem forte flexionando os músculos do braço e deixando abertas as axilas, certamente protegidas pelo desodorante. No mapa, que lembra aqueles mapas antigos, sobre o qual se desenham lugares e seres mitológicos, alguns pontos são destacados: o Monte do Tremoço vizinho ao Moinho de Engenho de Garapa, o Cemitério do Ponto Morto – onde estão enterrados alguns carros, pois “o melhor amigo do homem homem é o seu carro” –, o Oceano do H maiúsculo, a Serra da Barba Serrada, o Canal do Pomo de Adão, o Pico da Chave de Fenda... Uma série de imagens reforça as “idiossincrasias” do homem homem.

Margaret Mead publicou, em 1935, um estudo antropológico de extrema relevância e notável originalidade, ao demonstrar, através do cotejo dos papéis sexuais em três diferentes sociedades primitivas de Papua Nova Guiné. A ideia de papel sexual, cunhada pela antropóloga, é ancestral da ideia de “gênero”, como conhecemos hoje. Por meio de sua pesquisa participativa, a autora demonstra como não existe nada de natural na divisão social dos papéis para homens e mulheres numa sociedade, como esse arranjo das relações sexuais é construída, fazendo cair por terra a ideia de normalidade ou naturalidade. Ainda hoje, porém, vale para nossa sociedade o que ela escreve em seu prefácio à edição de 1963:

Isso pode parecer estranho a uma civilização que, em sua sociologia, sua medicina, sua gíria, sua poesia e sua obscenidade admite para as diferenças socialmente definidas entre os sexos uma base inata no temperamento, e vê em qualquer desvio do papel socialmente determinado uma anormalidade (MEAD, 1969, p.26).

Entre os Arapesh e os Mundugumor, não haveria uma relação de contraste entre os comportamentos masculino e feminino. Os indivíduos do primeiro povo seriam igualmente cooperativos, dóceis, maternais; enquanto os do segundo, agressivos, violentos. O homem arapesh agressivo, dominador, conquistador seria

³³ Ainda que a homossexualidade tenha deixado de compor o hall das doenças da Associação Americana de Psiquiatria em 1973, no ano de 2004, o deputado estadual Édino Fonseca (PSC-RJ) propôs o projeto da cura gay.

³⁴ <http://www.oldspice.com.br/pt-BR/Index>

tão anormal entre seu povo quanto a mulher mundugumor dócil, sensível e frágil entre os seus. Na terceira tribo, os Tchambuli, haveria uma divisão do comportamento sexual binária, em que a mulher representa “o parceiro dirigente, dominador, impessoal, e o homem a pessoa menos responsável e emocionalmente dependente” (MEAD, 1969, p.268). Aqui, os homens se enfeitam para suas mulheres, deixando os cabelos crescerem, enquanto as mulheres raspam a cabeça e gabam-se dos músculos e da destreza guerreira e caçadora.

Esses povos têm consciência de que aquilo que ocorre em sua cultura é diferente para a dos povos vizinhos, sem por isso afirmar que a sua concepção é a verdadeira ou a natural. Nem por isso, deixam de possuir “uma norma pela qual julgar e condenar os indivíduos que se desviam” (MEAD, 1969, p.26). Entre os Arapesh, o “homem homem” é sensível, como entre os Mundugumor, são fingidos, vaidosos, frágeis e submissos. O anormal é seu contrário.

Mead faz, assim, uma diferença entre sexo e temperamento: o primeiro, sendo considerado socialmente normatizado (é o terceiro olho, o ponto central, o metro-padrão, a entidade molar); o segundo como aquilo que cada indivíduo faz a partir do que lhe fornece sua sociedade (o molecular, o devir, o minoritário). A filósofa americana Judith Butler irá construir uma teoria baseada na noção de gênero como performance:

Gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos dentro de uma estrutura rígida e reguladora que se consolida com o passar do tempo, produzindo o que aparenta ser substância, uma espécie “natural” de ser (BUTLER, 2013, p.59).

Um homem homem é, portanto, um homem que performatiza como um homem: um papel instituído, fortalecido socialmente por uma série de atos e fórmulas consagradas. Assim como é necessário um padre ou um juiz para produzir um ato de fala performativo “casar”, que promove uma transformação incorpórea em um casal; é necessário ter pênis para produzir um ato (de fala ou não) performativo de masculino e impôr ao próprio corpo a identificação com o modelo socialmente construído de masculinidade, fazer-se “homem homem”. Portanto, não basta ser considerado biologicamente homem, nem basta performatizar esse gênero para sê-lo, é preciso duplicá-lo. Por isso, afirma-se que “anatomia é destino” (CHANTER, 2011, p.24). Temos aqui já um indício (a ser desenvolvido no Capítulo 4) de que a

“normalidade” do homem se dá pelo entrecruzamento de elementos situados no plano da natureza e elementos do plano cultural e moral.

De um ponto de vista discursivo, o uso qualificativo de “homem” reforça essa necessidade de dupla afirmação, entre o natural (anatômico) e o cultural naturalizado. E coloca-se em relação polêmica com o discurso masculista. Por conseguinte, haveria um “homem não tão homem assim” a que o “homem homem” se opõe. Na primeira propaganda veiculada na TV para o lançamento da marca no Brasil, ouvia-se, sobre o som de um sinal de alerta que convocava os homens, a seguinte narração:

Vocês são os sobreviventes de uma espécie em extinção: o homem homem. O homem que sabe como incendiar um encontro. O homem que sempre chega lá, não importa como.
A missão de *Old Spice* é trazer de volta o orgulho de ser e cheirar como um homem. O futuro da humanidade está em suas mãos.
Chegou *Old Spice*, o desodorante do homem homem. O único com partículas de cabra macho.
Atenda o chamado se for homem³⁵.

A narração coloca o conceito de “homem” no campo biológico, uma “espécie”, algo natural (naturalizado), portanto “dado”. No entanto, o coloca no processo de “evolução das espécies” darwinista... Um embate com o discurso que fala de um “novo homem”, um “homem mudado”. Desde os fins da década de 1960, alguns pesquisadores anunciam essa transformação e mesmo o fim do homem tal como era. Ruitenbeek, por exemplo, afirma que o homem médio americano “passa, realmente, por uma mudança que afeta seu papel tradicional de pai, amante e arrimo”, mudança que resume em uma palavra: “emasculação” (RUITENBEEK, 1969, p.19). No Brasil, Costa afirma que esse homem demonstra “visíveis sinais de cansaço” (COSTA, 1986, p.7) e Trevisan (1998) anuncia seu estado abalado, crítico, ameaçado.

Desde a saída das mulheres para o mercado de trabalho, a reorganização da família tradicional, a revolução sexual e os movimentos minoritários, não se deixa de falar no processo de reconstrução da masculinidade no mundo ocidental: homens que vão para a cozinha, que cuidam das crianças, que arrumam a casa, que se preocupam com o prazer sexual de suas parceiras, com mais vaidade, com menos

³⁵ Old Spice – O chamado, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Jx9MFSYExK0>. Acesso em 26 out. 2014.

medo de demonstrar os sentimentos... “Homens mudados”, vistos seja com certo espanto, seja com grata satisfação³⁶.

Para Maingueneau (2008c), as mudanças comportamentais de determinado grupo social implicam, concomitantemente, mudanças no plano discursivo. Testemunha-se, assim, a constituição do discurso do “novo homem” (assim ele é tantas vezes chamado pela imprensa), no interior do campo discursivo. Constituição essa que se dá de forma polêmica e dinâmica, a partir do conflito com outros discursos reguladores da sexualidade e dos padrões de gênero. Ao lado do discurso do “novo homem”, há um novo discurso do homem que se posiciona contrariamente ao primeiro e a todas essas transformações: ambos ligados ao masculinismo,

Movimento ainda incipiente, [que] caminha no sentido de repensar os estereótipos vigentes e de construir novos modos de estar no mundo, para além das demandas e cobranças impostas historicamente aos homens (WANG; JABLONSKI; MAGALHÃES, 2006, p.60).

Um sistema rizomático é uma dispersão, uma superfície cartográfica cujos pontos são interconectados por uma rede de linhas de estratificação ou de desterritorialização, constituindo agenciamentos que relacionam cadeias de signos a regimes de corpos. A concepção de interdiscurso, considerada a partir da lógica do rizoma, propicia que o tomemos não como mero repositório de formações discursivas em concorrência, mas como um espaço complexo atravessado por linhas de força, dinâmico e múltiplo. Compreendem-se, conseqüentemente, as formações discursivas não como entidades dotadas de uma essência que lhes seria característica; pelo contrário, a identidade de uma FD seria um efeito de sentido produzido pela relação entre uma multiplicidade de linhas que jamais se configuram sob a forma de um Uno formado e fechado em sua interioridade.

A FD masculinista, portanto, se constitui a partir de um jogo de diferenças e relações com outras FDs que entram em relação abertamente polêmica no que diz respeito ao modo pelo qual os padrões de comportamento (linguísticos ou não) atribuídos a certo sexo/gênero devem ser organizados, e normatizados. A partir de um modo de reflexão geográfica, que procura observar o fenômeno a partir das linhas de força, e não a partir de uma lógica histórico-teleológica, que privilegiaria a

³⁶ Tome-se como exemplo dessa postura elogiosa a reportagem do site *Deles: Mundo masculino*, do portal *IG*, de 12 de setembro de 2013: “Saímos de uma posição definida. Ainda bem”, diz psicólogo sobre ‘novo homem’. Disponível em: <http://deles.ig.com.br/mundo-masculino/2013-09-12/saimos-de-uma-posicao-definida-ainda-bem-diz-psicologo-sobre-novo-homem.html>. Acesso em: 29 jun. 2014.

causalidade e a organização temporal, observamos os sedimentos sobre os quais se constituem esse discurso, em diálogo com outros.

Deleuze e Guattari (2012, p.232) definem estrato como um espessamento, uma sedimentação de elementos heterogêneos que constituem uma zona espessa no mapa, em que se articulam determinados regimes de signos e de corpos, tal qual uma prática discursiva. Isto equivale a dizer que o imbricamento constitutivo de práticas de linguagem e modos de estruturação institucional que se caracterizam, em dada prática discursiva, por obedecerem a um mesmo sistema de restrições semânticas (MAINGUENEAU, 2008) funcionam como um estrato. Ali dá-se a territorialização, uma vez que o estrato é atravessado por linhas de segmentaridade que conformam um espaço razoavelmente delimitado. Assim, por exemplo, o patriarcalismo – modo de organização das relações de gênero que se vem fazendo hegemônico nas sociedades ocidentais – pode ser considerada uma prática discursiva, e um estrato, fortalecido e fortalecedor de textos considerados “machistas” ou “conservadores” ou...

No entanto, é também ali que se operam “transformações interdiscursivas globais” que possibilitam uma desterritorialização. Para Maingueneau (2008c, p.39), a partir do momento em que um discurso primeiro se sente ameaçado em seus fundamentos, dá-se a possibilidade de constituição de discursos outros, a partir das grades semânticas por ele instituídas. Ou seja, o discurso Outro vale-se dos interditos do discurso a partir do qual se constitui, já sob a forma de uma relação polêmica. A desterritorialização, como movimento de abandono do território, operada por linhas de fuga, se vê, no entanto, bloqueada por um movimento de reterritorialização que é sua contraparte. A fuga de um território se compensa pelo “aprisionamento” em um outro.

Os discursos “gays” e “feministas” se relacionam, assim, ao território a partir do qual se desenvolveram (o patriarcalista), mas sua potência se estabiliza no próprio ato de sua constituição organizada. Não à toa, Guattari (2011, p.62) observa que esses processos se organizam como formas de singularização, modos de produção de subjetividade resistentes à individuação em massa operada de acordo como os moldes capitalísticos, ao mesmo tempo em que se fecham em um gueto, institucionalizando-se.

Ao mesmo tempo, porém, o surgimento de novas práticas discursivas não acarreta o fim da formação discursiva pré-existente, contra a qual estas entraram em

conflito. E a prática discursiva precedente responde a essas, reestruturando-se. No plano interdiscursivo rizomático, assim como na física e na fisiologia, não há ação que não desencadeie uma reação. Aliás, segundo Negri e Hardt (*apud* SAMPAIO, 2006, p.58), o poder sempre se reconforma, se amplia, se torna mais eficaz, a partir do momento em que se vê fragilizado pela resistência de grupos. De um modo geral, o poder se move a partir de uma lógica reativa, a partir de demandas e estímulos que se lhe opõem, mantendo-se portanto em um constante estado de luta. Daí, surgirem, também, a partir das décadas de 60-70, movimentos que se organizam sob a forma de “movimentos minoritários” e que defendem a supremacia do homem heterossexual, opondo-se ao machismo.

De acordo com a FD masculista, o machismo não seria menos que uma forma de controle feminina que opera de modo ilusório, dando ao homem a falsa ideia de que ele está no comando, quando na verdade se submete ao poderio das mulheres (e, hoje, também aos privilégios dados aos homossexuais).

O homem de *Old Spice* é esse homem do patriarcalismo em extinção, o macho alfa, o ponto central, o terceiro olho, o metro-padrão, aquilo que podemos hoje discutir.

4 O ACEITO E O IDEAL

A “grande internação” – Os “não-ditos” e os pressupostos linguísticos – A diferença entre a lei e a norma – A lei como gênero discursivo – Os pressupostos no projeto da lei do orgulho hetero – Um duplo funcionamento da normalização: o aceito e o ideal – Resposta às cartas de Playboy – Normalização e subjetividade

Agora mesmo foram introduzidos à minha presença os sábios e os astrólogos, para lerem este escrito, e me fazerem saber a sua interpretação; mas não puderam dar a interpretação destas palavras.

(Daniel, 5:15)

O século XVII, na Europa, assistiu à criação de grandes casas de internação: ali, mais de um em cem cidadãos foram trancafiados, se não pela vida toda, por alguns meses; para ali foram enviadas diversas pessoas arbitrariamente, sob o selo real; ali, foram misturados milhares de rostos, “bem mais variados [que os dos pobres e loucos] e silhuetas cuja estatura comum nem sempre é fácil reconhecer” (FOUCAULT, 2009, p.79): sodomitas, prostituídos, devassos, pródigos, incestuosos, pervertidos, blasfemos, suicidas, feiticeiros e alquimistas, ao lado dos pobres, desempregados e loucos. Mas não seriam todos loucos? Não haveria em todos eles qualquer característica comum que os afastasse da razão?

Para Foucault, é o próprio internamento que cria o liame que vai aproximar todos esses personagens, claramente identificáveis, da ideia de insanidade que a psiquiatria, por vir, tecerá de forma organizada, regulada e positiva. O hospital, longe de ser uma instituição que se propõe a cura, é ainda nesse momento um simples espaço de segregação e expiação das faltas pelo trabalho; a uma espécie de exílio no interior de seus muros são condenadas pessoas pelas mais variadas razões. Leprosários abandonados vão se tornando, assim, a morada de indivíduos cujo comportamento foge ao ideal de razão clássico. Para distingui-los, ao invés de uma lei ou de uma ciência, usa-se uma percepção sobre a insanidade.

O desatino aparece, com todas as significações que o Classicismo nele elaborou, como um campo de experiência, demasiado secreto sem dúvida para ter sido alguma vez formulado em termos claros, demasiado combatido também, da Renascença à era moderna, para receber o direito à expressão, mas bastante importante para ter sustentado não apenas uma instituição como a do internamento, não apenas as concepções e as práticas referentes à loucura, mas todo um reajuste do mundo ético. (FOUCAULT, 2009, p.107)

Pode-se dizer, em relação à insanidade, nesse momento, o mesmo que Santo Agostinho respondeu quando indagado sobre a natureza do tempo: “Se alguém me pergunta, eu sei; mas, se me perguntam e eu quero explicar, já não sei” (SANTO AGOSTINHO, *apud* COMTE-SPONVILLE, 2000, p.17); algo, portanto, que foge até mesmo à filosofia e parece constituir uma noção de que todos parecem ter pleno domínio, como do movimento articulatório do braço esquerdo, sem que seja necessário saber nada sobre tendões, redes neurais, sinapses, músculos e ossos.

O que leva, porém, alguém ao internamento incontestado, mesmo quando os regulamentos não são explícitos, pode ser apreendido através dos enunciados de natureza diversa que circulam em torno da questão (e é isso que o primeiro exercício arqueológico de Foucault empreende): há algo da ordem do discurso que nos permite estabelecer uma coerência no grupo heterogêneo assinalado como insano, a percepção clássica da insanidade, que é de ordem ética e constitui um objeto pertencente ao “submundo moral da desrazão como desordem de costumes e negatividade de pensamento” (MACHADO, 2007, p.60).

O que distingue o normal do anormal, relacionando àquele lugar o do homem heterossexual, hoje em dia, baseia-se também em uma percepção, não em um conhecimento. Isso não significa que não possamos encontrar o conceito de *normalidade* construído, fortalecido e mantido por determinados enunciados, mas não sob a forma corrente e positiva de um conhecimento que se presta a dizer: “isto é normal, dois-pontos” e nos agraciar com uma lista de atributos, características e modelos comportamentais.

Privilegio uma ideia de normalidade, nem constitutiva, nem monoliticamente construída, mas algo que se insurge por meio da relação de forças em rede dos elementos do dispositivo de normalização³⁷, sejam eles instituições, discursos ou uma miríade de outros, em suma: “o dito e o não dito” (FOUCAULT, 1979c, p.244).

³⁷ Ou dispositivo de sexualidade. A questão de nomear o dispositivo é muito mais uma questão da perspectiva que se adota diante das relações de poder que se pretende analisar do que propriamente

Trata-se, portanto, de encontrar, para além das instituições e de um discurso fechado sobre si mesmo, um modo de funcionamento discursivo que engendre noção de normalidade (não “a” noção de normalidade, não “uma” noção de normalidade). Esse problema, porém, recobre-se de uma espécie de silêncio, pois, como afirma Ducrot, em um livro sugestivamente chamado *Dire et ne pas dire* (em português, “Princípios de semântica linguística”),

É necessário para toda crença fundamental, quer se trate de uma ideologia social ou de um *parti-pris* pessoal, encontrar, se ela se exprime, um meio de expressão que não a exponha, que não a transforme num objeto determinável e portanto contestável. Todavia, ela tem necessidade de exprimir-se e encontra sua principal força, sua fonte primeira de evidência, na perpétua repetição. Daí uma (...) razão para a existência de formas implícitas de falar (DUCROT, 1977, p.14).

Dire et ne pas dire. Ou: dizer não dizendo, dizer de modo que não se possa dizer sem colocar o dito sob o alvo de críticas, dizer de modo que se consiga eximir-se dos conteúdos implicados, dizer como se aquilo fosse fato sabido, tácito e sobre o qual não deve haver discussões... E há formas de fazê-lo.

4.1 Pressupostos Linguísticos

Um dos primeiros trabalhos a tratar da distinção entre o posto e o pressuposto foi escrito por Frege (2009), lógico alemão que visava desenvolver um método para estabelecer valor de verdade às proposições, a partir da noção de referência. De acordo com a formulação lógica, os pressupostos de um enunciado seriam mantidos tanto pela sua negação quanto por sua transformação em uma interrogativa. Assim, se realizarmos essas mudanças em um enunciado tomado como exemplo da propaganda do desodorante *Old Spice*, verificaríamos a presença de pressupostos:

1. A missão de *Old Spice* é trazer de volta o orgulho de ser e cheirar como um homem.
- 1'. A missão de *Old Spice* não é trazer de volta o orgulho de ser e cheirar como um homem.
- 1''. A missão de *Old Spice* é trazer de volta o orgulho de ser e cheirar como um homem?
- pp. *Old Spice* tem uma missão.
- pp'. O orgulho de ser e cheirar como um homem foi perdido.
- pp''. O homem cheira e é de um modo específico, ou: Há algo como uma essência masculina e um cheiro masculino.
- pp'''. Ser e cheirar como homem é motivo de orgulho.

Esses pressupostos são desencadeados por elementos linguísticos, próprios ao enunciado: o adjunto adnominal indicativo de posse introduzido pela preposição “de” (“a missão de *Old Spice*”), o uso de uma locução verbal indicando sucessão de estado ou movimento (“trazer de volta”), o uso de expressões com valor definido, mesmo sem determinantes (“ser e cheirar como um homem”), que introduzem *pressupostos existenciais*.

Mesmo que possamos considerar polêmicos os pressupostos encontrados em (1), eles se mantêm, apresentando-se como aceitos, na cena enunciativa. Como afirma Ducrot, linguista que investigou ao longo de toda sua obra a pressuposição linguística,

Se o posto é o que afirmo, enquanto locutor, (...) o pressuposto é o que apresento como pertencendo ao domínio comum das duas personagens do diálogo, como o objeto de uma cumplicidade fundamental que liga entre si os participantes do ato de comunicação (DUCROT, 1987, p.20).

Poderíamos relacionar a noção de pressuposição à ideia de “já-dito” foucaultiana; uma noção propriamente linguística, material, observável do “já-dito” sobre o qual repousaria qualquer discurso³⁸. Segundo Foucault, há um paradoxo na constituição do “já-dito”, uma vez que ele não é apenas a remissão aos enunciados

³⁸ De acordo com Ducrot, os pressupostos são a manifestação linguística das condições de uso de um enunciado, sem as quais não seria possível (DUCROT, 1981, p.177). Em formulação posterior da teoria, o linguista os considerará como parte integrante do sentido, não necessariamente como algo relacionado ao ato de produção do enunciado.

já produzidos, mas um “‘jamais-dito’, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro” (FOUCAULT, 2010a, p.28).

Assim, a pressuposição estaria intimamente relacionada ao interdiscurso, o conjunto de formações discursivas com o qual se relaciona um discurso determinado. A pressuposição seria, portanto, um modo de se inscreverem no interior de um dado enunciado as formulações de um outro discurso, mesmo que esse pressuposto não tenha sido colocado como posto em nenhum lugar, isto é, seja um “já-dito”.

De acordo com Goffman (*apud* CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, 2008, p.403-4), o pressuposto seria o dado do conjunto de saberes e de crenças estocados na memória dos locutores. A partir de sua definição, poderíamos correlacioná-lo a dados constitutivos da competência discursiva do enunciador (MAINGUENEAU, 2008c, p.48), do sistema de restrições semânticas comum aos enunciadores de dado discurso. O pressuposto seria uma forma de manifestação de elementos comuns ao “núcleo semântico” constitutivo de uma dada formação discursiva. Um enunciado como aquele extraído da propaganda de *Old Spice* apresenta elementos tacitamente aceitos por indivíduos que os partilham: os pressupostos, ou melhor, apresenta esses elementos como se fossem tacitamente aceitos, uma vez que o pressuposto “cria” essa espécie de *fundo semântico comum*.

Podemos, portanto, pensar os pressupostos como sentidos que são construídos de modo estabilizado, tomando a forma de algo aceito como dado, de algo que é partilhado, algo que já foi dito anteriormente. Por isso, Ducrot fala em pressuposição como um ato de fala.

O ato de falar, a que se propõe? Se é um fato que toda sociedade humana usa uma língua, com que função o fazem seus indivíduos? Para responder a essa questão, os teóricos de Praga propuseram algumas possibilidades, sendo a mais difundida aquela de Jakobson (2007, p.122-3), acerca das seis funções da linguagem, cada qual abarcando um dos elementos da cena enunciativa.

No entanto, ainda que a funcionalidade dos usos linguísticos seja variada e mesmo multifacetada, a relação entre um mundo unívoco de que a língua ofereceria uma imagem justa e de um emissor e um destinatário cientes dos usos linguísticos de que lançam mão permanecem incólumes. Ao fim, a língua serviria à comunicação, no sentido de que é transmissão de informação de uma pessoa a

outra. Nesse sentido, todas as afirmações seriam passíveis de serem julgadas quanto ao seu valor de verdade.

Uma concepção pragmático-enunciativa da língua, no entanto, destacaria não o aspecto lógico dos usos linguísticos, mas justamente a relação que se estabelece, pela linguagem, entre um enunciador e seu coenunciador. Neste sentido, destaca-se a teoria dos atos de fala, impulsionada pelos filósofos de Oxford, baseada na distinção de Austin entre os usos constativos, aqueles que se servem à descrição de fatos e eventos, e os performativos, que servem à realização de algum ato pela linguagem.

A língua comporta, de forma irreduzível, todo um catálogo de relações inter-humanas, toda uma panóplia de papéis que o locutor pode escolher para si mesmo e impor ao destinatário. Sua função não poderia reduzir-se, então, à transmissão da informação (DUCROT, 1977, p.12).

Para nós, porém, não se considera esse locutor a título individual – que aproxima a pragmática de uma concepção tradicional da língua, ao procurar encontrar modos de formalização dos atos de fala em contextos determinados tomando como suporte um sujeito que é senhor de sua fala. Consideremos os atos de fala no conjunto histórico e institucional e também como elemento constitutivo de todo e qualquer uso linguístico. De acordo com Deleuze e Guattari,

A unidade elementar da linguagem – o enunciado – é a palavra de ordem. (...) A informação é apenas o mínimo estritamente necessário para a emissão, transmissão e observação das ordens consideradas como comandos (DELEUZE, GUATTARI, 1995b, p.12-3).

Aos níveis constitutivos da linguagem não se sobreporia outro que a articule ao mundo extralinguístico: o nível pragmático. Este atravessaria a linguagem, sendo mesmo imanente a toda enunciação, uma vez que “existem variáveis de expressão que colocam a língua em relação com o fora, mas precisamente porque elas são imanentes à língua” (DELEUZE, GUATTARI, 1995b, p.22). As palavras de ordem seriam

A relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele. As palavras de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma “obrigação social”. Não existe enunciado que não

apresente esse vínculo, direta ou indiretamente (DELEUZE, GUATTARI, 1995b, p.17).

Todo uso linguístico visa, assim, não à comunicação de algo já dado pelo mundo; ao invés disso, o uso linguístico como ação ou palavra de ordem visa a causar modificações na situação, física ou social. A pressuposição é, nesse sentido, uma ação de valor jurídico, a ação de colocar a aceitação de certo conteúdo como condição própria da cena de enunciação.

Trata-se (...) de uma transformação institucional, jurídica: o que é modificado, no ouvinte, é seu direito de falar – na medida, pelo menos, em que ele quer que sua fala se inscreva no interior do diálogo precedente (DUCROT, 1977, p.101-2).

Os pressupostos apresentam-se como verdades óbvias e incontestáveis, como um conjunto de regras do jogo, as rubricas de uma performance teatral, as cláusulas de um contrato. Se os pressupostos não são facilmente sujeitos a uma formalização, isso se deve a serem mecanismos linguísticos que explicitam a dupla natureza da linguagem, como intrinsecamente social e política. De acordo com Ducrot, o pressuposto faz surgir “um quadro institucional” (DUCROT, 1977, p.13) que regula a interação linguística.

Os pressupostos linguísticos são uma marca no enunciado da abertura do discurso, de sua dispersão, de modo que sua identidade só existe a partir do recorte estabelecido pelo analista – trata-se de uma classificação arbitrária³⁹. De acordo com a afirmação de Deleuze e Guattari de que “todo discurso [seria] indireto” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p.13), a heterogeneidade constitutiva do discurso não se daria necessariamente pela relação deste com um outro discurso delimitável na história e no espaço, materializado neste ou naquele enunciado, mas numa relação própria à função-linguagem.

O pressuposto seria o fenômeno através do qual um dizer reassume um dizível não necessariamente formulado/formulável, recuperando uma memória discursiva associada à formação discursiva, através da repetição, da recusa ou da

³⁹ Maingueneau divide didaticamente o interdiscurso em três conjuntos: o universo discursivo, inapreensível, que seria “o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada”; o campo discursivo, o conjunto de formações discursivas em concorrência, mutuamente delimitados, um conjunto formado por “discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida”; finalmente, o espaço discursivo, que o recorte (ou “decalque”) construído pelo analista, em virtude daquilo que ele considera relevante para a sua análise (MAINGUENEAU, 2008c, p.33-5).

reformulação (reformulação do que não foi formulado em alguns casos). No caso do discurso de que aqui nos ocupamos, enunciados que colaboram para a “constituição do homem (...) como uma gigantesca memória” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p.94).

A seguir, analisaremos enunciados que fornecem pistas sobre a normalidade como um “quadro institucional”, pistas sobre como essa “memória” se inscreve no discurso, a partir, inicialmente, da justificativa de um sugestivo projeto de lei – a Lei do Orgulho Hetero – e, posteriormente, em textos extraídos de revistas masculinas.

4.2 A Lei e a Norma

Em 2005, o vereador Carlos Apolinário, então filiado ao PDT, apresentou à Câmara Municipal de São Paulo um projeto de lei que visava instituir, no município, o terceiro domingo do mês de dezembro como o Dia do Orgulho Heterossexual. O *PL 294/2005* tramitou pela câmara, sendo, em 2007, considerado de “inegável (...) interesse público” (SÃO PAULO, 2007a) pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Após sua aprovação, a lei começou a ser divulgada pela imprensa paulistana, fazendo com que tenha sido vetada como inconstitucional pela mesma comissão que antes a havia liberado para votação.

Ao falar com alguns colegas acerca dessa lei, muitos acreditaram que fosse uma piada. Antes fosse. Isto porque nos colocamos, certamente, em uma posição que acredita não haver justificativa para a defesa do orgulho hetero. No entanto, aqui estou, analisando-a pormenorizadamente. E essa lei exerce um papel emblemático na discussão que vimos conduzindo.

Não se confunda, com isso, a ideia de lei com a de normalização. A norma é muito mais ampla e geral do que uma lei, e dela se diferencia por uma série de aspectos. A norma relaciona atos, desempenhos, comportamentos singulares a um conjunto que lhe serve de “campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir” (FOUCAULT, 2010d, p.176), e assim diferencia e hierarquiza os indivíduos a partir de uma medida quantitativa, enquanto a lei individualiza os atos (não os indivíduos) de acordo com categorias gerais impressas nos códigos de que se vale como padrão e não hierarquiza, fazendo apenas

funcionar uma divisão binária entre o permitido e o proibido. Além disso, a norma visa a homogeneizar os indivíduos em conformidade com a média, enquanto a lei busca “realizar a partilha, adquirida de uma vez por todas, da condenação” (FOUCAULT, 2010d, p.176).

A norma, finalmente, traça a fronteira do que lhe é exterior (a diferença com respeito a todas as diferenças), a anormalidade. A lei, por seu turno, não tem exterior, as condutas são simplesmente aceitáveis ou condenáveis, mas sempre dentro da lei (CASTRO, 2009, p.310).

Acrescente-se que o desenvolvimento do biopoder confere uma crescente importância à “atuação da norma, a expensas do sistema jurídico da lei” (FOUCAULT, 1988, p.156). A lei é, por excelência, condenadora, armada, o que se torna inviável para um dispositivo de poder que visa à regulação, manutenção e produtividade da vida. Por isso, Foucault afirma

que a lei funciona cada vez mais como norma, e que a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos etc.) cujas funções são sobretudo reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida (FOUCAULT, 1988, p.157).

A lei do orgulho hetero tem um caráter propositivo muito mais diferenciador e individualizante do que visando à exclusão e à condenação; trata-se de uma proposta que inverte, a partir de um jogo binário de relações sociais, a maioria e a minoria, conferindo principalmente ao homem heterossexual o papel de vítima de uma “ditadura gay”⁴⁰.

A lei não cria a norma: o movimento se dá no sentido inverso; dada a norma, se estabelecem leis que a coloquem no espaço institucional do judiciário. A norma é independente da lei, mas não o contrário⁴¹. Os códigos judiciários formulam suas regras a partir de uma noção de normalidade, mas não de toda noção de normalidade. No caso do PL 294/2005, o próprio fato de defender-se o orgulho da maioria já estabelece uma hierarquização de indivíduos e uma norma, que fica mais explícita na sua justificativa.

⁴⁰ “Ditadura gay” é o título de um artigo de opinião assinado pelo mesmo autor da lei que analisamos, publicado na *Folha de São Paulo*, em 7 de junho de 2010.

⁴¹ Por exemplo: atos homossexuais nunca foram considerados crimes pelo Código Penal brasileiro, mas isso não impediu que fossem taxados de anormais e constrangidos por uma série de dispositivos de normalização diversos da lei. Cito, por exemplo, o caso de Febrônio Índio do Brasil, condenado a tratamento psiquiátrico por mais de 50 anos (TREVISAN, 2004).

Como gênero discursivo, uma *lei* é um enunciado que atua diretamente sobre a sociedade, tendo validade jurídico-administrativa. Deixa de ser considerada sua autoria individual, pois faz parte do corpo de leis de um estado. Ao mesmo tempo, seus interlocutores devem, compulsoriamente, obedecer às suas designações. É, como outros enunciados, uma palavra de ordem que promove uma transformação incorpórea a partir do momento em que entra em vigor:

A transformação incorpórea é reconhecida por sua instantaneidade, por sua imediatidade, pela simultaneidade do enunciado que a exprime e do efeito que ela produz; eis porque as palavras de ordem são estritamente datadas, hora, minuto e segundo, e valem tão logo datadas (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p.20).

Aprovada e sancionada, a lei do orgulho hetero transformaria, imediatamente, todo terceiro domingo de dezembro da cidade de São Paulo. Não foi o que aconteceu – por pouco, graças à pressão popular, confirmando que a jurisprudência, e não a lei, é a “criadora do direito” (DELEUZE, 1992, p.213). Isso porque a lei nasce de um contrato, que pressupõe a vontade dos contratantes (da sociedade de um lado, do governo de outro), que definem mutuamente um sistema de direitos e deveres (DELEUZE, 2009, p.78).

Como gênero discursivo, isto é, como um dispositivo de comunicação definido sócio-historicamente (MAINGUENEAU, 2013, p.67), um projeto de lei se caracteriza por uma série heterogênea de itens que estabelecem desde seu modo de organização textual, o código linguageiro adotado, o conteúdo temático até aquilo que, de fato, consideramos central para a sua definição: o papel que desempenha socialmente, servindo como um aspecto relevante de uma determinada *prática discursiva*⁴². Assim, um gênero de discurso pode ser classificado em virtude do setor de atividade social a que se associa ou ao lugar institucional em que é produzido, pelo estatuto dos parceiros envolvidos, pelo suporte material...

Do ponto de vista composicional, um projeto de lei não se diferencia de uma lei; trata-se de uma modificação (a do projeto de lei em lei) que passa por rituais judiciários específicos: sua aprovação em parlamento, seu sancionamento pelo ocupante do poder executivo... Para que isso se realize, uma série de outros ritos

⁴² De acordo com Rocha, a definição de um gênero a partir de suas regularidades composicionais se dá quando se prioriza uma abordagem dos gêneros textuais; “quando, ao contrário, enfocamos em nossa abordagem a ancoragem social como critério definidor dos gêneros, então chegamos a uma tipologia dos ‘gêneros de discurso’” (ROCHA, 2013, p.155).

são observados na sua conformação: o texto de um projeto de lei deve ser protocolado por um membro do poder legislativo e deve ser apresentado aos seus pares na assembleia legislativa. Nesse primeiro momento, integra ainda sua forma, um outro enunciado, a justificativa, que “encena” uma argumentação com o objetivo de convencer os demais membros do legislativo de que a tal lei, se aprovada, é importante, válida e constitucional, além de relevante para a sociedade como um todo ou para um grupo social.

No caso da justificativa do PL 294/2005 da Câmara Municipal de São Paulo, observamos que há aspectos que fogem a um texto que se deveria caracterizar tipologicamente como uma argumentação. Há um deslocamento que faz com que nele encontremos muitos embreantes pessoais, operadores linguísticos que ancoram o enunciado em uma situação de enunciação (MAINGUENEAU, 2013, p.129), que retiram a marca de “impessoalidade” que um texto dessa natureza deveria/poderia apresentar.

No texto, as pessoas do discurso marcam de forma bastante explícita um antagonismo entre dois grupos sociais: 1ª pessoa (eu, nós) x 3ª pessoa (eles, os homossexuais). Ao usar a 3ª pessoa, o autor se coloca em um grupo oposto, separado e antagônico àquele dos homossexuais, caracterizados por algumas formas de comportamento avaliadas negativamente. Ao postular a existência de um aparelho formal de enunciação como um aparato linguístico que não apenas expressa a subjetividade, uma vez que “é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 2005, p.286), Benveniste vai afirmar que a consciência de si é relacional e que a subjetividade só se constitui a partir da relação dialética estabelecida pela expressão das formas de primeira (*eu, nós*) e segunda (*tu, você, vós, vocês*) pessoas. A terceira pessoa seria, de acordo com essa perspectiva, a não pessoa, aquela que está fora da situação de enunciação – caracterização que fica explícita no seguinte trecho, retirado da justificativa do projeto de lei: “Quando os homossexuais aprenderem a respeitar a sociedade que é composta pelos seus pais, irmãos, familiares e amigos com certeza a sociedade também irá respeitá-los, pois aqueles que querem respeito devem agir de forma respeitosa” (SÃO PAULO, 2005b). Os homossexuais não são considerados, portanto, um parceiro legítimo, são o Outro com que não se dialoga.

Os embreantes pessoais de primeira pessoa caracterizam o enunciador do projeto de lei como um homem heterossexual, casado, cristão, justo, livre de

preconceitos⁴³. Outros elementos vão contribuir para essa caracterização e para a diferenciação, e mesmo cisão, entre heterossexuais/homossexuais, como a estilização da fala como característica do grupo sexual a que se associa o enunciador.

A justificativa do PL 294/2005 apresenta alguns vocábulos que fogem à exigência de formalidade e objetividade requerida pelo gênero. Há o uso do vocábulo “heteros”, coloquial, no lugar de “heterossexuais”; mas o que mais se destaca é o uso de “bigodudos” para se referir a indivíduos do sexo masculino⁴⁴. Um vocábulo marcado, típico de um determinado grupo de homens heterossexuais, que tem cunho depreciativo, ao destacar uma característica considerada eminentemente masculina do ponto de vista biológico (o bigode) metonimicamente e atribuir a esses indivíduos um comportamento considerado não masculino, a homossexualidade.

Também interessante observar como nesse texto, de um gênero discursivo que se requer objetivo e formal, uma vez que pretende encenar uma argumentação com vistas a marcar sua representação dos interesses sociais, se marca um posicionamento e se constrói um *etos* íntimo de seu enunciador, próximo do âmbito da vida privada, e não da vida pública. Há ali uma confissão: “Sou casado há 32 anos, nem por isso me acho no direito de ficar beijando excessivamente minha esposa em público para com isso demonstrar o carinho que tenho por ela” (SÃO PAULO, 2005b).

A confissão é um gênero discursivo bastante profícuo ao se tratar da sexualidade, como demonstrou Foucault, afirmando, contra a hipótese repressiva, que haveria uma injunção a falar sobre o sexo, uma tarefa “de dizer, de se dizer a si mesmo e de dizer a outrem, o mais frequentemente possível, tudo que (...) através da alma e do corpo tenha alguma afinidade com o sexo” (FOUCAULT, 1988, p.26). Haveria toda uma série de dispositivos destinados a fazer falar o sexo, uma vez que a este teria sido dado o lugar e a voz de dizer a verdade oculta de todo o sujeito⁴⁵.

Mesmo, porém, com a confissão, as acusações, todo um conjunto de atos discursivos que fogem a uma apresentação da razão pela qual seria relevante sancionar uma lei que instituiria um dia para a manifestação do orgulho

⁴³ Veremos, em seguida, quando continuarmos a nossa análise, que não é bem assim.

⁴⁴ “Será que os homossexuais entende (*sic*) como direito à liberdade, dois bigodudos entrarem em um restaurante e ficarem se beijando sem respeitar os demais clientes daquele estabelecimento?” (SÃO PAULO, 2005b)

⁴⁵ “Somos forçados a saber a quantas anda o sexo, enquanto ele é suspeito de saber a quanta andamos nós” (FOUCAULT, 1988, p.88).

heterossexual, na cidade de São Paulo; mesmo assim sabemos que se trata de uma justificativa de projeto de lei. A confissão seria apenas a cenografia do enunciado, de acordo com a partição tripla dos enunciados em cenas (MAINGUENEAU, 2013, p.96): a cena englobante, que definiria o tipo de discurso; a cena genérica, que definiria seu gênero; e a cena de enunciação ou cenografia, que teria por função fazer a cena englobante e a cena genérica passarem para segundo plano.

Um discurso impõe sua cenografia de imediato: mas, por outro lado, a enunciação em seu desenvolvimento, esforça-se para justificar seu próprio dispositivo de fala. Tem-se, portanto, um processo em espiral: na sua emergência, a fala implica uma certa cena de enunciação, que, de fato, se valida progressivamente por meio da própria enunciação. A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra; ela legitima um enunciado que, em troca, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cenografia da qual vem a fala é, precisamente, a cenografia necessária para contar uma história, denunciar uma injustiça, apresentar sua candidatura em uma eleição etc. (CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, 2008, p.96).

De acordo com Rocha (2013), um plano cenográfico sempre se encontra presente em um quadro cênico formado pela cena englobante e a cena genérica, produzindo um deslocamento variável, ainda que ínfimo, na configuração mais estabilizada que compõe o quadro cênico. Desta forma, podemos ver uma espécie de superposição de gêneros – confissão e acusação – inseridas em um gênero que reconhecemos, principalmente, por elementos que não são textuais. Trata-se de uma justificativa de um processo de lei pelo seu modo de circulação, os ritos jurídicos a que se submete, o estatuto de seus interlocutores...

Todos esses elementos integram-se, fundando uma semântica global do discurso, que não sobrepõe níveis de análise a outros, privilegiando dados aspectos em detrimento de outros como centrais ou únicos para a produção do sentido.

Existe um sistema de restrições semânticas globais. O caráter “global” dessa semântica se manifesta no fato de que ela restringe simultaneamente o conjunto dos “planos” discursivos: tanto o vocabulário quanto os temas tratados, a intertextualidade ou as instâncias da enunciação... Trata-se, com isso, de libertar-nos de uma problemática do signo, ou mesmo da sentença, para apreender o dinamismo da “significância” que domina toda a discursividade: o enunciado, mas também a enunciação, e mesmo além dela... (MAINGUENEAU, 2008c, p.22)

Por isso, ao focalizarmos os pressupostos não estamos, com isso, dizendo que sejam o aspecto mais importante ou o único que se possa relacionar à

normalização. Ainda assim, como dito, reconhecemos ser fundamental à normalização o uso dos implícitos linguísticos, pragmáticos, discursivos. Período a período, oração a oração, sintagma a sintagma, procuremos os implícitos que situam o texto em sua dimensão normalizadora. Cumpre observar, porém, que, aqui, não serão levados em consideração todos os pressupostos de existência, apenas aqueles que contribuem para empreendermos nossa discussão acerca da normalização de gênero.

4.3 Os pressupostos na justificativa da Lei do Orgulho Hetero

Se privilegiarmos uma leitura do conteúdo da Justificativa da Lei do Orgulho Hetero, observando os seus postos, encontraremos nele um enunciador que se caracteriza como um homem heterossexual cristão, tolerante, sem preconceitos, perseguido e vitimado pelo grupo dos homossexuais. A análise dos seus pressupostos, porém, deixa explícita uma contradição em relação a essa imagem.

Seu texto começa da seguinte forma:

1. *Um* dos direitos *mais* importantes do ser humano é o livre arbítrio que abrange: escolha da profissão, lugar do domicílio, o estado civil e até mesmo suas preferências sexuais.
 - p. O livre arbítrio é um direito importante do ser humano.
 - pp. Há vários direitos importantes do ser humano, ou: Há outros direitos importantes do ser humano.
 - pp'. Há direitos menos importantes que outros, ou: O livre arbítrio é um direito mais importante que outros, ou: O livre arbítrio é um direito muito importante do ser humano.

A argumentação a favor da validade da lei começa, portanto, não apenas com a apresentação do livre arbítrio e da sua posição de destaque em relação aos demais “direitos do homem”. Trata-se de um direito tão mais importante que, inclusive, outros podem vir a ser deixados de lado, como veremos ainda...

A mesma sentença, porém, apresenta um outro pressuposto:

1. Um dos direitos mais importantes do ser humano é o livre arbítrio que abrange⁴⁶: escolha da profissão, lugar do domicílio, o estado civil e *até mesmo* suas preferências sexuais.
 - p. O livre arbítrio abrange as preferências sexuais do ser humano.
 - pp. O livre arbítrio é tão vasto que abrange as preferências sexuais do ser humano.

De acordo com Fillmore (*apud* DUCROT, 1977, p.115), pode-se ver aí o pressuposto:

- pp'. Não se esperaria que o livre arbítrio abrangesse as preferências sexuais.

Passando, porém, os enunciados com “até mesmo” para a forma interrogativa, Ducrot (1977, p.115) propõe que seja observado aí outro pressuposto, que valeria para todos os enunciados em que a locução aparecesse:

- pp". A abrangência quanto às preferências sexuais por parte do livre arbítrio é mais significativa do que sua abrangência em relação a quaisquer outros aspectos.

De qualquer maneira, o uso de “até mesmo” confere um caráter de excepcionalidade à abrangência do livre arbítrio em relação à orientação sexual, seja pelo fato de isso ser inesperado, seja pelo fato de isso ser mais significativo do que qualquer outro aspecto abrangido. A locução põe em destaque um traço do livre arbítrio, desqualificando-o por estranhamento e valorizando-o como aquilo que demonstra quão amplo pode ser o direito ao livre arbítrio, uma vez que algo que possivelmente não seria passível de escolha pode vir a ser escolhido... Dito isso,

⁴⁶ Optamos por interpretar a oração relativa como explicativa, e não restritiva como poderia nos indicar a pontuação, seja porque o texto apresenta outros equívocos gramaticais, seja porque esta seria a leitura mais autorizada pelo senso comum, ou seja, aquela que pressupõe a existência de um único livre arbítrio. Acerca da relação entre as orações relativas e a pressuposição linguística, sugerimos a leitura de Henry (1990).

leia-se: “até mesmo ser homossexual é possível, graças ao livre arbítrio”, sentido que fica evidenciado na sequência do texto.

2. *Entretanto* os homossexuais se *dizendo* discriminados ou perseguidos estão tentando aprovar leis que na realidade concedem a eles *verdadeiros* direitos.

p. Os homossexuais se dizem discriminados ou perseguidos e, por isso, tentam aprovar leis que lhes concedem vantagens.

pp. Aos homossexuais não basta o direito à preferência sexual.

O uso da conjunção adversativa “entretanto” que introduz a segunda sentença da justificativa a coloca em relação não diretamente com a primeira sentença, mas com a sua conclusão possível, porém acrescenta-se “a segunda proposição a fim de dar uma razão para recusar essa conclusão, razão que me parece, pois, sobrepujar a razão inversa apresentada na primeira” (DUCROT, 1981, p.237). No caso, porém, creio que a conclusão que se pode inferir da primeira proposição só se torna possível após a colocação desta. Assim, da primeira proposição, aquela acerca do direito do ser humano ao livre arbítrio que abrange inclusive a opção por ser homossexual, concluiríamos que “o direito à preferência sexual bastaria”, mas não aos homossexuais – essa a conclusão introduzida por “entretanto”. Ideia bem em consonância com a de “ditadura gay”⁴⁷, que vê os homossexuais como um grupo privilegiado da sociedade, que busca direitos especiais em relação a outros grupos de pessoas.

pp. Aos homossexuais não basta o direito à preferência sexual.

pp’. Deveria bastar aos homossexuais o direito à preferência sexual.

Ainda na sentença (2), a oração adverbial reduzida parece ter valor causal (de motivo alegado) e reforça o sentido dado pela conjunção adversativa “entretanto”: os homossexuais buscam privilégios e, para tanto, se dizem discriminados ou

⁴⁷ Apolinário, no seu artigo na Folha, chega a dizer: “discordo da exclusividade que o poder público dá à comunidade gay” e que “Essas medidas [a Parada Gay na Paulista e a Central de Informação Turística GLS] tornam os homossexuais uma categoria especial de pessoas”. Realmente, uma categoria especial de pessoas que não têm direito à união civil e que não é protegida por uma lei que coíbe atos de homofobia. Mas pra que isso, se em São Paulo eles têm sua própria central de informação turística?

perseguidos. Assim, o verbo “dizer” ganha valor contrafactual, isto é, um verbo que introduz uma proposição falsa.

pp”. Os homossexuais simulam ser discriminados e perseguidos com o intuito de obter verdadeiros direitos (privilégios).

Ademais, o uso do qualificador “verdadeiros” anteposto a “direitos” coloca em cena outro pressuposto: o de que os gays teriam atualmente simulacros de direitos, ou que os direitos obtidos pelos homossexuais não seriam merecidos, que eles não deveriam ter tais direitos.

Seguindo a organização da justificativa do projeto de lei, temos as seguintes sentenças:

3. *Como cristão* aprendi a respeitar a todas as pessoas, até porque não sou juiz do comportamento sexual de ninguém.
 - p. Eu respeito todas as pessoas, como todo cristão.
 - p’. Eu respeito todas as pessoas, porque eu não sou juiz do comportamento sexual de ninguém.
 - pp. Todo cristão respeita todas as pessoas. Ou: há uma forma de respeitar os outros que se aprende quando se é cristão.
 - pp’. Há um juiz do comportamento sexual das pessoas, ou: um juiz do comportamento sexual de alguém.

Afirma-se fazer algo que, no nível do pressuposto, acabou de se descumprir. Uma pessoa que não seja “juiz do comportamento sexual” não deixaria de reconhecer os direitos de uma minoria sexual e não acusaria as pessoas de seu grupo de fingirem-se perseguidas e discriminadas para obtê-los. Aliás, não perseguiria nem discriminaria os homossexuais. A defesa da Lei do Orgulho Hetero não faz nenhuma menção à necessidade intrínseca de se ter orgulho em ser heterossexual, pelo contrário, apenas parece dizer o tempo todo: “Se os homossexuais têm orgulho sem merecer, por que nós não temos também?” E confunde respeito com elogio, igualdade com favorecimento.

4. Cada ser humano pode fazer do seu corpo aquilo que bem entender, *neste sentido* aprendi a respeitar os *homossexuais e as lésbicas*, porém não posso concordar com a apologia ao homossexualismo.

Assim como há um modalizador de conformidade, “como cristão”, que traria em si o pressuposto de que “todo cristão respeita (a) todas as pessoas” – e que todo cristão tem um particular carinho por objetos diretos preposicionados; outro modalizador vem, nessa última sentença, restringir esse respeito: “nesse sentido”, isto é, “apenas na condição de seres humanos, os homossexuais e as lésbicas são respeitados”, uma vez que os seres humanos têm direito ao livre arbítrio que abrange até mesmo a preferência sexual (a fazer do seu corpo aquilo que bem entender).

Constroem-se aí também duas diferenciações. A primeira, entre lésbicas e homossexuais, que torna diferenciado o grupo dos homossexuais femininos, pois, a princípio, “homossexuais” funcionaria como hiperônimo para “lésbicas”. Tal especificação não é uma característica excepcional deste texto, pelo contrário, é representativo do falocentrismo, isto é, da centralidade que se dá ao homem, em detrimento da mulher, mesmo em situações de preconceito. O homossexual masculino é, certamente, anormal em relação ao padrão, mas a lésbica... A lésbica, como a mulher, torna-se irrelevante neste cenário, e separá-la dos demais homossexuais revela não uma diferenciação em relação ao cruzamento das noções de sexo biológico/gênero, mas no apagamento dessa diferença. Mulheres homossexuais⁴⁸ não são homossexuais como os homens o são.

A outra diferença que se faz é entre respeito e apologia. Aqui, obtém-se o efeito de aproximação entre as duas noções, cuja significação não as situa no mesmo plano. Ao fazê-lo, se dá uma espécie de igualação semântica, reforçada pelo adversativo “porém”. Respeitar os homossexuais geraria, como conclusão, que se pode compreendê-los, e não fazer apologia do “homossexualismo” levaria à conclusão de que não se pode compreendê-los. Aliás, sentido que se reforça

⁴⁸ Não à toa, desde o Seminário Nacional de Lésbicas de 1996, foi instaurado o Dia da Visibilidade Lésbica, um dia de luta e reivindicações que se repete anualmente, em 29 de agosto. Também pelo mesmo motivo mudou-se a sigla que acolhe as minorias de gênero, trazendo para a primeira posição o “L”. Em 2008, a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais decidiu padronizar a nomenclatura para LGBT, em lugar de GLBT, com a finalidade de dar mais destaque às reivindicações lésbicas.

também pelo uso do termo, de carga medicalizada, “homossexualismo”⁴⁹. No texto, a carga pejorativa e medicalizada se coloca de forma efetiva, como se vê na continuação:

5. Há pessoas que tem preferências sexuais fora *dos padrões normais da sociedade*, o que indubitavelmente está assegurado na Constituição Brasileira, *mas* poderiam manter seus relacionamentos dentro da discrição que norteia o convívio social.

pp. A sociedade tem padrões normais de preferências sexuais.

pp’. Há pessoas com preferências sexuais anormais.

Aqui coloca-se a questão da normalidade, ratificada por um pressuposto de existência – “os padrões normais da sociedade”, e também da anormalidade de gays e lésbicas no nível do posto do enunciado – ainda que se afirme o “direito à anormalidade” como constitucional. O que vem a ser criticado aqui é uma noção relacionada à civilidade: “Ok, você pode ser anormal, mas, por favor, não fique por aí demonstrando sua anormalidade”, ou ainda: “Seja anormal no seu quadrado”, para retomar a funkeira Sharon. Aprígio e Arandir⁵⁰, no meio da Avenida Paulista...

6. Esta não é a pratica (*sic*) que *vem sendo adotada*, pois, (*sic*) preferem fazer estardalhaços em locais públicos, na internet, nos meios de comunicação e até em panfletos com objetivo de divulgar o homossexualismo, *como se está* (*sic*) opção implicasse em (*sic*) algum privilégio.

pp. A falta de discrição dos homossexuais é uma prática constante.

pp’. O objetivo das demonstrações públicas de afeto (ou “estardalhaços”) são um modo de fazer propaganda do “homossexualismo”.

pp’’. Os homossexuais consideram um privilégio serem homossexuais.

pp’’’. Não é um privilégio ser homossexual.

⁴⁹ O articulista Sérgio Rodrigues, da revista *Veja*, discorda da posição que se tem defendido contra o uso da palavra “homossexualismo”, por ver no sufixo *-ismo* a ideia de patologia, campo no qual o termo foi cunhado e no qual ficou até ser excluído da lista de distúrbios mentais, em 1990, pela OMS. Afirma que *-ismo* também denota “doutrina, escola, teoria ou princípio artístico, filosófico, político ou religioso”, o que o redimiria. Não é esta a opinião de Eribon (2008), Naphy (2006) e Trevisan (2004).

⁵⁰ Aprígio e Arandir são personagens de *O beijo no asfalto*, de Nelson Rodrigues.

Na sequência do texto, ressurgem a ideia de que os homossexuais mentem ao se dizerem discriminados. Se tomarmos a sentença de que esse conteúdo foi aferido (2) – “Entretanto os homossexuais se dizem discriminados ou perseguidos...” –, e o compararmos com esse outro (7), veremos que há uma espécie de gradação na forma de construção do pressuposto, e que agora a “informação” é apresentada de forma muito menos implícita.

7. Os homossexuais dizem que são discriminados pela sociedade, quando *na verdade* são eles que discriminam aqueles que não concordam com suas opções sexuais.

pp. É mentira que os homossexuais são discriminados pela sociedade.

Essa formulação se respalda justamente no fato de já constituir o pano-de-fundo comum aos interlocutores na cena enunciativa da justificativa do projeto de lei. Torna-se clara, assim, a nossa posição em afirmar que o pressuposto tem o efeito discursivo de criar uma realidade tacitamente aceita, um dispositivo enunciativo de criação de uma “gigantesca memória” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p.94). O pressuposto é, portanto, um traço linguístico da “palavra de ordem” como enunciado de ordenação das relações de força, palavra ligada à “‘ordem muda’ das coisas” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p.30)⁵¹.

O “já-dito” foucaultiano pode ser compreendido à luz da *redundância* da palavra de ordem, em Deleuze e Guattari. Redundância essa que, constitutiva da relação entre o enunciado e o ato, pode-se dar no nível da “significância da informação” ou ainda, sob a forma de *frequência* (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p.18).

Continuando com a análise dos pressupostos na mesma sentença (7), evidencia-se a tolerância em relação à discriminação aos homossexuais, algo que se nega no nível do posto e se afirma, concomitantemente, no nível dos pressupostos.

⁵¹ Agradeço ao Prof. Bruno Deusdará pelo diálogo e pelas pistas que me ajudaram a chegar a essa formulação da questão. Qualquer problema ou impropriedade, no entanto, compete a mim.

pp'. Há pessoas que não concordam com a opção sexual dos homossexuais, ou: é possível discordar da opção sexual dos homossexuais.

pp". As pessoas que discordam da opção sexual dos homossexuais não devem ser discriminadas.

E o texto do projeto de lei segue adiante:

8. Pergunto: É normal duas pessoas do mesmo sexo se beijarem em locais público (*sic*) ou na televisão?

pp. Pessoas do mesmo sexo se beijam em locais públicos ou na televisão.

sb. Não é normal duas pessoas do mesmo sexo se beijem publicamente.

Coloco em destaque, aqui, um subentendido, um implícito fundado na enunciação; a construção de um sentido pela tomada da palavra, pela obediência às máximas conversacionais. Dentro do contexto da justificativa da lei, a pergunta formulada em (8) já antecipa sua resposta, assim como em (9).

9. Será que os homossexuais entende (*sic*) como direito à liberdade, dois bigodudos entrarem em um restaurante e ficarem se beijando sem respeitar os demais clientes daquele estabelecimento?

pp. O beijo homossexual masculino é uma falta de respeito.

sb. O direito à liberdade não implica o direito de dois homossexuais masculinos se beijarem em público.

Consequentemente, o homossexual, considerando como direito à liberdade o direito ao beijo público, faltaria com respeito para com a sociedade. Como afirmou Aprígio, em *O beijo no asfalto*: "O que me impressiona, realmente me impressiona. É o beijo", o beijo na boca de outro homem, um moribundo, no meio da rua... "Eu perdoaria tudo. (*mais violento*) Só não perdo o beijo no asfalto. Só não perdo o beijo que você deu na boca de um homem!" Também na justificativa do PL 294/2005, muito parece se perdoar, menos o beijo... A prática constante do "beijo gay" com o objetivo de convencer os outros de que o "homossexualismo" seria um privilégio. Um comportamento que deporia contra as regras de boa convivência

social. E não que houvesse desrespeito ou preconceito, só não é condizente com as regras sociais. O anormal seria, então, apenas um desrespeitoso? O anormal seria aquele que não compartilha das normas de conduta, alguém a quem faltariam modos?

10. Eles deveriam ter um comportamento adequado a nossa sociedade e deixar os beijos e afetos para os lugares reservados ou suas casas.
- pp. Os homossexuais masculinos não têm um comportamento adequado a nossa sociedade.
- pp'. O ato de beijar ou demonstrar afeto fora de lugares reservados não é um comportamento adequado a nossa sociedade.

Ao formular as perguntas sobre a normalidade do beijo de duas pessoas do mesmo sexo em locais públicos ou sobre o beijo como consequência do direito à liberdade, fica implícita a resposta: “não, não é normal; não, não é um direito...” Mas, aparentemente, não se trata de demonstrações de afeto: há algo por trás do beijo no asfalto.

11. Acontece que os homossexuais não se satisfazem com o anonimato e para chamarem atenção começam a exigir direitos que se quer (*sic*) os heteros têm; se comportam de forma inadequada e muitas vezes agridem verbalmente aqueles que não concordam com suas ideias e depois querem que a sociedade aceite esse comportamento.
- pp. Os homossexuais estão no anonimato.
- pp'. Os homossexuais deveriam se satisfazer com o anonimato.
- pp''. Os homossexuais não podem exigir direitos que os heterossexuais não têm.
- pp'''. Se alguém fosse ter tais direitos, seriam os heteros (e não os homossexuais).

Os homossexuais demonstram afeto em público ou se beijam em público (de acordo com a justificativa, o beijo não é uma forma de afeto) para chamar atenção, para fazer “propaganda do ‘homossexualismo’”, justamente porque não se satisfazem com o anonimato com o qual deveriam ficar satisfeitos, nem com os

direitos que têm. Aliás, sem entrar em detalhes, a justificativa afirma que os homossexuais querem direitos que os heterossexuais não têm e que eles não teriam direito de exigir... Assim como eles não respeitam os heterossexuais, não podem ser respeitados; assim como não respeitam o preconceito dos heterossexuais, sem ter direito a isso; também não têm direito a exigir direitos que os heterossexuais não têm⁵²...

12. Sou casado há 32 anos, nem por isso me acho no direito de ficar beijando excessivamente minha esposa em público para com isso demonstrar o carinho que tenho por ela.
- pp. Uma pessoa casada há 32 anos poderia se achar no direito de ficar beijando excessivamente seu cônjuge em público.
- pp'. O beijo heterossexual é uma forma de demonstração de carinho.

Quando se trata do beijo heterossexual, há um modalizador – “excessivamente” – que não aparece quando se trata do beijo gay. Qualquer beijo gay é desrespeitoso, quando só o beijo excessivo do heterossexual o é. Além disso, o beijo heterossexual é um meio para se demonstrar carinho, mas o beijo gay é diferente do afeto, como vimos em (10). É falso, é propaganda, é um falseamento através do qual se alcançam “verdadeiros direitos”.

13. Quando os homossexuais aprenderem a respeitar a sociedade que é composta pelos seus pais, irmãos, familiares e amigos com certeza a sociedade também irá respeitá-los, pois aqueles que querem respeito devem agir de forma respeitosa.
- pp. Os homossexuais não sabem respeitar a sociedade.
- pp'. A sociedade não respeita os homossexuais, ou: a sociedade hoje não precisa respeitar os homossexuais.

Essa “falta de respeito” dos homossexuais com a sociedade, fugindo das normas da convivência social, beijando-se obstinadamente, fazendo estardalhaços

⁵² Os heterossexuais deveriam ter direito a se casar com uma pessoa do mesmo sexo antes de os gays terem direito a se casar com uma pessoa do mesmo sexo?

(no plural), acaba gerando uma consequência. *Olho por olho, dente por dente* – como cristão, todos conhecem essa fórmula.

Os pressupostos dessa sentença, estando pressupostos, não invalidam a grande quantidade de sentenças que visam à preservação do enunciador. No nível do dito, não se poderia afirmar que haja preconceito na justificativa do projeto... O homossexual seria respeitado (como ser humano), o seu direito ao livre-arbítrio (inclusive relacionado à preferência sexual) seria valorizado, o seu beijo na boca seria considerado inadequado como o dos heterossexuais, seria proposta a igualdade de direitos, em que os heterossexuais não seriam desvalorizados, nem teriam menos direitos que os homossexuais... Os homossexuais só não são respeitados pela sociedade porque não a respeitam, não porque são anormais, não porque têm um comportamento inadequado. O desrespeito seria apenas uma reação do “heterossexual desvalido”, tendo como causa o comportamento individualizado dos homossexuais, não uma desvalorização da própria homossexualidade.

No entanto, assim como lésbicas não são homossexuais, aparentemente homossexuais não são homens, assim como aquelas não são mulheres... Encerra-se a justificativa dizendo que:

14. Propomos assim, o projeto de lei, que, no âmbito do Município de São Paulo, se oficialize esta data como símbolo da luta pelo ORGULHO DE SER HOMEM E O ORGULHO DE SER MULHER.

Aqui, outra contradição: o livre arbítrio é valorizado e respeitado, no entanto, na condição de que seja exercido de uma forma pré-determinada. Só se é homem, só se deve ter orgulho de ser homem, se se preferir a escolha pela heterossexualidade. E é pelo direito a fazer a escolha que se impõe que se luta (pressuposto de existência), uma luta que o homem e a mulher heterossexuais combatem arduamente contra a “falácia gay”, contra seu projeto de conquistar direitos que eles não têm.

Observamos que, ao longo da justificativa da lei, há duas posições em disputa (cf. Tabela 1): de um lado, a da defesa do livre arbítrio, que aparece constantemente como dito; de outro, a do julgamento do comportamento sexual, negada no nível do posto em (3), que se revela, porém, geralmente como pressuposto.

A defesa do livre arbítrio colocaria em questão a noção de *aceitabilidade* ou de normalidade como padrão de comportamento natural, que teria seu valor intrínseco. O julgamento do comportamento sexual colocaria em questão a noção de *idealidade* ou de normalidade como padrão de comportamento social instituído, que teria sua valorização arbitrariamente atribuída. O “aceito” se aproxima do natural – é tolerado; o “ideal” se aproxima do moral – é exigido.

Não quero, com isso, defender um em detrimento do outro: o “natural”, como vimos até aqui, não precede o cultural, mas é por ele construído como tal. A própria definição do que seria *o homem* (cf. Capítulo 3) se dá pela conformação de uma série de “provas” de ordem natural, mas que operam de forma seletiva, uma vez que a própria biologia encontra dificuldades em estabelecer quais seriam os traços necessários à definição do gênero biológico: genético, hormonal, genital? E dá-se também pela conformação de uma série de argumentos culturais, históricos para a definição do comportamento masculino... Há, porém, uma falsa precedência do biológico sobre o cultural, servindo aquele para o recorte do próprio objeto. Sendo recorte, porém, é já histórico, cultural, produzido e não inerente.

Assim, os dois componentes, que são organizados sob a forma de um falso embate (“defensor do livre arbítrio” x “juiz do comportamento sexual”), diferem de acordo com as linhas apreendidas e dos elementos agenciados para o estabelecimento da norma – que, via de regra, se sustenta por esses dois feixes de linhas⁵³ -, não na ideia de que um dos critérios é mais libertador, convincente ou científico que o outro.

Abaixo contrapomos em duas colunas o plano do dito (textual), em que se encontram expressos os argumentos do “defensor do livre arbítrio” e os pressupostos, os não-ditos que reforçam o *poder* do “juiz do comportamento sexual”.

⁵³ Como hipótese, a ideia de “duas vias” – uma relacionada ao natural e outra ao moral, cultural – como determinantes da norma pode ser colocada em questão. Por que apenas essas duas vias? Por que não três? Tratamos dessas duas por terem sido mais desenvolvidas ao longo da literatura sobre o assunto e por nos parecerem profícuas.

Tabela 1: A defesa do livre arbítrio e o julgamento do comportamento sexual na justificativa do PL 294/2005

| Defesa do livre arbítrio | Julgamento do comportamento sexual |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • “Um dos direitos mais importantes do ser humano é o livre arbítrio(,) que abrange (...) as preferências sexuais.” • “Como cristão aprendi a respeitar a todas as pessoas, até porque não sou juiz do comportamento sexual de ninguém.” • “Cada ser humano pode fazer do seu corpo aquilo que bem entender, neste sentido aprendi a respeitar os homossexuais e as lésbicas.” • “[As preferências sexuais fora dos padrões normais da sociedade são algo] que indubitavelmente está assegurado na Constituição Brasileira.” • “Sou casado há 32 anos, nem por isso me acho no direito de ficar beijando excessivamente minha esposa em público” • “Quando os homossexuais aprenderem a respeitar a sociedade que é composta pelos seus pais, irmãos, familiares e amigos com certeza a sociedade também irá respeitá-los.” | <ul style="list-style-type: none"> • <i>A preferência sexual não deveria ser escolhida por direito, mas o é (“até mesmo as preferências sexuais”).</i> • <i>O direito à preferência sexual deveria bastar aos homossexuais.</i> • <i>Os homossexuais não deveriam ter outros direitos.</i> • <i>“Não posso concordar com a apologia ao homossexualismo.”</i> • <i>“Há pessoas que tem preferências sexuais fora dos padrões normais da sociedade.”</i> • <i>Não é um privilégio ser homossexual.</i> • <i>Não é normal duas pessoas do mesmo sexo se beijarem em locais públicos ou na televisão.</i> • <i>A liberdade do gay não abrange a demonstração pública de afeto.</i> • <i>Homossexuais não têm um comportamento adequado à nossa sociedade.</i> • <i>Homossexuais deveriam ficar se satisfazer com o anonimato.</i> • <i>Homossexuais não podem ter direitos que heterossexuais não têm.</i> • <i>Os homossexuais não são respeitados.</i> • <i>Os homossexuais têm que respeitar primeiro para depois serem respeitados.</i> • <i>Homossexuais não são homens nem mulheres.</i> |

Fonte: Dados extraídos dos enunciados (postos) e pressupostos do PL 294/2005

4.4 Respostas às cartas enviadas à *Playboy*

O defensor do livre arbítrio e o juiz do comportamento sexual são amigos, apesar de tudo, andam lado a lado, um escreve, o outro desenha as linhas, um diz que não sabe onde estão as chaves, o outro fecha as portas... O defensor do livre arbítrio e o juiz do comportamento sexual definem normalidade de modos diferentes. Os dois trabalham por aí, não se criam apenas sob a forma da lei, pelo contrário, estão na esquina, na ladeira, na faculdade – me perguntam por que a AD não estuda o normal –, na loja de roupas, na gafeira, na banca de jornais...

Como a norma não é construída por meio de leis (pelo contrário), veremos como esse jogo aparece em alguns textos retirados de uma revista voltada ao público heterossexual masculino, a partir das relações que podemos traçar com diversos dispositivos/saberes.

A *Playboy*, “a revista do homem”, que existe, no Brasil, desde 1975⁵⁴, definiu-se, na sua primeira edição, como “uma revista para ajudá-lo [ao homem] a tornar-se completo. Para atualizá-lo em todas as áreas de seu interesse inteligente: esporte, aventuras, arte, cinema, moda, literatura. E, naturalmente, nas doses certas, um outro assunto de grande interesse: a mulher” (Civita, 1975). O homem, naturalmente, não seria completo, ele se tornaria completo por injunção à idealidade: *não se nasce “homem homem”, se torna “homem homem”*... E, ao longo de suas quase cento e cinquenta páginas mensais, divididas em seções que perduram há cinquenta anos, fotos de mulheres nuas e textos conjugam-se, “ajudando a completar o seu leitor homem”, diga-se “homem heterossexual”. E, cumpre observar, que a homossexualidade, quando não tratada na entrevista, não ridicularizada em nenhuma piada, não é tematizada em nenhuma das outras partes da revista, ao longo dos mais de quatrocentos números que consultamos, na internet, em microfilmes na Biblioteca Nacional ou em mãos.

Dentre as seções, uma servirá para observarmos o comportamento dos nossos “amigos”, o defensor do livre arbítrio e o juiz do comportamento sexual – chama-se, hoje, “Playboy responde” e foi chamada, até meados da década de 1980, “Assessoria”. Nela, responde-se a cartas supostamente enviadas por leitores, com

⁵⁴ A revista foi fundada nos Estados Unidos por Hugh Hefner, em 1953. No Brasil chamou-se *Homem*, de 1975 a 1978, quando pôde enfim apresentar na capa o título atual.

dúvidas sobre os mais variados assuntos, desde marcas de charuto e nomes de times de futebol até a arte de seduzir e o modo de levar uma mulher a ter prazer. Trata-se de um gênero discursivo que apresenta vantagens à análise do dispositivo de normalização.

Ducrot, ao tratar dos implícitos, separa os pressupostos (implícitos do enunciado) dos subentendidos (implícitos da enunciação), que seriam resultantes “de uma reflexão do destinatário sobre as circunstâncias de enunciação” (DUCROT, 1987, p.25) à qual são agregadas as máximas conversacionais de Grice.

De acordo com Grice, os diálogos são “esforços cooperativos, e cada participante reconhece neles, em alguma medida, um propósito comum ou um conjunto de propósitos, ou, no mínimo, uma direção mutuamente aceita” (GRICE, 1982, p.86). Assim, os participantes devem observar um princípio de cooperação, em acordo com o qual máximas organizadas em quatro categorias produzirão resultados: máximas de quantidade, qualidade, relação e modo.

Assim, a “seleção”⁵⁵ de determinadas cartas para figurar na seção da revista conferem um estatuto global a questões individuais, a própria enunciação de respostas a essas perguntas faz com que se subentenda que o leitor da revista tem, de uma maneira geral, interesse naquele assunto. Assim, a seção nos fornece a encenação de um diálogo interpessoal e, a partir do estabelecimento de um público-alvo (o homem heterossexual), acaba forjando o seu modelo.

Da seção serão apresentadas análises de algumas respostas apenas, da década de 1970 e atuais, respostas das quais se destacarão algumas linhas de força duras que a atravessam, para desenhar um mapa, apreender a normalização a partir de suas relações rizomáticas.

⁵⁵ Não trabalho aqui com o processo empírico de realização da seção “Playboy responde” ou “Assessoria”, mas com a encenação da seleção e do diálogo subsequente que o gênero desenvolve. Primeiramente porque não tenho acesso a todas as cartas e ao texto integral destas, mas apenas àquilo que me oferecem as revistas como resultado de um processo tornado visível pelo próprio modo de organização textual.

4.4.1 79 d.C. – Outubro de 1979: Cavalos brancos, japoneses e a bomba vasodilatadora

Um afresco na casa dos Vetti, em Pompéia, datado de 79 d.C., representa Príapo, o protetor dos rebanhos e deus da fertilidade, pesando o próprio pênis. Séculos depois, o homem mantém o hábito. Em 1909, sob a sombra aterradora dos obeliscos de Viena, o pequeno Hans nos ensina uma diferença fundamental entre os seres vivos e os objetos: “Um cachorro e um cavalo têm pipi; a mesa e a cadeira, não” (Freud, 1996b, p.18). Homens também têm pipi – disso o pequeno Hans também sabe, mas não sabe ao certo a diferença entre o pipi dos homens e o pipi das mulheres, ainda que saiba a diferença entre o seu pipi e o de todos os seres que o cercam: os cavalos do armazém do Escritório de Impostos sobre Comestíveis, o do pai e o dos pequenos de Gmunden, com quem brinca. Em outubro de 1979, a “Assessoria” da *Playboy* responde à dúvida do goiano (ou goiana) S.C.M. que leu “numa revista americana que o comprimento médio do pênis é de 16,5 cm”, o que despertou sua curiosidade para uma questão, que na verdade são duas: “esta medida teria relação com o grupo racial? Qual seria a raça mais bem agraciada pela natureza?” (Playboy, 1979, p.15).

Quantificar o falo: pesar, medir, comparar “o tamanho do documento” – esse o título do texto que responde às perguntas de S.C.M. No entanto, essa curiosidade que a história e a vida cotidiana mostram ser tão *normal* nos homens, não é apresentada como “muito saudável”.

15. Como você assina só com as iniciais, não sabemos a que sexo pertence.
- pp. Toda pessoa pertence a um sexo determinado.
- sb. Mulheres também são leitoras da revista.

O gênero sexual é tomado como uma pertença, não como uma performance; como algo que estabelece uma linha de segmentaridade, arborizante, constituindo um dentro e um fora. E a inclusão da mulher como interlocutora possível da resposta vem dissolver possíveis problemas que o interesse masculino pelo tamanho do pênis poderia gerar.

16. Se você for mulher, sua curiosidade é muito saudável...
- p. A curiosidade da mulher sobre o tamanho do pênis é muito saudável.
 - pp'. É possível que o interlocutor não seja mulher.
 - sb. A curiosidade de um homem sobre o tamanho do pênis não é saudável.

Partindo da concepção bipartida da categorização dos sexos/gêneros que essas revistas apresentam, sugere-se que, para o homem, a curiosidade em relação ao tamanho do pênis não é nem um pouco saudável. Em contrapartida, subentende-se que é realmente algo de interesse ao público alvo a que se destina a revista. Além disso, sendo de interesse feminino e sendo a mulher de interesse masculino, a relação do homem com o tamanho do seu pênis não seria também validada?

Em termos científicos, de acordo com os postulados apresentados por Freud (1996b), não há decerto uma patologização da curiosidade, uma vez que “o ego é sempre o padrão pelo qual a pessoa mede o mundo externo; [e] a pessoa aprende a apreendê-lo por meio de uma comparação constante consigo mesma” (FREUD, 1996b, p.99); a identidade, a individualidade é gerada a partir da alteridade, a partir da relação binária que se estabelece por uma série de dispositivos que, agenciados, compõem uma máquina arborizante. Esta máquina dual gera entidades modais em oposição binária, determinadas por sua forma ou função e que exercem função individualizante.

Por outro lado, a constante comparação do próprio pênis com os demais denota, para o sugador de charutos vienense, um mal desenvolvimento da sexualidade, com sua propensão à “inversão”, à predominância na influência do pênis: “Na realidade é a alta estima sentida pelo homossexual pelo órgão masculino que decide o seu destino” (FREUD, 1996b, p.101). Para o pequeno Hans, não é o caso: o *Wiwimacher*⁵⁶ da girafa ou o do cavalo seriam signo da repressão dos desejos incestuosos do menino, da sua raiva tanto do pai quanto da pequena irmã e da inveja que culminariam no desenvolvimento do seu sistema fóbico. Afinal, “durante suas observações, ele constantemente vinha fazendo comparações, e

⁵⁶ “Fazedor de xixi” – modo como o pequeno Hans se refere ao órgão genital.

ficara extremamente insatisfeito com o tamanho do seu pipi. Os animais grandes lembravam-no desse seu defeito” (FREUD, 1996b, p.39).

Tudo culpa do tríptico edipiano.

Assim como Hans apresenta medo dos cavalos com arreio, também nós temos medo dos psicanalistas que, forçando tudo à grade das relações papai-mamãe-sujeito, parecem estar usando tapa. Ao trazermos as reflexões de Freud à nossa análise não queremos reforçar a legitimidade de suas afirmações de forma acrítica, mas acrescentá-las ao dispositivo de normalização.

Ao homem que compara tamanhos de pênis cabe, nessa comunidade discursiva, o título de “manja rola”, como se não houvesse uma série de práticas (discursivas ou não) que impelem o homem à comparação do pênis, que constroem – desde muito tempo – um pênis ideal (“exigido”), priapesco, à sombra do qual estamos todos geneticamente condenados. Condenação a que uma série de *spams* procura dar solução, nos enviando a palavra de ordem: “Aumente seu pênis” e nos apresentando a máquina de dilatação de vasos sanguíneos.

A “Assessoria” de *Playboy*, supondo tratar-se de responder a uma curiosidade feminina, diz: “Vamos – no caso – ao que interessa”, isto é, àquilo que só seria relevante quando o interessado é alguém do sexo feminino.

Vamos, então, ao que – no caso – interessa: realmente há diferenças entre grupos raciais, embora não tenha surgido nenhuma tese definitiva sobre o assunto. A informação que você tem (dos 16,5 cm) é resultado das pesquisas realizadas pelos sexólogos Masters e Johnson, nos EUA. Isso é a média. Cerca de 30% dos examinados apresentava comprimento de 15 cm ou menos. Como padrão, é válido para os EUA; no Brasil, a média é menor, o que se entende, já que a estatura média dos brasileiros também é menor. (*Playboy*, 1979, p.15).

A média é um dispositivo de normalização que vemos se repetir, desde a temperatura corporal, às proporções penianas e à potência masculina quantificável. De acordo com o texto, a média aritmética funciona como padrão: aquilo depreendido matematicamente alcança o estatuto de ideal normalizador. De acordo com Quêtelet, “a existência de uma média é o sinal incontestável da existência de uma regularidade, interpretada em um sentido expressamente ontológico” (CANGUILHEM, 2011, p.106), qual seja aquele da sujeição do homem às leis

divinas. A média, portanto, determinaria a norma⁵⁷; o homem médio seria aquele cujo desvio é tanto mais raro quanto maior for, aquele cujas medidas aproximam-se mais do tipo médio, sendo, portanto, normal. Para Canguilhem, porém, ainda que seu o trabalho acerca da normalidade gire em torno de questões fisiológicas, e não anatômicas como seria o caso aqui, não se deve confundir a média unificadora à plasticidade e originalidade da norma, enquanto manifestação da normatividade vital⁵⁸; invertem-se as normas dos elementos:

Na espécie humana, a frequência estatística não traduz apenas uma normatividade vital, mas também uma normatividade social. Um traço humano não seria normal por ser frequente; mas seria frequente por ser normal, isto é, normativo em um determinado gênero de vida (CANGUILHEM, 2011, p.108)

O tamanho do pênis se deve a uma proporcionalidade, de um padrão harmônico das medidas do próprio corpo⁵⁹. Começa a ser exposta uma série de médias e medidas do pênis, em que se confundem etnias e nacionalidades em grau de equivalência (negros, árabes, americanos, europeus, brasileiros, ameríndios, chineses e japoneses), reconstituindo uma espécie de escala métrica dos pênis cuja existência é pressuposta.

Quanto aos grupos raciais, os negros são mais bem dotados, seguidos de perto pelos árabes. No ponto seguinte da escala estão os europeus, que nas Américas sempre zombaram do diminuto equipamento dos índios (os quais, diga-se de passagem, são privilegiados em comparação com chineses e japoneses). Mas nem por isso os orientais deixaram de se multiplicar como coelhos. O que prova, mais uma vez, que tamanho não é documento (Playboy, 1979, p.15).

Além disso, ao se apresentar a organização dessa escala, valoriza-se o tamanho do pênis, reconhecido como um “dote”. Negros e árabes, segundo a *Playboy*, “são mais bem dotados” e, se o são, é porque há aqueles que são mal dotados e os que são menos bem dotados. E, entre esses últimos da escala, os

⁵⁷ Segundo Foucault, é no momento de aparecimento da biopolítica “que se lança mão da medição estatística” (FOUCAULT, 2010c, p.204) de uma série de fenômenos que dizem respeito às questões do homem-espécie, como modo de controle da população, mas também do corpo individualizado.

⁵⁸ A noção de norma, em Canguilhem, *grosso modo*, diz respeito à capacidade de adaptação do homem e, conseqüentemente, de sua variabilidade tanto social quanto individual às condições que lhe são oferecidas.

⁵⁹ Interessante observar que, na Grécia, a relação harmônica das medidas corporais exigia um pênis pequeno como signo da educação aristocrática de seu “proprietário” (SARTRE, 2013, p.43).

índios “são privilegiados em comparação com chineses e japoneses” – leia-se que os índios têm um pênis maior que esses.

De acordo com Knijnik,

A sensação de ter um pênis pequeno compromete a autoestima, a autoimagem e influi significativamente no comportamento masculino. Existe uma marca de nossa cultura relacionando as dimensões do pênis com a capacidade não só erétil, mas a de dar prazer à parceira. Muitos homens, especialmente os jovens, têm medo de não serem considerados normais pelas mulheres (KNIJNIK, 2003, p.34).

Ao longo da resposta, constrói-se uma linha descendente que apresenta o pênis grande como um privilégio, um dote, em oposição ao pênis diminuto de que se zomba. Porém, cumpre observar que, ao final, se procura desautorizar qualquer relação entre quantidade e qualidade, uma vez que o que se conclui dessa exposição curta, mas satisfatória para os nossos fins, é que “tamanho não é documento”, pois o principal seria a capacidade de reprodução, a fertilidade do homem. Conclui o texto:

- 17. Mas nem por isso os orientais deixaram de se multiplicar como coelhos.
- pp. Um tamanho de pênis pequeno poderia ser considerado causa de uma menor capacidade reprodutiva.
- pp'. Não há relação entre o tamanho do pênis e a capacidade reprodutiva.
- pp". Coelhos se multiplicam em grande quantidade.
- sb. A capacidade reprodutiva é um elemento mais importante que o tamanho do pênis.

O pênis é um “equipamento” – algo que serve a determinado fim. Os coelhos o têm pequeno, mas o usam com proficiência⁶⁰. Procura-se compensar a “deficiência” em uma escala pela “excelência” em outra – ao invés de se valorizar o tamanho do pênis, se valorizaria a capacidade reprodutiva, não do ponto de vista da competência, mas do desempenho. Ter uma população grande representa, para um

⁶⁰ O *Kamasutra*, famoso manual sexual compilado na Índia entre os séculos III e IV d.C., tem um capítulo que trata apenas das dimensões sexuais. De acordo com a dimensão do pênis, o homem é classificado como lebre, touro ou cavalo. As mulheres também são classificadas: em corça, égua e vaca.

“grupo étnico”, ter uma maior fertilidade (ou potência), independentemente de outros fatores. E esse seria o aspecto mais relevante a ser observado (ainda que o texto gaste muito mais tempo observando e valorizando o outro aspecto). Haveria um nicho da idealidade que se basearia no sexo procriativo, mensurável a partir da taxa de natalidade como índice da potência sexual masculina, independentemente da envergadura do pênis. *Crescei e multiplicai-vos*. O tamanho não é documento, mas a capacidade de se reproduzir seria.

O ideal aqui defendido é equivalente àquilo que pregam as religiões judaico-cristãs – mormente a Igreja Católica que, por sua representatividade e importância histórica, nos servirá de base. É o que podemos observar em *Humanae Vitae*, encíclica papal de Paulo VI sobre a regulação da natalidade, publicada pouco após o término do Concílio Vaticano II, cujas regras continuam em vigor. Defende-se aqui a procriação como fim e propósito da relação sexual... Melhor dizendo: fim e propósito do “ato conjugal”⁶¹, de modo que se declara que

É (...) de excluir toda a ação que, ou em previsão do ato conjugal, ou durante a sua realização, ou também durante o desenvolvimento das suas consequências naturais, se proponha, como fim ou como meio, tornar impossível a procriação (Papa Paulo VI, 1968).

Isto significa que tanto métodos contraceptivos, como a pílula, o preservativo ou a esterilização, quanto posições sexuais que não permitem a procriação são desconsiderados e proibidos pela igreja, mesmo em relações sexuais matrimoniais. Onã – morto por seu deus por derramar o sêmen na terra durante o ato sexual, fatalidade que, felizmente, não acontece aos leitores onanistas da revista *Playboy*.

Seria um paradoxo que uma revista que apresenta como prato principal as fotos de mulheres peladas (“nuas” é um eufemismo que não convém neste caso) dissesse “multiplicai-vos e não vos masturbai”. No entanto, ela se situa em um território movente, atravessado por linhas de segmentaridade a que não só dará voz, como também de que receberá sua voz. Entre o discurso psicanalítico e o discurso heteronormativo, ressoa o discurso judaico-cristão. Assim, à normalidade do tamanho do pênis e à proibição masculina da comparação excessiva, sobrepõe-se a

⁶¹ “Pela sua estrutura íntima, o ato conjugal, ao mesmo tempo que une profundamente os esposos, torna-os aptos para a geração de novas vidas, segundo leis inscritas no próprio ser do homem e da mulher. Salvaguardando estes dois aspectos essenciais, unitivo e procriador, o ato conjugal conserva integralmente o sentido de amor mútuo e verdadeiro e a sua ordenação para a altíssima vocação do homem para a paternidade” (Papa Paulo VI, 1968).

idealidade do pênis procriativo. Em termos da lógica de produção e consumo, melhor mesmo é que se unam sempre o útil e o agradável: a média aritmética entre duas médias.

Sobre o assunto, poderíamos discorrer ainda muito, mas por ora está de bom tamanho. Pontue-se apenas o fato de que a média, apresentada com valor normativo, encontra-se explicitada tanto no nível do posto quanto principalmente no nível do pressuposto, que constroem uma escala quantitativa e qualitativa dos tamanhos penianos. Isso permite a sua afirmação e construção sem torná-la discutível, tanto que a defesa final dos pênis pequenos e procriativos dos “coelhos” orientais parece não infringir a coerência e a argumentatividade da resposta de “Assessoria” acerca do assunto – um procedimento que parece se repetir regularmente.

Aqui o defensor do livre arbítrio mostra como, naturalmente, o tamanho do pênis se estabelece a partir de uma série de fatores genéticos, relacionados à etnia. Com isso, cria-se a ideia de que não haja razão para se atribuírem valores qualitativos em relação a diferenças quantitativas. *Princípio de Broussais*. Mas ao mesmo tempo é indissociável a noção de variação quantitativa com a de uma mudança de ordem qualitativa. Em sociolinguística, por exemplo, aqueles que visam a substituir a binariedade fala urbana/fala rural por um contínuo com graus variados de rurbanidade superam falsamente o problema. A variação só se dá entre dois polos e o que criticamos aqui é justamente a criação desses polos, como dados⁶². A cada fala conferir seu caráter único, a partir de uma lógica que vise a combater a binariedade. A cada falo, após retirar-lhe o valor de aspecto central da masculinidade, atribuir um caráter único...

Como defesa, portanto, surge o juiz do comportamento sexual que privilegia a funcionalidade do sexo, a capacidade de muito transar, a potência, igualmente quantificável, mas a partir da natalidade. Como bem o demonstram os ensaios da coleção dirigida por Corbin, Courtine e Vigarello (2013), *História da virilidade*, a valorização do papel do macho na reprodução é uma constante no modo de desenvolvimento da noção de virilidade desde a Antiguidade ocidental, desde o momento em que se conferiu um papel ao homem na geração de filhos... Os diretores da coletânea apontam ainda que houve poucas variações nas qualidades

⁶² “É a submissão da linha ao ponto que cria a arborescência” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p.94).

inerentes à “virilidade”⁶³, assim como apontam para uma falta de reflexões específicas acerca dessa noção.

4.4.2 Século XVI – Outubro de 1979/Março de 2014: O corretor ortográfico, o terreno no céu e a compulsão sexual

Não sei se o prezado leitor já teve o desprazer de ouvir a seguinte pérola machista: “Quem gosta de pica é ‘viado’, mulher gosta de dinheiro”. Se não, a apresento agora: recolhida do vasto repertório de aforismos de botequim. Encontramos ecos dessa ideia na palestra de um médico no final da década de 1960, publicada em uma coletânea com o sugestivo título *O ato sexual normal e a psicopatologia sexual*:

Partindo habitualmente do homem a iniciativa do “rapport”, tinha-se a tendência, até esses últimos anos, de considerar a educação sexual da mulher como inútil. Ora, se essa educação, a respeito da qual devemos dizer algumas palavras agora, se evidencia particularmente delicada, a estrita passividade feminina, desejável no começo do “rapport”, deve mui prontamente cessar em proveito de uma cooperação (PECKER, 1970, p.43).

A iniciativa do “rapport” é uma ação comumente associada ao homem, assim como seu papel exclusivamente ativo na relação. Por uma análise sintática da oração: “O homem faz sexo com a mulher”, vê-se que é possível fazer sexo sozinho (o sujeito agente no singular) e que “a mulher” aí pode entrar como núcleo de um adjunto adverbial, termo acessório da oração – e da relação -, segundo a gramática tradicional. Muito mudou, mas muito ainda permanece... A normalização opera por gradações e não por saltos e rupturas: o poder é reativo e não ativo, de acordo com Hardt e Negri (*apud* SAMPAIO, 2006, p.58).

Tornemos a 1517, quando se divulgou o *Taxa Camarae*, uma lista das indulgências possíveis para os mais diversos pecados acompanhada de um tarifário. De acordo com ele, o pecado carnal de um eclesiástico com uma freira, um ente da

⁶³ Cumpre observar que a própria possibilidade de se escrever uma “história da virilidade” já aponta para um deslocamento, para uma crise da autoridade natural do macho. É ainda indício disso a crescente literatura sobre o assunto (BROD; KAUFMAN, 1994).

família ou qualquer mulher poderia ser absolvido com apenas 67 libras e 12 soldos; mas caso o pecado carnal não fosse cometido com uma mulher, 131 libras e 15 soldos... Contudo, se fosse uma moça virgem, então desvirginada pela verga sacerdotal: 2 libras e 8 soldos. Isso mesmo, apenas 2 libras e 8 soldos – quase de graça (FO; TOMAT; MALUCELLI, 2007, p.157). Valia a pena! E assim padre e virgem garantiam seu lugar no paraíso. Aliás, em dois paraísos, segundo a “Assessoria” de *Playboy* (1979, p.15).

Outra carta que compõe a seção pede um conselho: “Minha garota é virgem, mas está querendo deixar de ser – com a minha ajuda, é claro. Só que ela tem medo de, ‘na hora H’, sentir muita dor (uma amiga contou para ela que ‘é um verdadeiro inferno’). Esse temor tem fundamento? Dói muito da primeira vez? É verdade que algumas mulheres possuem uma pequena abertura no hímen?”, escreve J.E.C., de Salvador, Bahia.

A “primeira vez” pode ser lida como um sintagma bloqueado, uma lexia, uma palavra formada por composição... O uso do sintagma “primeira vez”, excetuados os contextos em que fica claro se tratar de outra coisa, tem um sentido bastante preciso: a perda da virgindade. Ora, a virgindade é uma posse que caracteriza seu portador como um ente: o virgem. E deixar de sê-lo pode ser considerado um rito iniciático na modernidade, consequência e ao mesmo tempo causa da importância que é conferida à “primeira vez”.

A perda da virgindade é um passo importante na vida do homem, uma vez que sua posse pode ser considerada motivo de vergonha e sua “primeira vez” funcione como o rito de entrada no mundo masculino adulto, deixando-se de lado o tempo das calças curtas. O rapaz levado pelo pai ao prostíbulo para sua primeira experiência sexual, as prostitutas sagradas da Antiguidade, o índio iniciador que transformava em homens os *curumins* da taba dos homens em algumas tribos do tronco tupi.

No entanto, a perda da virgindade feminina é um acontecimento que adquiriu maior importância em nossa sociedade⁶⁴. Ressalte-se o próprio fato de o corretor gramatical do editor de texto que uso enquanto escrevo essas linhas me indicar um “erro” de concordância ao ter escrito “o virgem”, sugerindo-me a sua mudança para

⁶⁴ Durante o período vitoriano, por exemplo, algumas prostitutas britânicas inseriam em suas vaginas esponjas embebidas em sangue de galinha para simular virgindade, o que lhes permitia cobrar um valor mais alto para seus clientes (STEARNS, 2010).

“a virgem”. Ressalte-se o recente caso, exposto pela mídia internacional, em que se exigia comprovante de virgindade às candidatas ao concurso de agente de organização escolar da Secretaria de Estado de Educação de São Paulo⁶⁵. Ou, ainda, o caso da jovem catarinense que leilou sua virgindade (na verdade, sua primeira vez) pela internet⁶⁶.

São esses aspectos que se apresentam na pergunta de J.E.C. para a “Assessoria” de *Playboy*. A resposta focaliza no aspecto simbólico, não apenas da perda da virgindade feminina, mas do próprio sentimento da mulher em relação ao ato sexual. Segundo os “assessores” da revista, o espasmo vaginal que dá origem à dor durante o sexo é um problema que “costuma ser de fundo emocional”, podendo vir a ter uma causa fisiológica.

18. O problema de dor durante o relacionamento sexual costuma ser de fundo emocional.

pp. A dor durante o relacionamento sexual é um problema.

pp'. Nem sempre a dor durante o relacionamento sexual é um problema de um fundo emocional.

19. Na maioria dos casos, a dor é resultado de um espasmo vaginal, provocado pela tensão e pelo medo da relação.

pp. Há casos em que a dor não é resultado de um espasmo vaginal.

pp'. A relação causa medo e tensão.

Mas, é costumeiro que a dor – considerada um problema para a mulher – seja relacionada ao medo e à tensão no “relacionamento sexual” em geral (não apenas no primeiro). O uso de expressões definidas (“a tensão”, “o medo”, “o problema”) naturalizam-nas e generalizam-nas, ou seja, fazem com que seja natural que mulheres tenham tensão, medo e problemas no relacionamento sexual. Isso poderia ser visto como um modo como a virgindade e o sexo, na mulher, eram considerados na década de 1970, pouco tempo depois dos movimentos de liberação feminina... Poderíamos dizer que, hoje, não é mais assim. De fato, porém, parece que mesmo

⁶⁵ <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2014/08/midia-internacional-destaca-caso-de-comprovante-de-virgindade-exigido-por-concurso-da-secretaria-da-educacao.html>

⁶⁶ <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/11/catarinense-de-21-anos-inicia-novo-leilao-da-virgindade-pela-internet.html>

depois dos anos 2000, as revistas masculinas que vimos não tomaram ciência do fato... E nem o corretor ortográfico do editor de texto que uso: “frígida” e “histérica”, bem como “virgem”, são palavras que ele, não por acaso, só aceita no feminino.

No entanto, é importante que o problema seja resolvido – com o intuito de se dar a solução que se responde à pergunta. O cerne, porém, da resposta repousa não tanto na necessidade de a mulher ter prazer, mas antes de controlar a dor. Princípio moderno da *clitorostomia*: o prazer da mulher é uma possibilidade remota. Por isso, deve-se conversar com a mulher, acalmá-la, antes de realizar o corte ou, como apontou Pecker, considerar como útil a “educação sexual da mulher”.

O bisturi do médico na remoção do hímen ou a precisão do falo: o rito de passagem feminino da mulher rumo ao campo da sexualidade, como algo que depende do homem para se realizar. Por isso, cabe ao homem tomar atitudes que gerem, na moça, a vontade de “pagar o tributo” para entrar no paraíso. Mas aqui, não um tributo que se paga posteriormente ao ato, como na *Taxa Camarae*: o tributo é, em si mesmo, o ato – e que o padre não paga, só a virgem, pois o homem não pode ser ou deixar de ser “anatomicamente virgem”.

Supervalorização do sexo em nossa sociedade: aquilo de que não se deixa de fazer, que o poder não deixa de incentivar. “O sexo é um paraíso” no qual se deve entrar a todo custo... Mais que isso, o sexo é construído como o lugar em que nos assumiríamos como sujeitos de nossa natureza mais oculta. *Eu sou o caminho, a verdade e a vida*. Para lá entrar, deve haver derramamento de sangue, pagamento de tributo, superação do medo. *Ninguém vem ao Pai senão por mim*. A relevância dada ao sexo é proporcional ao medo que ele gera, mas a estratégia proposta pela “assessoria” de *Playboy* é justamente controlar o medo pelo reforço da necessidade de se fazer sexo.

Esse medo já é, por si, um efeito: efeito dessa supervalorização que atinge homens e mulheres de forma diferente. Ao homem, pela necessidade de querer transar, de tomar a iniciativa do “rapport”, de descabaçar – não a houvesse, não haveria um leilão da “primeira vez” de uma virgem. No entanto, não há menção a qualquer problema da parte do homem; faria parte de sua constituição, a segurança e o papel de conduzir a mulher a superar seus problemas...

À mulher, cabe ainda o lugar da castidade, tanto que, na *Playboy* de março de 2014, pode-se perguntar pela normalidade de uma mulher que gosta de fazer sexo: “Comecei a namorar uma menina que é intensa: damos três, quatro, cinco por noite

e ela nunca está saciada. Até fiquei na dúvida: esse negócio de ninfomania é real mesmo?” (Playboy, 2014, p.43).

Só se poderia compreender a mulher que gosta de sexo pelo viés da patologia. No caso, a “ninfomania” – e que fique claro que o termo usado para definir o caso de homens viciados e compulsivos por sexo é de pouca repercussão: se não fosse pela pesquisa dessa dissertação, talvez nunca tivesse tomado conhecimento dele – “satiríase”. Assim como o medo e a dor são naturalizadas, concebidas como inerentes à mulher (em oposição ao homem, destemido e relaxado em relação ao sexo), o interesse pelo sexo é considerado patológico ou, ao menos, estranho à mulher.

Na revista *Men's health*, outra publicação voltada ao público heterossexual masculino, há uma seção similar a esta de *Playboy*. Ali, temos textos que, por sua semelhança, reforçam a hipótese com que vimos trabalhando: de supervalorização do sexo, com uma diferença no modo como se associa a relação de cada gênero binário. Em um deles, publicado em novembro de 2013, Thiago Marques teria perguntado: “Sinto vontade de transar toda hora. Será que sou viciado em sexo?” (Men's Health, 2013b, p.36).

20. O desejo de transar atrapalha você em tarefas comuns do dia a dia, como trabalhar, tomar uma gelada com os brothers ou bater uma bola?

pp. Transar não é uma tarefa comum do dia a dia.

21. Falei com os especialistas da MH e eles disseram que é normal homens pensarem (muito!) em sexo.

pp. Homens pensam muito em sexo. (Seria anormal homens pensarem pouco em sexo?)

sb. Talvez não seja normal que mulheres pensem muito em sexo.

Além de o sexo ser valorizado, afinal de contas não é uma tarefa comum do dia a dia como trabalhar, beber cerveja, jogar futebol (aliás, três ações também comumente associadas ao universo masculino), pela relação de binariedade sexual, se é normal que homens pensem muito em sexo, também pode-se considerar

normal que mulheres pensem pouco. Portanto, um homem assim é considerado “um cara como qualquer outro” (Men’s Health, 2013b, p.36).

Observe-se que o ideal – natural, tomado pelo defensor do livre arbítrio – é que homens pensem bastante em sexo... Em relação à mulher, porém, o ideal é o contrário: o medo, a tensão, o não pensar muito em sexo. Na edição de setembro de 2013 de *Men’s Health*, Caio Sérgio pergunta: “Quando minha namorada e eu vamos transar, ela sempre começa fazendo sexo oral em mim. É normal?”, ao que se responde: “Boas notícias: é normal, sim!” (Men’s Health, 2013a, p.27).

22. Algumas mulheres ainda acham que fazer sexo oral no homem é algo meio subserviente, ou até um dever.

pp. Há mulheres que não acham que fazer sexo oral no homem é subserviente ou uma obrigação.

Inicialmente, os pressupostos que aqui se colocam entram em contradição com a ideia de que mulheres não gostam de sexo – “nem mesmo de fazer sexo oral” –, o que contraria o que falamos até o momento. Outros pressupostos encontrados nessa sentença vão na mesma direção. Pelo uso do advérbio “ainda”, pressupõe-se que achar que o sexo oral é subserviente ou uma obrigação é um pensamento retrógrado e em vias de acabar; pelo uso do verbo não factivo “achar”, que é falso que fazer sexo oral seja subserviente ou um dever; pela palavra denotativa “até”, que é absurdo que se considere um dever fazer sexo oral no homem...

Depois o texto recorre a estatísticas: “74% das brasileiras dizem que adoram fazer sexo oral nele”. Ora, se elas adoram, como seria viável que a relação das mulheres com o sexo fosse normalizada em oposição à do homem? Na continuação do texto, verificamos que, se é aceito que mulheres possam ter vontade de fazer sexo, é ideal que seu papel no sexo seja servil, isto é, seja voltado para o prazer do homem: a mulher se sente desejada e sente prazer em agradá-lo, independentemente de ser agradada; ideia que aliás se encontrava na “educação sexual” da mulher defendida por Pecker (1970).

23. Elas não beijam seu amigão só para agradar você.

pp. Elas beijam o pênis também para agradar o parceiro.

24. E quando vemos o parceiro se deliciando com nossos estímulos, nos sentimos muito mais desejadas. Quer aumentar ainda mais o prazer dela, levar sua parceira a subir pelas paredes?
- p. É necessário que se veja o parceiro se deliciando para que as mulheres se sintam mais desejadas.
- pp. As mulheres se sentem desejadas mesmo quando o parceiro não se delicia com seus estímulos.
- pp'. As mulheres já sentem muito prazer só em fazer sexo oral nos homens.

Nenhum problema em sentir prazer ao proporcionar prazer – não é sobre isso que repousa nossa análise ou que nos ocasiona a crítica... Mas sim pelo fato de este ser um elemento “constitutivo” da relação entre os gêneros binários e a sexualidade. Nada que se coloque de forma explícita, posta nos enunciados, mas que se inscreve no fundo comum estabelecido pelos pressupostos. E, também, pelos subentendidos, uma vez que a própria colocação das perguntas já deixa transparecer um “já-dito” não muito distinto daquele formulado pelo aforismo machista que abriu essa seção.

Teremos, contudo, como conferir o papel de “subserviência” sexual da mulher à ideal, àquilo que defende o juiz do comportamento sexual? Vimos que de um ponto de vista do natural (aceito) há inclusive “razões anatômicas” (ou psicossomáticas) que inserem a mulher em uma relação de medo e tensão em relação ao sexo. Mas que ela então o faz para servir ao homem, talvez já seja um componente moral que aí se construa.

Que o dispositivo de normalização opere assim nessas revistas não nos surpreende. De fato, é mesmo inerente ao seu funcionamento que seja variável, que institua padrões diversos de acordo com as várias instituições e práticas sociais. No entanto, que se fortaleça pelos implícitos e que se baseie sempre numa construção binária que privilegia o homem (ainda que também o aprisione) parece ser um traço comum, digno de uma investigação posterior. Que se baseie também em discursos, máquinas e elementos heterogêneos – dos quais privilegiei uma face “natural” e outra, “moral” – faz parte da própria definição do que seja um dispositivo, para Foucault.

De fato, estudar o normal – o modo pelo qual se constrói o normal – parece ser um campo não só profícuo, como desafiador, mas bastante doloroso (diga-se de

passagem) e que pode nos auxiliar a compreender os processos de subjetivação, nos quais o discurso tem um papel fulcral.

4.5 Individuação e normalização

Os discursos observados, nas revistas masculinas ou na lei do orgulho hetero, podem ser compreendidos ao mesmo tempo como produtos e produtores dos processos de individuação que atravessam o campo social. Por isso, privilegiamos a noção de prática discursiva⁶⁷, que dá relevo a essa via de mão dupla das atividades languageiras. Da mesma forma como a subjetividade não pode ser individuada, de acordo com Guattari, uma vez que, ao se falar em subjetividade (e subjetividade coletiva), estamos falando não da soma de sujeitos individuais, mas de formas de produção de subjetividade em “escala planetária” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.37), uma comunidade discursiva não é formada por um grupo de sujeitos empíricos, mas por *agenciamentos coletivos de enunciação* – processos produtores da subjetividade e regras de formação discursiva, processos duplamente descentrados, uma vez que implicam o funcionamento de *máquinas de expressão* de natureza extraindividual e infrapessoal.

Tal concepção de sujeito não se encontra contemplada pelo modo como foi trabalhada ao longo da história das ideias linguísticas. Nela, podemos encontrar três concepções de sujeito implicadas por qualquer uma teoria da linguagem: (i) aquela em que o sujeito se confunde com o falante empírico e é centrado, consciente, dotado pela razão, exterior à linguagem, alijado da teoria estruturalista, omitido na teoria gerativista e potencializado no pragmatismo da Escola de Oxford; (ii) o sujeito contextualizado histórica e socialmente de Bakhtin; (iii) o sujeito como efeito da linguagem, de Benveniste, Ducrot e de Pêcheux⁶⁸. Mesmo, porém, esse sujeito-

⁶⁷ “Maingueneau fala da prática discursiva quando se trata de apreender uma formação discursiva como inseparável das comunidades discursivas que a produzem e a difundem: a formação discursiva é então pensada ao mesmo tempo como conteúdo, como modo de organização e como rede específica de circulação dos enunciados” (Charaudeau, Maingueneau, 2008, p.396). Em suma, ao mesmo tempo que uma dada comunidade discursiva sustenta discursos, esses discursos a sustentam, havendo uma mútua constituição, social e linguística.

⁶⁸ Válido observar que não se trata de uma mesma noção de sujeito: para Benveniste, há um aparato linguístico que não apenas expressa a subjetividade, uma vez que “é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 2005, p.286); para Ducrot, haveria duas instâncias

efeito tem um correspondente extralinguístico, ainda que desimportante para a teoria. E mesmo aqui se vê a ideia de um sujeito que, ainda que clivado, assujeitado ou puramente linguístico, se multiplica, mas nunca deixa de apresentar uma face individualizada correspondente, um referente no mundo empírico. Um sujeito-produto.

Na Análise do Discurso francesa de base enunciativa, formulada a partir dos estudos de Maingueneau, a noção de sujeito vai se aproximar bastante dos estudos realizados por Benveniste, de modo que podemos identificá-lo com um elemento ao mesmo tempo fundado na linguagem e na interação, por contraste ao outro. Ao falar de sujeito aqui, interessará, porém, apenas a sua inscrição no enunciado, o que acontece com o uso dos embreantes (MAINGUENEAU, 2013, p.129), de modalizadores, etc. Ao mesmo tempo, o sujeito é uma “imagem” que se configura no interior do interdiscurso, pela inter-relação entre formações discursivas que disputam a mesma função social. É, portanto, polifônico, como na teoria de Ducrot (1987).

Deleuze e Guattari, ao tratarem dos “postulados da linguística”, se aproximam dos dois teóricos – Benveniste e Ducrot – não para assumir plenamente suas teorias, mas para delas extrair indícios para a concepção das subjetivações, não como elementos primeiros, prévios à enunciação, mas como a derivação de um agenciamento complexo, ao mesmo tempo polifônico e enunciativo, ainda que não reduzido a eles. Valoriza-se assim o “caráter necessariamente social da enunciação” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p.18) que privilegia uma compreensão rizomática (ou interdiscursiva, de acordo com a aproximação que propomos) do enunciado⁶⁹.

Os estudos de Maingueneau se particularizam, duplamente, em relação aos de Pêcheux por não fazer uso das categorias psicanalíticas e da noção de ideologia, e em relação aos estudos pragmáticos, em virtude de não considerar o enunciador como indivíduo empírico, mas como uma posição que o autoriza a falar a partir de determinado lugar, ou seja, situado no todo complexo da prática discursiva, a

indicadas pelo enunciado e apontadas como responsáveis pela enunciação: o locutor e o enunciador, nenhum deles equivalente ao sujeito empírico, instâncias a partir das quais o sujeito é uma representação inserida no enunciado, isto é, na ocorrência contextualizada da frase (DUCROT, 1987); em Pêcheux, a noção de sujeito passa por diversos deslocamentos, tendo sido inicialmente concebida à luz da teoria althusseriana (“sujeito assujeitado) e da teoria lacaniana (“sujeito clivado”).⁶⁹ “Não existe enunciação individual nem mesmo sujeito de enunciação. (...) O caráter social da enunciação só é intrinsecamente fundado se chegarmos a mostrar que a enunciação remete, por si mesma, aos *agenciamentos coletivos*. Assim, compreende-se que só há individuação do enunciado, e da subjetivação da enunciação, quando o agenciamento coletivo impessoal o exige e o determina” (DELEUZE, GUATTARI, 1995b, p.18).

relação de recíproca especificação do discurso em relação à instituição que o sustenta e que é por ele sustentada.

A partir disso, somos autorizados a articular essa linha de estudos do discurso ao pensamento de Deleuze e Guattari, defendendo a ideia de um sujeito-processo; por isso, falamos em produção de subjetividade, relacionando-nos com a esquizoanálise. Para compreender o que seja esquizoanálise, seria interessante observar a relação de sinonímia que os autores estabelecem entre esse conceito e aqueles de rizomática, estratoanálise, pragmática e micropolítica (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p.45).

A esquizoanálise seria uma perspectiva de análise, e não uma metodologia, que procura privilegiar o agenciamento, o relacionamento entre linhas de força, sem contudo pretender-se a construir um todo uno e autocentrado. Pelo contrário, privilegia a mobilidade dos elementos interconectados, agrupados em estratos.

A Esquizoanálise não incide em elementos nem em conjuntos, nem em sujeitos, relacionamentos e estruturas. Ela só incide em lineamentos, que atravessam tantos os grupos quanto os indivíduos. Análise do desejo, a Esquizoanálise é imediatamente prática, imediatamente política, quer se trate de um indivíduo, de um grupo ou de uma sociedade. Pois, antes do ser, há a política (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p.77-8).

Privilegia, portanto, os agenciamentos: o modo como se relacionam as linhas que atravessam um estrato. Por isso, se diz também estratoanálise. E ainda, rizomática. O conceito de rizoma, por exemplo, de grande importância, será aqui articulado àquele de interdiscurso.

O interdiscurso organiza-se como um rizoma, plano atravessado por uma multiplicidade de linhas de ordens várias, que se interconectam continuamente, constituindo agenciamentos provisórios, que vão organizando e reorganizando territórios. Da mesma forma, o universo discursivo, esse “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (MAINGUENEAU, 2008, p.33), é constantemente atravessado por linhas que vão organizando, em seu interior, jamais centrado, uma série de conjuntos de restrições semânticas que se delimitam e se afetam mutuamente. É a partir do entrecruzamento de linhas de força múltiplas no espaço plano do interdiscurso/rizoma que se vão constituindo pontos de endurecimento, que forjam uma ideia de identidade (autonomia do discurso). Essas linhas são fundamentalmente relacionais, diferenciais, movimento puro. Ao se cruzarem, criam

um espaço fixo passível de se conectar de variadas formas com tantos outros, a partir do momento em que são atravessados por outras linhas.

Ao relacionarmos a noção de interdiscurso à de rizoma, privilegamos o caráter dinâmico daquele, ao invés de tratá-lo como uma espécie de repositório em que formações discursivas iriam se conformando mutuamente. O interdiscurso, espaço rizomático, é um espaço de múltiplas confluências que jamais se organizam em termos de essência e unidade, mas sempre em movimento. Dar primazia ao interdiscurso nessa perspectiva é, portanto, priorizar o caráter dinâmico das relações de sentido e das oposições estruturais que se conformam nunca através da constituição de um Uno fechado sobre si mesmo, mas sempre através do diálogo, do agenciamento. Cada formação discursiva, em um dado momento, é um decalque desse espaço cartográfico, ou seja, um espaço razoavelmente estável, e privilegiar essa forma de apreensão do fenômeno discursivo, implica a explicitação das múltiplas linhas que o atravessam para o fora, interconectando-o a outros territórios, dando especial ênfase às fronteiras, às linhas de segmentaridade que estabelecem, ainda que de modo fugidivo, as relações entre um dentro e um fora movediços. Apreender um decalque é fotografar o tempo, trabalhar com a descontinuidade, a ruptura e o acontecimento.

E se antes demonstramos como o pressuposto se relaciona ao interdiscurso, funcionando como a recuperação ou redundância da palavra de um outro não localizável; também podemos agora relacioná-la à própria natureza heterogênea da produção de subjetividade do modo como a compreendemos. Para Deleuze e Guattari, esta é considerada, em si, um agenciamento: *agenciamento coletivo de enunciação*. Não haveria um sujeito sempre-lá, inerente à natureza humana; pelo contrário: segundo Guattari, haveria “uma subjetividade universal, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.33).

Um agenciamento não comporta nem infraestrutura nem superestrutura, nem estrutura profunda e estrutura superficial, mas nivela todas as suas dimensões em um mesmo plano de consistência em que atuam as pressuposições recíprocas e as inserções mútuas (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p.34).

Cada sistema político-econômico teria suas próprias máquinas de produção de subjetividade. Desta forma, no Capitalismo Mundial Integrado (CMI), como em qualquer outro sistema político-econômico, as relações de produção econômica

estariam imbricadas com as relações de produção subjetiva; linguagem, família, equipamentos, todos os dispositivos são “sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.35).

Inscritas não apenas no âmbito das ideologias, a produção de subjetividade se encontra no cerne dos indivíduos. De fato, no CMI, os indivíduos são serializados, registrados e modelados, inscritos no corpo de cada um. Em contrapartida, a subjetividade, “não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.40), mas fabricada e modelada em âmbito social. Haveria diversos processos de individuação: um primeiro relacionado ao fato de sermos indivíduos biológicos, comprometidos com nossas necessidades biológicas; outro nível calcado na divisão sexual (homens, mulheres, heterossexuais, homossexuais); outro no nível das relações sociais (nossa classe social)... “A própria perspectiva de individuação coteja diversos processos de integração e normalização” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.47). Trata-se de processos de individuação da subjetividade, que implicam a reificação social da subjetividade (pessoa social, jurídica, ego e indivíduo tomados como responsabilidade do sujeito).

A subjetividade individual é resultante do agenciamento de níveis semióticos heterogêneos. Mas não se deve compreendê-la como uma espécie de recipiente em que determinações exteriores seriam interiorizadas, mas como algo cuja sintagmática sofreria a intervenção desses elementos. Algo em que a linguagem funciona como uma máquina de produção de subjetividade, centralizada em torno de um “consenso subjetivo referido e sobrecodificado por uma lei transcendental” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.48) que permite sua propagação em nível da produção e do consumo das relações sociais em todos os meios e pontos do planeta, em sua relação com o sistema econômico do CMI: o indivíduo consome subjetividade.

Algumas funções dessa subjetividade capitalística são a *culpabilização*, a *segregação* e a *infantilização*. Culpabilização e segregação estão intimamente relacionadas à identificação de quadros de referência: sistemas de hierarquia inconsciente, sistemas de escalas de valores e sistemas de disciplinarização que atuam na manutenção da “ordem social”. E, em certa medida, a infantilização permite a individuação e a modelização, a partir do momento em que possibilita que

tenham por nós e organizem nossa produção e nossa vida social. Funções que se verificam tanto em nível dos opressores como dos oprimidos e com as quais tendem-se a eliminar todos os processos de singularização.

Tudo que é do domínio da ruptura, da surpresa e da angústia, mas também do desejo, da vontade de amar e de criar, deve se encaixar de algum jeito nos registros de referência dominantes. Há sempre um arranjo que tenta prever tudo o que possa ser da natureza de uma dissidência do pensamento e do desejo. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.52)

Uma revolução que gerasse uma mudança social em nível macropolítico e macrossocial deveria, então, privilegiar o “desmonte” das máquinas de produção de subjetividade, ou seja, atuar no nível micropolítico. “A tentativa de controle social, através da produção de subjetividade em escala planetária, se choca com fatores de resistência consideráveis, processos de diferenciação permanente que eu chamaria de *revolução molecular*” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.54).

Os novos movimentos sociais, por exemplo, como os movimentos negro, feminista e gay, não são apenas modos de resistência contra a serialização da subjetividade, mas tentativas de produzir processos de singularização subjetiva (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.54), um processo automodelador, cujo traço característico é o do devir, sempre diferencial e minoritário. Os devires singulares chocam-se contra o modelo de subjetividade capitalística, podendo ora ser absorvidos por ele, ora ser esmagados. O desafio seria criar uma força capaz de perfurar esse modelo, causando sua demolição, sem com isso constituir um novo modelo.

Segundo Lissovski (*apud* GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.39):

Uma prática política que persiga a subversão da subjetividade de modo a permitir um agenciamento de singularidades desejantes deve investir o próprio coração da subjetividade dominante, produzindo um jogo que a revela, ao invés de denunciá-la. Isso quer dizer que, ao invés de pretendermos a liberdade (noção indissolúvelmente ligada à de consciência), temos que retomar o espaço da farsa, produzindo, inventando subjetividades delirantes que, num embate com a subjetividade capitalística, a façam desmoronar.

Os agenciamentos capazes de construir seus próprios modos de subjetivação podem provocar uma atitude normalizadora (que ou os ignora, ou procura resgatar e

reintegrar esses modelos) ou uma atitude reconhecedora (que os considera em sua especificidade, possibilitando sua articulação).

Em virtude disso, pensar as relações entre a Esquizoanálise e a Análise do Discurso pode ser bastante produtivo para investigar o funcionamento discursivo do dispositivo de normalização, ou: de individuação. Esses enunciados que analisamos e as linhas que os atravessam, portanto, constituem máquinas binárias através das quais vão se produzindo “entidades molares” por contraste: o homem, “entidade molar por excelência” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p.94) e os outros pontos que se submetem a ele. Entidades sob as quais vão sendo capturados indivíduos. A partir desses pares opostos, que achatam potências submetendo-os a pontos estanques, criados pelo cruzamento das linhas, opera-se a individuação: assim, o “homem homem”, reduplicada entidade submetida às normas; o que tem “orgulho de ser homem”; aquele que, por “natureza”, pensaria em sexo constantemente e muito...

As diversas formas de educação ou de “normalização” impostas a um indivíduo consistem em fazê-lo mudar de ponto de subjetivação, sempre mais alto, sempre mais nobre, sempre mais conforme a um suposto ideal. (...) Nem mesmo há a necessidade de um centro transcendente de poder, mas, antes, de um poder imanente que se confunde com o “real”, e que procede por normalização. Há aí uma estranha invenção: como se o sujeito duplicado fosse, em uma de suas formas, causa dos enunciados dos quais ele mesmo faz parte na sua outra forma (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, 88-9).

Sujeito da enunciação e sujeito do enunciado são, portanto, duplamente constituídos e duplamente conformados, no interior de uma série discursiva. A própria participação da cena enunciativa que se estabelece na produção e circulação de enunciados de diversas ordens requer de seus interlocutores o status de indivíduos “normalizando”, nunca normalizados porque sempre em processo, sempre a “mudar de ponto de subjetivação”.

Como rede (armadilha ou toca) que normaliza, há muitos caminhos, trajetos, linhas que fazem desse dispositivo algo difícil de se resistir. E aí, portanto, encontramos a heterogeneidade enunciativa sob a forma de pressupostos, remetendo a “já-ditos”, funcionando como “discursos indiretos” que se coadunam no agenciamento coletivo⁷⁰: trechos não marcados de uma fala cristã moralizante, de

⁷⁰ “Uma sociedade se define por seus amálgamas” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p.33).

um grosseiro ditado masculino, de níveis de recorrência de palavras flexionadas em um ou outro gênero, de uma página de Freud... Sim, porque não é só Freud que explica, mas o agenciamento complexo de múltiplas vozes impessoais e sua relação com o regime de corpos.

A pressuposição materializa na produção dos enunciados esses lugares dados, essas características tomadas como instrínsecas e a própria divisão binária dos gêneros em consonância com o sexo biológico (pressupostos de existência), constituindo-se como uma “armadilha” discursiva, à qual submetemo-nos como nos submetemos à “língua maior”. Transformações incorpóreas vão aí se fazendo: o corpo que se compreende a partir de uma lógica binária, o medo que se promove como efeito de uma dor e tensão que é já efeito em si mesma, a medida do pênis que por comparação vai se tornando índice de uma qualidade... Não à toa o domínio do corpo seria fundamental para a resistência, para a singularização e a rejeição – difícil – dos modelos binários que confeririam aos corpos sua identidade. Por isso, afirmam Deleuze e Guattari: “a sexualidade é uma produção de mil sexos” (2012b, p.75), ainda que nos satisfaçamos com dois divididos por dois: homem/mulher, heterossexual/homossexual.

CONCLUSÃO: COMO A AD PODE ESTUDAR “O NORMAL”

Com a chave na mão / quer abrir a porta, / não existe a porta

Carlos Drummond de Andrade

A análise que aqui fizemos, além de realçar o papel dos implícitos como importantes para a constituição da noção de normalidade, que é reforçada pelo fato de ser apresentada como um dado, ainda que o posto dele discorde e além de indicar como é profícua a noção de pressuposição para o tratamento de questões discursivas relacionadas ao dispositivo de normalização sexual... Além disso, a análise que aqui fizemos destacou diversas linhas, pistas que foram seguidas e abandonadas em determinado ponto, linhas que conduzem a uma compreensão da normalização em sua dispersão.

O conjunto de dispositivos e enunciados que constituem o dispositivo de normalização têm como efeito a constituição de um Ponto Central – que, no caso das questões que concernem à sexualidade, mas não só, é – “ocupado” pelo homem, entidade molar, a partir do qual, binariamente, vão se desenhando minorias, como o homossexual, a mulher, a criança... Como todo dispositivo, várias são as linhas que o cruzam, linhas de subjetivação, linhas duras, linhas de segmentação (Deleuze, 1996), conformando um território espesso e fugidio, que demanda uma constante reorganização... Por isso, não basta produzir o padrão, é preciso resguardá-lo, mantê-lo, reconfigurá-lo constantemente, uma vez que se encontra permanentemente “ameaçado” por devires minoritários.

Elegemos aqui uma lei (tributária da norma) que nos permitiu ver, pela análise de seus pressupostos, duas forças que se agenciam para a constituição do padrão de normalidade masculino: uma que chamamos aceitabilidade, e que se baseia em um critério científico, natural; outra que chamamos idealidade, e que se baseia na moral, em padrões de comportamento validados socialmente. Com isso, porém, não afirmamos que a natureza não é já uma construção, algo validado socialmente, pelo contrário, a ideia de “homem” – como a de temperatura fisiológica – é já uma seleção arbitrária como é arbitrário que o homem deva se comportar (performatizar seu gênero) dessa ou daquela maneira.

A psicanálise, a estatística, a ciência, a religiosidade, a anatomia, todos elementos que atuam no desenvolvimento de um homem que performatiza a masculinidade. Mas não só. Procuramos iluminar linhas para desenhar um mapa... Poderíamos ter seguido outras, poderíamos ter explorado mais as que seguimos, mas o objetivo não é ser exaustivo, nem fechar uma exposição, pelo contrário, almejamos deixar o desenho incompleto: sua incompletude faz parte de seu funcionamento, sempre movente, reativo, variável, com diversas entradas e saídas, com diversas configurações. Outras seriam possíveis – repito-me – e essa que aqui fiz fala a respeito dos *meus* caminhos, das minhas trilhas... É o *meu* desenho do mapa da toca (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p.9).

Entrar-se-á, então, por qualquer parte, nenhuma vale mais que a outra, nenhuma entrada tem privilégio, ainda que seja quase um impasse, uma trincheira aberta, um sifão, etc. Procurar-se-á somente com quais outros pontos conecta-se aquele pelo qual se entra, por quais encruzilhadas e galerias se passa para conectar dois pontos, qual é o mapa do rizoma, e como ele se modificaria imediatamente se se entrasse por um outro ponto (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p.9).

Poderíamos ter eleito a heterogeneidade discursiva como nossa entrada linguística: a fala de especialistas, sexólogos, psicólogos, compositores, que reforçam as relações do poder disciplinar e do saber. Poderíamos ter conferido destaque à cenografia em toda análise, na cena enunciativa que não só a justificativa do projeto de lei, mas também as revistas masculinas constroem, essa armadilha, essa cilada que armam para o leitor. Poderíamos ter observado apenas palavras e expressões denotativas, orações relativas, expressões definidas...

Poderíamos ter entrado mais a fundo na psicanálise freudiana e na sua onipresença em revistas e programas sobre relacionamento: a constante presença da autoridade psicológica na plateia que faz um resumo dos dramas familiares apresentados no palco ou que se intromete nas reportagens das revistas com a palavra final sobre o homem e a mulher. Poderíamos ter visto como tudo se naturaliza e acontece na literatura, em romances de banca de jornal, onde Júlia e Sabrina suspiram pelas mãos grandes e quentes do “macho-alfa”. Poderíamos ter olhado atentamente para uma série de, assim consideradas, doenças. Enfim, poderíamos ter feito coisa muito diversa e, com isso, essa análise teria tido outra aparência.

Não o fizemos. Porém, do que fizemos ficam algumas suspeitas, algumas ideias para desdobramentos futuros... O modo como porventura tenhamos apreendido a normalização de um ponto de vista discursivo talvez não tenha mostrado suficientemente a oscilação, as frestas que deixa abertas para seu questionamento e superação, o espaço para a resistência. Se tiver, contudo, apresentado uma série de linhas que permitam a adesão, o modo como captura silenciosamente e atua no processo de subjetivação já creio que tenha atingido os objetivos iniciais a que me propus.

Se fizermos a análise dos pressupostos da pergunta que me foi feita e desencadeou a pesquisa que origina essa dissertação, seguindo o modelo clássico de submetê-la a transformações para a negação e, no caso, para a afirmação (uma vez que já temos a interrogativa), observaríamos que tanto em *Por que a AD não estuda o normal?* quanto em *A AD não estuda o normal e É falso que a AD não estuda o normal*, teremos a manutenção do pressuposto de existência: existe algo que é o normal, como um fato observável, mensurável...

Sabemos que os pressupostos dificilmente tornam-se alvo de objeção e, conseqüentemente, um meio bastante eficaz de textualizar o discurso normalizador. Sabemos ainda que os pressupostos são uma manifestação da heterogeneidade constitutiva do discurso, que são uma entrada linguística que possibilita a reapresentação de elementos de formações discursivas outras, aderindo-se a elas.

Porém, respondo à pergunta que me foi feita justamente atacando o pressuposto e dando-lhe um efeito de pré-construído: "A AD não estuda o normal porque não existe o normal", assim como não existe aquele homem que morreu na cruz por nós, segundo Pêcheux. Ao tentar responder à questão de modo desafiador, analisei-o ainda assim, não como objeto, mas como um mecanismo de construção. Um analista do discurso não estuda as "coisas", mas o modo de construção discursiva das coisas. O normal não há, nem mesmo para o discurso que o veicula. O normal se constrói e, assim, constrói-se também a sua aceitação. Ainda que possamos dizer que haja uma demanda pela normalidade, demanda que se coloca na pergunta que me foi feita.

E de tal forma nos captura que, para lidarmos com o assunto, não nos foi possível desfazer todos os laços que nos prendem a essa compreensão das coisas. Só podemos trabalhar com ele de seu interior e assumir, ainda que precariamente, que há algo como o homem, e conseqüentemente algo como a mulher, para

percorrer os interstícios desse feixe de linhas duras e, transversalmente, fazer um estudo que resista à construção binária, arborescente e identitária das relações de gênero. E respondermos, criticamente, a uma pergunta ingênua, mas de uma ingenuidade perversa.

Procurei desenhar um mapa da normalização sexual, não um mapa completo, porque ter a ilusão de seu fechamento é fechar uma estrutura e não dar conta de sua mobilidade, da velocidade com que as linhas que o cruzam e formam se movem e se alteram. O desenho é meu, ainda que “meu” não designe um sujeito empírico, mas algo em processo, atravessado e mesclado a uma série de muitos... O ódio com que frisei alguns pontos e a cegueira que me escondeu outros fazem parte ao mesmo tempo do meu objeto e do modo como eu me relaciono com ele, do modo como fazemos juntos um terceiro.

O objetivo era desarranjar, através da análise, dos traços e linhas iluminados, a “rede fria”, isto é, a rede cujo centro identificado é vazio, do “metro-padrão resultante do jogo de rebatimento e de sujeição característico da organização hegemônica do *socius*” (PASSOS; BARROS, 2010, p.30). E acredito que tenha sido possível expor as fissuras e brechas que o dispositivo de normalização sexual deixa abertos, ao mesmo tempo para funcionar como relação de poder, de modo a permitir a intervenção e os devires minoritários.

Dito isso, acredito que se nos foi possível desnaturalizar, desarticular, abrir fendas no que parece ser um fechado irreduzível e inescapável, respondendo à pergunta que me foi feita justamente ao destacar sua ingenuidade perversa terei cumprido de forma satisfatória um dos objetivos a que me propus, ciente de que o tema tem muito a ser explorado.

Para o futuro, pretendo investigar os modos de resistência, as relações entre a performance de gênero e os devires minoritários, analisar as características desses textos “menores”, como é “menor” a literatura kafkiana (DELEUZE; GUATTARI, 2014). Mudar o foco, mas não mudar o problema: não priorizar a normalização, a linha dura, o metro-padrão, as entidades molares, mas a linha de fuga, o devir, a revolução molecular. Os desdobramentos são múltiplos, os desenhos infinitos, a vontade grande... Por isso, isso não é uma conclusão, mas um suspiro, uma respiração.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Coordenação de tradução Alfredo Bosi. 5. ed. revista e ampliada. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 277-326.

_____. (Volochninov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 13.ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. Trad. Izidoro Blinkstein. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Trad. Sérgio Milliet. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak; Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Problemas de linguística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et al. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Trad. João Ferreira de Almeida. 2. ed. revista e corrigida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BILLOUET, Pierre. *Figuras do saber: Foucault*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

BOTELHO, Luiz de Magalhães. Exposição de motivos que encaminhou o projeto de lei para criação do Inmetro. *Inmetro*, 1973. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/inmetro/index.asp>>. Acesso em: 28 maio 2014

BROD, Harry; KAUFMAN, Michael (Org.). *Theorizing masculinities*. Thousand Oaks: Sage, 1994.

BUTLER, Judith. *Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. São Paulo: Contexto, 2013.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Trad. Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. *Introdução a Foucault*. Trad. Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

CHANTER, Tina. *Gênero: conceitos-chave em filosofia*. Trad. Vinicius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação de tradução Fabiana Komesu. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. Trad. Luís Arthur Pagani, Lígia Negri e Rodolfo Ilari. Campinas: Editora da UNICAMP; Londrina: EDUEL, 2003.

CHANTER, Tina. *Gênero: conceitos-chave em filosofia*. Trad. Vinicius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COMTE-SPONVILLE, André. *O ser-tempo: algumas reflexões sobre o tempo da consciência*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CONNELL, R. W. *Masculinities*. 2. ed. Berkley: University of California, 2005.

COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e textualidade*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Dir.). *História da virilidade*, 3 vols. Petrópolis: Vozes, 2013.

DELEUZE, Gilles. *Conversações (1972-1990)*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed.34, 1992.

_____. O que é um dispositivo. In: _____. *O mistério de Ariana*. Trad. Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1996. p. 83-96.

_____. *Nietzsche*. Trad. Alberto Campos. Lisboa: Edições 70, 2001.

_____. *Foucault*. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. *Sacher-Masoch: o frio e o cruel*. Trad. Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, v.1. Trad. Ana Lúcia de Oliveira; Aurélio Guerra Neto; Célia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 1995a.

_____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, v.2. Trad. Ana Lúcia de Oliveira; Lúcia Cláudia Leitão. São Paulo: Ed. 34, 1995b.

_____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, v.3. Trad. Aurélio Guerra Neto; Ana Lúcia de Oliveira; Lúcia Cláudia Leitão; Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010.

_____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, v.4. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 2012b.

_____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, v.5. Trad. Peter Pál Pelbart; Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 2012c.

_____. *Kafka: por uma literatura menor*. Trad. Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

DEUSDARÁ, Bruno. Esboço para uma teoria enunciativa em Foucault. *Revista Philologus*. v. 14, n.40. [2008]. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/40.html>>. Acesso em: 20 mai.2014.

DÍAZ, Esther. *A filosofia de Michel Foucault*. Trad. Cesar Candioto. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Trad. Mônica Siqueira Leite de Barros e Zilda Zakia Pinto. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica linguística (dizer e não dizer)*. Trad. Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *Provar e dizer: linguagem e lógica*. Trad. Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima Gonçalves Moreira e Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global, 1981.

_____. *O dizer e o dito*. Rev. técnica Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Trad. Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística textual: introdução*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FERRATER MORA. *Dicionário de filosofia*. Trad. Antônio José Massano; Manuel Palmerim. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FO, Jacopo; TOMAT, Sergio; MALUCELLI, Laura. *O livro negro do cristianismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

FOUCAULT, Michel. O nascimento do hospital. In: _____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979a. p. 99-111.

_____. Não ao sexo rei. In: _____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979b. p. 229-42.

_____. Sobre a história da sexualidade. In: _____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979c. p. 243-76.

_____. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *História da loucura na idade clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. *Os anormais: curso do Collège de France (1974-1975)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

_____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

_____. *Em defesa da sociedade: curso do Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010c.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010d.

FOUCAULT, Michel. A extensão social da normal. In: _____. *Ditos e escritos, vol. VII: arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Org. Manoel Barros da Motta; trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a. p.394-8.

_____. *O nascimento da clínica*. Trad. Roberto Machado. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011b.

_____. Omnes et singulatim: por uma crítica da “razão política”. In: _____. *Ditos e escritos, vol. IV: estratégia, poder-saber*. Org. Manoel Barros da Motta; trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a. p. 348-78.

_____. Poder e saber. In: _____. *Ditos e escritos, vol. IV: estratégia, poder-saber*. Org. Manoel Barros da Motta; trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b. p. 218-35.

_____. Poderes e estratégias. In: _____. *Ditos e escritos, vol. IV: estratégia, poder-saber*. Org. Manoel Barros da Motta; trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012c. p. 236-46.

_____. Nietzsche, a genealogia, a história. In: _____. *Ditos e escritos, vol. II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Org. Manoel Barros da Motta; trad. Elisa Monteiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a. p.273-95.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2. ed.rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013b. p.273-95.

FRANCHI, Carlos. *Mas o que é mesmo “gramática”?* Org. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FREGE. *Lógica e filosofia da linguagem*. Org. e trad. Paulo Alcoforado. 2. ed. ampl. São Paulo: Editora da USP, 2009.

FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, v.VII: um caso de histeria, Três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos (1901~1905)*. Dir. da tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Análise de uma fobia de um menino de cinco anos (1909). In: _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, v. X: Duas histórias clínicas (o “pequeno Hans” e o “homem dos ratos”) (1909)*. Dir. da tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p.11-133.

_____. *Totem e tabu: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013.

GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia S. Mariani et al. 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

GAGNON, John K. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Trad. Lucia Ribeiro da Silva; Sergio Carrara; Horácio Sívor. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GIACOMINI, M.; VARGAS, A. Foucault, a arqueologia do discurso e a formação discursiva. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 14, n.2, 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-09.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2014.

GRICE, H.P. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (Org.). *Fundamentos metodológicos da linguística IV: pragmática, problemas críticos, perspectivas da linguística*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1982. p.81-103.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 4. ed. Campinas: Editora RG, 2010.

HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. Trad. João Wanderley Geraldi e Celene Margarida Cruz. *Caderno de estudos linguísticos*, Campinas, v.19, p.43-94, jul./dez. 1990.

_____. Os fundamentos teóricos da “Análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia S. Mariani et al. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p.11-38.

HESS, Volker. Standardizing body temperature: quantification in hospitals and daily life, 1850-1900. In: JORLAND, Gérard; OPINEL, Annick; WEISZ, George (Org.). *Body counts: medical quantification in historical and sociological perspective*. Kingston: Queen’s University, 2005. p.109-126.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Trad. Izidoro Blinkstein; José Paulo Paes. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

KNIJNIK, Renato. *Sexualidade e masculinidade*. Porto Alegre: Corpore, 2003.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LANDESMAN, Charles. *Ceticismo*. Trad. Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Loyola, 2006.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1997.

_____. *Cenas da enunciação*. Org. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2008a.

_____. Discurso e análise do discurso. Trad. Maria Augusta Bastos de Mattos. In: SIGNORINI, Inês (Org.). *(Re)discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola, 2008b. p.135-55.

_____. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008c.

_____. Texto, gênero de discurso e aforização. Trad. Ana Raquel Motta. In: BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília (Org.). *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012. p.109-128.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Maria Cecília Souza-e-Silva; Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

MALDIDIÉ, Denise. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVANEZI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Org.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011. p.39-62.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de linguagem: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MEAD, Margareth. *Sexo e temperamento*. Trad. Dora Ruhman et al. São Paulo: Perspectiva, 1969.

MEDINA, José. *Linguagem: conceitos-chave em filosofia*. Trad. Fernando José R. da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MEN'S HEALTH. *Claudinha, a vizinha*, São Paulo, Abril, n.89, ano 8, n.5, p. 27, set. 2013a.

_____. *Beto, o barman*, São Paulo, Abril, n.91, ano 8, n.7, p.36, nov.2013b.

MISKOLCI, Richard. Reflexões sobre normalidade e desvio social. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.7, n.13/14, 2003. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/169/167>>. Acesso em: 12 out. 2012.

_____. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n.21, p.150-82, jan./jun.2009.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v.2. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p.101-42.

NAPHY, William. *Born to be gay: história da homossexualidade*. Trad. Jaime Araújo. Lisboa: Edições 70, 2006.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Crepúsculo dos ídolos, ou como se filosofa com o martelo*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Sobre verdade e mentira*. Org. e trad. Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2008.

NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. *Semântica formal: uma breve introdução*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

OKSALA, Johanna. *Como ler Foucault*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PAPA PAULO VI. *Humanae Vitae: Carta encíclica Humanae Vitae de Sua Santidade Papa Paulo VI aos veneráveis irmãos patriarcas, arcebispos, bispos e outros ordinários do lugar em paz e comunhão com a Sé Apostólica, ao clero e aos fiéis de todo o mundo católico e também a todos os homens de boa vontade sobre a regulação da natalidade*. 1968. Disponível em:

<http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae_po.html>. Acesso em: 8 out. 2014.

PASOLINI, Pier Paolo. *Caos: crônicas políticas*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: _____; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p.17-31.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

_____. *Análise de discurso*. Org. Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011.

PECKER, André. O ato sexual normal: estudo sexológico destinado ao clínico geral e ao ginecólogo. In: MIOHEL-WOLFROMM, Hélène et al. *O ato sexual normal e a psicopatologia sexual*. São Paulo: Mestre Jou, 1970. p. 27-75.

PLAYBOY. *Assessoria*, São Paulo, Abril, n.51, p.15, out. 1979,

_____. *Playboy responde*, São Paulo, Abril, n.466, p.42-3, mar. 2014.

POSSENTI, Sírio. Teorias do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*, v.3. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 353-392.

_____. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola, 2009.

RAMMINGER, Tatiana. Entre a normatividade e a normalidade: contribuições de G. Canguilhem e M. Foucault para as práticas de saúde. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, 2008. Disponível em:

<http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/148/pdf_143>
Acesso em: 14 abr. 2014.

ROCHA, Décio. Enlaçamentos nos discursos da mídia sobre videogames. *The ESPecialist*, São Paulo, v.24, n. especial, p.127-42, 2003.

_____. Enlaçamentos enunciativos em análise do discurso: quando o dizer e o dito se interlegitimam. *Linguagem em (dis)curso*, Tubarão, v.11, n.1, p.11-36, jan./abr. 2011.

_____. Perspectiva foucaultiana. In: BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília (Org.). *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012. p. 47-80.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e Análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *Alea*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.305-322, jul./dez. 2005.

_____. Análise de conteúdo e Análise do discurso: o linguístico e seu entorno. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 22, n.1, p.29-52, 2006.

_____. Cartografias em análise do discurso: rearticulando as noções de gênero e cenografia. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.29, n.1, p.135-159, 2013.

_____. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. *Linguagem em (dis)curso*, Tubarão, v.14, n.3, p.619-632, 2014.

SAMPAIO, Simone Sobral. *Foucault e a resistência*. Goiânia: Editora da UFG, 2006.

SANTOS, S. S. B. Pêcheux. In: OLIVEIRA, L. A. (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 209-233.

SASSIER, Monique. Fazendo-se de bobo. In: BARONAS, Roberto Leiser; KOMESU, Fabiana (Org.). *Homenagem a Michel Pêcheux: 25 anos de presença na análise do discurso*. Trad. Roberto Leiser Baronas; Dilson Ferreira da Cruz; Fabiana Komesu. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p.149-77.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Trad. Antônio Chelini; José Paulo Paes; Izidoro Blinkstein. 21. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

SÃO PAULO. Câmara Municipal. *Projeto de Lei 01-0294/2005 do Vereador Carlos Apolinário (PDT)*. Institui, no Município de São Paulo, o Dia do Orgulho Heterossexual. 2005a. Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplweb.com.br/iah/fulltext/projeto/PL0294-2005.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

_____. Câmara Municipal. *PL 0294/2005. Justificativa*. 2005b. Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplweb.com.br/iah/fulltext/justificativa/JPL0294-2005.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

_____. Câmara Municipal. *Parecer Conjunto Nº82 das Comissões Reunidas de Educação, Cultura e Esportes e de Finanças e Orçamento sobre o Projeto de Lei Nº 294/05*. 2007. Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplweb.com.br/iah/fulltext/parecer/CONJ0082-2007.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

SARTRE, Maurice. Virilidades gregas. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade*, v.1. Petrópolis: Vozes, 2013. p.17-70.

SOARES, A. F. et al. Maingueneau. In: OLIVEIRA, L. A. (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 261-279.

STEARNS, Peter N. *História da sexualidade*. Trad. Renato Marques. São Paulo: Contexto, 2010.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VANIER, Alain. *Lacan*. Trad. Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

WANG, May-Lin; JABLONSKI, Bernardo; MAGALHÃES, Andréa Seixas. Identidades masculinas: limites e possibilidades. *Psicologia em revista*. Belo Horizonte: PUC-Minas, v.12, n.19, p.54-65, 2006.